



3º SEMINÁRIO VIRTUAL PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE O TRABALHO NO TURISMO

O FUTURO DO TRABALHO NO TURISMO

ANAIS DO EVENTO

ISBN: 978-65-85259-18-7



UnB | CET



**Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Curso de Bacharelado em Turismo**

**Anais
3º Seminário Virtual:
Perspectivas Críticas sobre o Trabalho no Turismo**

**Temática:
O futuro do trabalho no turismo**

Coordenação Geral

**Angela Teberga de Paula (UnB)
Thiago Sebastiano de Melo (UnB)**

25 e 26 de agosto de 2022

**Brasília, DF
2023**

© 2023 [detentor dos direitos autorais].



[1ª edição]

Elaboração e informações

Universidade de Brasília

Centro de Excelência em Turismo

Campus Universitário Darcy Ribeiro CEP: 70904-970 Brasília-DF, Brasil

Site: www.cet.unb.br | www.labormovens.com

E-mail: labor.movens@unb.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

S471

Seminário Virtual Perspectivas Críticas sobre o Trabalho no Turismo (3. : 2022 : Brasília).

O futuro do trabalho no turismo [recurso eletrônico] / coordenação geral Angela Teberga de Paula, Thiago Sebastiano de Melo. - Brasília : Universidade de Brasília, 2023. 103 p.

Inclui bibliografia.

Modo de acesso: World Wide Web:

<<https://www.labormovens.com/3sv2022>>.

ISBN 978-65-85259-18-7.

1. Turismo. 2. Trabalho. I. Paula, Angela Teberga de (coord.). II. Melo, Thiago Sebastiano de (coord.). III. Título.

CDU 338.48

Heloiza dos Santos - Bibliotecária - CRB1/1913

Reitora
Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor
Enrique Huelva

Decano de Administração
Abimael de Jesus Barros Costa

Decano de Assuntos Comunitários
Ilêno Izídio da Costa

Decano de Ensino de Graduação
Diêgo Madureira

Decana de Extensão
Olgamir Amancia Ferreira

Decana de Gestão de Pessoas
Maria do Socorro Mendes

Decana de Pesquisa e Inovação
Maria Emília Walter

Decano de Pós-Graduação
Lúcio Rennó

Decana de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional
Denise Imbrois

Diretora do Centro de Excelência em Turismo
Marutschka Martini Moesch

Coordenador de Extensão do CET
Luiz Carlos Spiller Pena

Coordenador de Pesquisa e Pós-Graduação do CET
João Paulo Faria Tasso

Coordenadora do Curso de Graduação em Turismo
Ana Rosa Domingues dos Santos

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor.
Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu (s)
respectivo(s) autore(s).



Labor Movens
GRUPO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
EM CONDIÇÕES DE TRABALHO NO TURISMO



UnB | **CET**

Coordenação Geral

Angela Teberga de Paula
Thiago Sebastiano de Melo

Comitê Técnico-Científico

Angela Teberga - UnB
Donária Coelho Duarte - UnB
Ireneide Pereira da Silva - IFPE
Jean Henrique Costa - UERN
Luciene Jung de Campos - UCS
Neuza de Farias Araújo - UnB
Paulo Fernando Meliani - UDESC
Raoni Borges Barbosa - UERN
Raquel Pereira Belo - UFPI
Rita de Cássia Ariza da Cruz - USP
Sênia Regina Bastos - UAM
Susana de Araújo Gastal - UCS
Thiago Sebastiano de Melo - UnB

Comissão Organizadora

Artemísia dos Santos Soares
Bianca Briguglio
Bianca Paes Garcia dos Santos
Cecília Ulisses Frade dos Reis
Eline Tosta Felipe
Fernanda Costa da Silva
Geovana Bacim
Laercio dos Santos Silva
Ireneide Pereira
Juliana Carneiro da Costa
Mariciana Zorzi
Mayra Laborda Santos
Monique de Oliveira Serra
Renan Moraes
Thiago Eduardo Freitas Bicalho

Revisão dos Textos

Artemísia dos Santos Soares
Bianca Briguglio

Diagramação

Bianca Paes Garcia dos Santos

Brasília, DF
2023

3º SEMINÁRIO VIRTUAL

PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE O TRABALHO NO TURISMO

O FUTURO DO TRABALHO NO TURISMO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO EVENTO	7
PREFÁCIO	9
COMUNICAÇÕES ORAIS	13
A desvalorização do trabalho humano no século XXI e o descumprimento aos princípios constitucionais no Brasil.....	14
RESUMOS EXPANDIDOS	34
Da cana-de-açúcar ao turismo: desenvolvimento desigual e combinado na política econômica de Maragogi/AL	35
Trabalho Estranhado, Estranho Familiar e Estranhamento: Como explorar estes conceitos para o Turismo	52
Existe inovação no trabalho estranhado do Turismo?	59
Da Coleta do Pau-rosa (<i>Aniba roseadora</i>) ao uso da ictiofauna para o turismo: novas formas de exploração da natureza, velhas práticas e relações de trabalho	67
“Tem que tirar o black”: mulheres negras e os violentos processos de seleção de emprego na aviação brasileira	80
TURISMO: privilégio, prazer, repouso e servidão nas páginas da Vida Doméstica: Revista do Lar e da Mulher (1920-1930)	92

3º SEMINÁRIO VIRTUAL PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE O TRABALHO NO TURISMO O FUTURO DO TRABALHO NO TURISMO

APRESENTAÇÃO DO EVENTO

Robôs carregam as bagagens do hóspede no lugar de mensageiros; máquinas preparam e assam pizzas sem a necessidade do tradicional pizzaiolo; turistas fazem a reserva do hotel e compram passagens aéreas com a intermediação de um assistente virtual; passageiros fazem check-in, pesam e despacham sua bagagem através de um totem digital... Essa seria uma cena de um filme ficcional ou a realidade que nos aguarda nos próximos anos?

A partir dessa provocação, o grupo Labor Movens, vinculado ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (UnB), apresentou a 3ª edição do Seminário Virtual “Perspectivas Críticas sobre o Trabalho no Turismo”, cujo tema foi “O futuro do trabalho no turismo”.

O objetivo principal da edição era refletir sobre as tendências do futuro do trabalho no turismo, tendo em vista os avanços tecnológicos da indústria 4.0 e o contexto de desregulamentação das relações de trabalho.

Não sabemos, é claro, se viveremos uma enorme distopia no mundo da hospitalidade e do turismo. Certeza temos é que o capital não mede e não medirá esforços para intensificar o trabalho dos trabalhadores através do investimento em tecnologia, com vistas à redução de custos e extração de mais-valor. Ao contrário do que pode se imaginar, a tecnologia é acionada nos mais diversos setores produtivos, tanto para aumentar o ritmo de trabalho, como para controlar a classe trabalhadora.

Também não devemos perder de vista que a definição e a intensificação das jornadas de trabalho são, historicamente, resultado direto da tensão entre classe burguesa e trabalhadora. E aí está a importância da organização dos(as) trabalhadores(as) do turismo e do fortalecimento da categoria. Também reside aí a importância de pautarmos este e outros assuntos no ensino universitário e nos eventos acadêmicos de turismo, sem nos deixarmos iludir pelas armadilhas do mercado.

3º SEMINÁRIO VIRTUAL

PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE O TRABALHO NO TURISMO

O FUTURO DO TRABALHO NO TURISMO

Por essa razão, destacamos, mais uma vez, o seminário como um importante espaço para reflexão entre todos(as) interessados(as), em uma tentativa de se ultrapassar os muros que cercam as universidades para que essas reflexões alcancem, também e especialmente, os(as) trabalhadores(as) que fazem o turismo acontecer neste país.

Angela Teberga
Universidade de Brasília

Thiago Sebastiano de Melo
Universidade de Brasília

APRESENTAÇÃO

3º SEMINÁRIO VIRTUAL

PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE

O TRABALHO NO TURISMO

O FUTURO DO TRABALHO NO TURISMO

PREFÁCIO

O tema deste 3º Seminário “Perspectivas Críticas sobre o Trabalho no Turismo”, realizado virtualmente, é “O futuro do trabalho no turismo”. Nesta edição, procuramos refletir sobre as tendências do futuro do trabalho no turismo, tendo em vista os avanços tecnológicos da indústria 4.0 e o contexto de desregulamentação das relações de trabalho.

Ainda que seja impossível determinar com certeza como será o futuro do mundo da hospitalidade e do turismo, com a incorporação de tecnologia e processos de automação em atividades que, até poucos anos atrás, pareciam impossíveis de serem realizadas por máquinas, os serviços de atendimento e comunicação com os clientes têm sido progressivamente automatizados, por exemplo, reduzindo o quadro de trabalhadores e exigindo novas habilidades e conhecimentos daqueles que continuam trabalhando. O que podemos ter certeza é que o capital seguirá implacável em seu movimento para intensificar o trabalho dos trabalhadores. A tecnologia não serve aos trabalhadores, apesar de ter potencial para isso, mas ao capital, desenvolvida e empregada para reduzir custos e aumentar a extração de mais-valia.

A intensificação das jornadas de trabalho são, historicamente, resultado direto da tensão entre classe burguesa e trabalhadora. O emprego da tecnologia, infelizmente, é voltado para aumentar a exploração, invadir o tempo de não trabalho e até promover a vigilância e controle dos trabalhadores. A única forma de resistir reside na organização dos(as) trabalhadores(as) do turismo e do fortalecimento das categorias profissionais que compõem esse grupo heterogêneo de trabalhadores e trabalhadoras. É também no âmbito dessa organização que reside a importância de se pautar este e outros assuntos no ensino universitário e nos eventos acadêmicos de turismo, sem nos deixarmos iludir pelas armadilhas do mercado.

PREFÁCIO

3º SEMINÁRIO VIRTUAL

PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE

O TRABALHO NO TURISMO

O FUTURO DO TRABALHO NO TURISMO

O texto que abre estes Anais é de autoria de Lourival José de Oliveira, uma síntese de sua apresentação na Mesa Redonda *Legislação flexível, contrato de trabalho flexível: será o fim do emprego no turismo?*, intitulada “A desvalorização do trabalho humano no século XXI e o descumprimento aos princípios constitucionais no Brasil”. A partir de uma abordagem jurídica, o autor questiona o significado da expressão trabalho livre em sua dimensão constitucional, compreendida como aquele trabalho que, contrariando a lógica do mercado, é suficiente para prover o trabalhador do necessário para sua sobrevivência, assim como uma vida mais ampla, com valorização efetiva da pessoa humana. Para tanto, Oliveira vale-se da crítica à lógica da produção, e a necessidade de se criar mecanismos de intervenções nas relações de trabalho que sejam capazes de restabelecer a dignidade no trabalho. Esta crítica está incorporada aos princípios constitucionais, na medida em que o desenvolvimento econômico só se justifica a partir da valorização do trabalho humano.

Em seguida, o texto “Da cana de açúcar ao turismo: desenvolvimento desigual e combinado na política econômica de Maragogi/AL”, de autoria de Artemísia dos Santos Soares e Fabiano Duarte Machado, reflete sobre as forças político-econômicas e as contradições estruturais que sustentam o crescimento da atividade turística no município de Maragogi, no estado de Alagoas, traçando um panorama histórico do processo de reprodução da opressão a partir da divisão territorial do trabalho na cultura canavieira. A análise é realizada à luz da teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, a qual defende a ideia de que há territórios nos quais um setor extremamente moderno da economia pode existir concomitantemente a um mais atrasado, resultando numa formação social sem grandes contradições entre as classes dominantes, incluindo-se aí o turismo e seus reflexos.

PREFÁCIO

3º SEMINÁRIO VIRTUAL

PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE

O TRABALHO NO TURISMO

O FUTURO DO TRABALHO NO TURISMO

Felipe Zaltron de Sá, Carlos Eduardo Haas Hammes, Geovana Bacim e Alan Minzon Wilson assinam os dois textos seguintes, “Trabalho Estranhado, Estranho Familiar e Estranhamento: Como explorar estes conceitos para o Turismo” e “Existe inovação no trabalho estranhado do Turismo?”. O primeiro, em tom de ensaio, explora o binômio turismo e estranhamento. Os autores tomam três conceitos como pontos de partida: trabalho estranhado (de Marx), a ideia de estranho familiar (conceitos de Freud e Jung de Campos) e estranhamento (Gastal & Moesch).

No segundo, os autores adotam perspectiva marxista para indagar a relação entre inovação e trabalho estranhado. A ideia de inovação vem da análise do Plano Nacional de Turismo 2018/2022, numa abordagem, segundo os autores, que silencia e apaga o trabalhador, pois responde às necessidades e exigências do capital.

“Da Coleta do Pau-rosa (*Aniba roseadora*) ao uso da ictiofauna para o turismo: novas formas de exploração da natureza, velhas práticas e relações de trabalho” é a contribuição de Mayra Laborda Santos e Elenise Faria Scherer. Neste texto, as autoras trazem o histórico das dinâmicas de trabalho em torno dos recursos naturais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã/Amazonas que antecederam e/ou coexistem com o turismo de pesca que atualmente se realiza na região, numa dinâmica permeada por vários conflitos, tanto entre os trabalhadores da Reserva quanto entre estes e os agentes externos do turismo, como os proprietários de barco-hotéis.

O texto “Tem que tirar o black”: mulheres negras e os violentos processos de seleção de emprego na aviação brasileira”, de autoria de Natália Araújo de Oliveira, Cassiana Panissa Gabrielli, Gabriela Nicolau Santos e Laiara Borges Amorim analisa o racismo a partir da perspectiva interseccional nos processos seletivos das mulheres negras tripulantes da aviação comercial brasileira. O foco da análise reside no cabelo dessas mulheres, que possui também um

PREFÁCIO

3º SEMINÁRIO VIRTUAL

PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE O TRABALHO NO TURISMO

O FUTURO DO TRABALHO NO TURISMO

caráter simbólico, e confronta diretamente um determinado “perfil profissional” cujas características estão pautadas na branquitude.

Em “Turismo: privilégio, prazer, repouso e servidão nas páginas da Vida Doméstica: Revista do Lar e da Mulher (1920 - 1930)”, que encerra essa publicação, os autores trazem uma perspectiva histórica ao analisarem o tratamento do turismo na revista “Vida Doméstica: Revista do Lar e da Mulher”, uma publicação carioca que, evidentemente, tinha como público alvo as mulheres, entre 1920 e 1930. Os autores encontraram uma campanha de valorização do turismo nacional nas páginas da revista, assim como temas relacionados às questões de gênero, classe social, trabalhadores e trabalhadoras do turismo.

Pode-se dizer que, a partir dos textos apresentados pelos autores e autoras que integram esses Anais, o futuro do trabalho no turismo infelizmente não parece muito promissor. Uma abordagem historicizada dos temas revela muitos nexos de permanência entre o passado e o presente, que terão desdobramentos no futuro. Os textos apontam para estruturas de dominação e exploração, tanto simbólicas quanto materiais, tanto cotidianas quanto históricas, que passam por mudanças e transformações ao longo do tempo, que se adaptam a novas situações, que utilizam outras linguagens e instrumentos, mas que seguem firmes contribuindo com as forças do capital.

Artemísia dos Santos Soares
Docente IFAL Maragogi

Bianca Briguglio
Socióloga/UNICAMP

PREFÁCIO

COMUNICAÇÕES ORAIS

COMUNICAÇÕES ORAIS

A desvalorização do trabalho humano no século XXI e o descumprimento aos princípios constitucionais no Brasil

The devaluation of human work in the 21st century and the breach of constitutional principles in Brazil

Lourival José de Oliveira ¹

Resumo

Os avanços tecnológicos impuseram ao homem uma nova rotina de trabalho, explicada pela maior intensidade, com maior produtividade e competitividade, contribuindo para a redução em demasia da possibilidade da existência de um tempo livre. A tendência moderna em relação às relações de trabalho é a geração de um trabalho fragmentado, precário, voltado somente à sobrevivência humana, encontrando-se em desacordo com os princípios constitucionais e por sua vez com os direitos sociais que preveem um trabalho que possa contribuir com a redução das desigualdades sociais, com a emancipação do homem enquanto dando-lhe condições de expor sua criatividade e de localizar-se no meio social como agente realizador. O objeto do presente artigo foi estudar o significado da expressão trabalho livre em sua dimensão constitucional, enquanto sendo aquele trabalho que contrariando a lógica do mercado, é suficiente para proporcionar ao trabalhador não somente a sobrevivência mas uma vida construtiva, de valorização efetiva da pessoa humana. A crítica à lógica da produção deve ser capaz de criar mecanismos de intervenções nas relações de trabalho capazes de restabelecer a dignidade no trabalho. Esta crítica está incorporada aos princípios constitucionais, na medida em que o desenvolvimento econômico só se justifica a partir do momento em que o trabalho humano é valorizado, conforme ficou consignado no artigo 170 da Constituição Federal. Concluiu-se que a construção de formas de apropriação do trabalho pelo trabalhador, como no caso dos núcleos de trabalho e ou cooperativas de trabalho, onde aquele que trabalha consiga identificar o seu trabalho no produto realizado, pode se constituir em uma das alternativas na tentativa de resgatar a dignidade no trabalho, redesenhando uma nova estrutura social a partir de novas formas de organizações produtivas. Adotou-se o método dedutivo, com pesquisas bibliográficas em obras nacionais e estrangeiras.

Palavras-chaves: avanço tecnológico; centralização do trabalho; dignidade no trabalho; humanização no trabalho.

Abstract

Technological advances have imposed to man a new work routine, because of the greater intensity, with higher productivity and competitiveness, helping to reduce too much the possibility of the existence of a free time. The modern trend in relation to labor relations is generating a fragmented, precarious work, directed only to human survival, finding himself at odds with the constitutional principles,

¹ Doutor em Direito das Relações Sociais (PUC-SP). Integra o corpo docente da Universidade Estadual de Londrina; advogado em Londrina.

and turn to the social rights that provide a job that can contribute reducing social inequalities, with the emancipation of man while giving him conditions to expose their creativity and find yourself in the social environment as a director agent. The object of this Article the meaning of free labor in its constitutional dimension was studying, being the work that contradicting the logic of the market, is sufficient to provide the worker not only survival, but a constructive life, effectively valuing person human. The criticism of the logic of production must be able to create mechanisms for intervention in labor relations able to restore dignity at work. This criticism is incorporated into the constitutional principles, to the extent that economic development is only justified from the moment in which human labor is valued, as was enshrined in Article 170 of the Federal Constitution. It was concluded that the construction of forms of appropriation of work by the employee, as in the case of the working groups and labor unions, or, where that working can identify their work done on the product, can constitute an alternative in an attempt restore the dignity of work, redesigning a new social structure based on new forms of productive organizations. Adopted the deductive method, with bibliographical research in domestic and foreign works.

Keywords: technological progress, centralization of employment, decent work, human work.

Introdução ao estudo

O avanço do capitalismo através da descoberta de novas técnicas para serem empregadas na produção deu origem à várias reflexões sobre o destino a ser trilhado pela humanidade. Muitas vezes tudo parece natural, quando na verdade trata-se de uma construção histórica. O mercado de trabalho assim como o mercado econômico, não são entes imaginários formados naturalmente. Trata-se de construções feitas pelo homem, muito embora, por vários momentos, queira transparecer como algo imodificável, que se rege por leis naturais, como se tudo já tivesse uma direção e um desenvolvimento previamente estabelecido.

Todas essas mudanças lançam cada dia mais um intenso debate sobre o significado do trabalho no século XXI, considerando que é público e notório que o seu início apresenta como característica a oferta de postos de trabalho em sua maioria precários.

O interesse privado é o que tem prevalecido nas relações empresariais, podendo traduzir aqui em lucratividade. Muitas vezes tem-se até mesmo a criatividade humana sendo freada pelos interesses de determinados oligopólios que dominam uma parte da produção científica, que não é livre e nem democratizada.

Dentro desta análise desponta-se a importância do estudo sobre o trabalho, o seu significado na sociedade do século XXI, podendo apontar aqui duas linhas teóricas. A primeira que apresenta o trabalho como ponto de centralidade e a segunda que o coloca em um segundo plano, ou seja, descentralizado.

Nos tópicos que seguem serão apresentadas estas duas vertentes e mais a frente será traçado o lineamento constitucional sobre a valorização do trabalho humano e os pontos de estrangulamento quando comparado com o que ocorre na prática. O objetivo final é apresentar uma nova alternativa para o resgate da valorização do trabalho humano considerando as duas vertentes teóricas estudadas.

Adotou-se o método dedutivo, baseado em pesquisas teóricas, multidisciplinar, em especial aproximando dos estudos da economia e da administração empresarial.

Da centralidade a não centralidade do trabalho e as inovações tecnológicas

Robert Cantil (apud CASTEL, 1988) defende a ideia da necessidade de um novo pacto social (ou contrato social), com a construção de um “capitalismo mais humanizado”, objetivando uma maior distribuição de renda. Os excluídos socialmente são aqueles que não tem emprego e condições de empregabilidade ou que se encontram em condições de subemprego. O individualismo cresce ao ponto de não ser sentido o coletivo. Desta feita, o que se tem é a crise do trabalho, de integração dos menos favorecidos no mundo do trabalho. Neste contexto, o trabalho passa a ser uma referência social e psicológica.

Mantendo-se o trabalho como centro, mas seguindo outra vertente, existem aqueles que o concebem como a alienação do homem. Vale citar Antunes Mészáros, Frigotto, Lucena, Gounet, Kuenser, Machado, Mello, Salm, Bihr, Saviani, dentre outros.

Os homens exercem o papel mais importante na produção das riquezas. O problema é que elas estão concentradas. O capitalismo produz as riquezas mas não consegue de forma satisfatória distribuí-las. A construção do ser social, de acordo com Marx, está centrado no trabalho. Os laços sociais, a própria forma

de existência humana está centrada no trabalho. A forma como se realiza o trabalho determina o tipo de ser social (GRESPLAN, 2008).

Em um primeiro plano, o trabalho é a relação do homem com a natureza. É a sua força natural confrontando-se com a natureza. Depois, ao mesmo tempo em que ele (homem) modifica esta natureza, ele se modifica também. Na primeira fase, o trabalho enquanto força natural não se encontra desapropriado da pessoa humana. Na segunda fase ele se constitui como mercadoria a ser vendida por aquele que naturalmente a possui, construindo com isto a sua condição de vida.

O trabalho, que deveria ser um meio voltado para a humanização, com os avanços tecnológicos (invenção das máquinas), passou a ser a forma de dominação, onde aqueles que detêm os modos de produção passaram a controlar aqueles que não possuem esses meios. A máquina com suas variadas e sucessivas revoluções tecnológicas foi para o marxismo o grande ponto de transformação da sociedade, definindo inclusive a concentração de riquezas em detrimento de uma maioria. Esta é a própria expressão maior da coisificação do homem, tendo o trabalho ou a forma de prestação de trabalho como ingrediente de grande importância.

O modo de se vestir, a forma de o homem viver, de sentir, de gostar, são construídas a partir do trabalho. Nesse sentido, o trabalho contribui para a alienação humana. Seguindo Hegel, Marx escreve suas obras baseando-se no citado autor, que acaba diferenciando o homem dos animais, por conta dos seus anseios ilimitados. A alienação do homem é um processo histórico com sólidas relações com o trabalho. O produto do trabalho produzido pelo trabalhador lhe é estranho. Quando se tem a mercadoria, pronta e acabada, o valor do trabalho que a produziu desaparece, razão pela qual ela pode ser trocada por um valor determinado, valor este que foi construído através do mercado.

Sendo assim, pode ser afirmado que o modo de produção capitalista provoca a alienação daquele que contribuiu com a sua força de trabalho. Não possuindo os meios de produção, os trabalhadores são obrigados a venderem suas forças de trabalho sem mesmo saber aquilo que estão produzindo e o valor que este produto detém.

A questão que se coloca é: mesmo com as inovações tecnológicas, o trabalhador continua necessário para a produção capitalista? Talvez seja o caso

de se questionar até que ponto a tecnologia poderá avançar, ao ponto de não mais necessitar da mão-de-obra humana. Será isso possível? Será possível viver em um mundo que a mão-de-obra humana seja dispensável ou utilizada de forma mínima ao ponto de uma grande massa de trabalhadores, qualificados ou não, serem dispensáveis?

Jeremy Rifkin (2007), se posiciona no sentido que a tendência do emprego é chegar a um fim. Segundo o autor, os postos de trabalho que são extintos em face do avanço tecnológico não serão mais recuperados, e, ainda com a diversidade e a criação de novos postos de trabalho, com novas atividades a serem desenvolvidas pelos seres humanos, não será suficiente para atender toda a demanda por empregos.

A automação gera maior produção, que acaba fazendo com que os preços dos produtos abaiquem, tornando-os mais competitivos. Esta cadeia, que de certa forma traz vantagens para o consumidor, acaba por produzir também a redução do emprego ou empregos precários. Trata-se do aumento da produtividade sem a geração de emprego ou com a redução dos custos empregados na compra da força de trabalho.

Kurs (1992) afirma que a luta de classes não é o motor de transformação da sociedade e sim o fetiche da mercadoria. Estes pensamentos ganharam valoração para fins de estudo com a crise do capitalismo do final da década de 60 (século XX). Ao mesmo tempo, Habermas (1998) aponta a dificuldade do homem em se desvincular da racionalização crescente. Para este último autor, a linguagem e não o trabalho apresenta-se como o centro das relações humanas. A linguagem é o que possibilita dar nomes às coisas, tratando-se de um ato de consciência.

Com o avanço do capitalismo, a ciência se transformou na principal força produtiva. Para Habermans, que se contrapõe a Marx, a possibilidade de superação não está no trabalho e sim nas mediações construídas a partir de um agir entre das pessoas.

Surge desta visão descentralizada do trabalho a estruturação de novas classes sociais, agora baseadas no tempo livre (GORZ, 1987), explicando assim o conceito de socialismo pós-industrial, que seria uma sociedade baseada no desperdício mínimo. Ou seja, viver mais com menos.

Trata-se de uma nova planificação daquilo que se é produzido. Uma nova coordenação, reduzindo ao mínimo as atribuições dos homens e estendendo-se as atribuições autônomas. O Estado passa a ter um papel decisivo nesta emancipação humana. Deve haver uma superação do trabalho alienado, crescendo-se os incentivos para o trabalho cooperado.

Esta linha de pensamento ganhou muita expressão no Brasil, a partir de Ladislav Dowbor, que lança luz em outras formas de prestação de serviços, realização de trabalho, que não a assalariada (que seria o maior exemplo de trabalho assalariado), como instrumento de superação da crise. Uma delas se apresenta através da apropriação pela própria comunidade do processo de produção (Dowbor, 2009), conforme será desenvolvido no decorrer do presente estudo.

Dignidade do trabalhador, o novo cenário globalizado e os princípios constitucionais.

Primeiramente precisa-se tentar conceituar globalização, ainda que sendo uma tarefa bastante difícil. Contudo, rapidamente conceituando, para servir para o momento, globalização é um misto de realidade e ideologia. Parece que o homem é globalizante em seu instinto (no sentido de uniformizar comportamentos).

Através desta onda globalizante, o Estado se contrai e as políticas públicas se desfazem sob o mito de que o público não presta. Nesse sentido, especialmente no Brasil, em meados da década de 90, criou-se um discurso que o público, a coisa pública, deve ser vendida para que se construa a otimização a partir de processos de privatização. O que ninguém esperava é que a crise inaugurada de forma concreta a partir de setembro de 2008 tenha ocorrido pela liberdade que se deu ao mercado financeiro de se auto organizar, chegando a ser defendido atualmente que o mercado financeiro deva ser regulado.

A economia é privada e através dela monta-se o estudo de uma competitividade sem precedentes que tende a concentrar capital a ponto de eliminar os competidores e caminhar para a construção de um mundo estruturado em monopólios.

São condições necessárias para atingir esta realidade monopolista: 1) desregulamentação e liberdade de mercado sem interferência do Estado, salvo naquilo que interessa, como por exemplo, dificuldade de cumprir os pressupostos legais para a realização da greve ou a liberação da exploração das jazidas de petróleo desde que as empresas que se habilitem a explorá-las cumpra certos requisitos só possíveis de serem cumpridos pelas líderes de mercado; 2) liberdade de mercado com reservas de proteção alfandegárias; 3) destruição de armamento nuclear com exceção dos Estados que estão ampliando seu arsenal bélico (EUA e Inglaterra); e, 4) união de grandes empresas que atuam no mesmo setor da produção, produzindo agora de forma descentralizada e multinacional.

Neste último caso, com o referendo do Estado nacional, que apoia as fusões de empresas como sendo o requisito necessário para constituir grandes empresas a fim de enfrentar o mercado internacional. Ocorre que se esquece na maioria das vezes a questão da liberdade de mercado, por conta que as mesmas fusões acabam formando grandes monopólios em determinados setores da produção, controlando preços e tornando praticamente indefeso os consumidores, como também regulando o valor do trabalho.

E como se encontra a organização do trabalho (ou divisão do trabalho) neste mundo globalizado? As empresas se redimensionaram, alterações são feitas todos os dias, sempre em busca de melhorar a produtividade e aumentar a competitividade. O trabalho imaterial e criativo ganha peso por conta de que a máquina já está podendo fazer o resto.

Resta saber quantos trabalhadores criativos serão necessários para atender as necessidades deste novo modo de produção. Isto porque, outro processo que está ocorrendo é a concentração de atividades sobre a mesma pessoa, o que torna possível afirmar que haverá desemprego também para os chamados qualificados criativos.

A dignidade da pessoa humana é a base da República (artigo 1º da C.F). O Estado Democrático de Direito está assentado na limitação do Estado pelo Direito e na legitimação do poder político pelo povo. Os direitos sociais, caso sejam fundamentais também são inalteráveis.

Para Ives Gandra Martins (1998), a Constituição apenas declara os direitos fundamentais, ela não os constitui (preexistem à própria Constituição).

É possível afirmar que os direitos fundamentais e econômicos compõem o que se convencionou chamar de cidadania social e econômica, que nada mais é que uma nova concepção do conceito de cidadania. Depois, o mesmo autor apresenta a chamada “teoria da justiça”, que nada mais é que o artigo 6º da Constituição Federal complementado com o artigo 170 da mesma carta, com os resultados que devem ser obtidos contidos no artigo 3º da mesma carta.

Para Bobbio (1992), os direitos individuais traduzem-se em liberdades, exigindo-se obrigações negativas dos órgãos públicos, ao passo que os sociais se constituem em poderes, somente sendo realizados por ações positivas. Desta feita, seguindo as lições de Canotilho (2007), ainda que através de um poder constituinte originário, não se pode construir uma Constituição num vácuo histórico-cultural.

A construção de uma constituição está vinculada a valores e princípios internacionais, que se contrapõe ao que era pregado quando da Revolução Francesa, onde o poder de constituir tinha uma espécie de atributo divino (que era a ideia da onipotência constituinte). Daí surge a necessidade da observância dos princípios de justiça suprapositivos ou supra legais como limitadores da liberdade de constituir. Um poder constituinte não pode se dissociar da observância dos direitos humano.

Segundo Oscar Vilhena Vieira (1999) só é possível pensar a constituição levando-se em consideração o seu valor ético. Sendo assim, até cláusulas “petreas” seriam modificáveis quando em desacordo com os princípios da dignidade da pessoa humana.

Conforme já afirmado anteriormente, a economia baseia-se em fatores privados, onde o que conta é a lógica do lucro e não a satisfação das necessidades sociais. Segundo Keynes, o volume de emprego é que determina o nível dos salários reais. Significa que o Estado deve coordenar os investimentos porque os juízos privados estão exclusivamente voltados para o “lucro privado”.

E esse pensamento reinou na Europa até o início da década de 70. Ou seja, se queria combater o desemprego e promover o emprego, bastava ter inflação. Caso desejasse baixar a inflação, deveria sujeitar-se ao crescimento do desemprego. (Apud, NUNES, 2003, p. 4 a 8)

Essa nova teoria, chamada de monetarista, explicava o desemprego enquanto sendo algo voluntário. Ou seja, o trabalhador está desempregado por uma opção sua, ainda que diante da existência de empregos cujos salários não atendam suas necessidades. Para a teoria monetarista, o trabalhador é visto individualmente, o que explica o combate às organizações sindicais.

Para os monetaristas, os sindicatos são os responsáveis pela queda do número de empregos. E o crescente desemprego, quando questionado, explica-se pelo aumento natural do desemprego, resultado da evolução demográfica, da derrota das economias, como se a pobreza fosse algo natural, podendo ser combatida através da redução salarial, compatibilizando os custos de produção a fim de viabilizar a continuação do empreendimento privado.

O que vale é a continuação do empreendimento privado, ainda com desemprego, a fim de que ele se recupere, recuperando assim o fluxo de emprego. Este raciocínio, com algumas variações, é o que está hoje sendo empregado no Brasil e nas propostas econômicas internacionais, com investimentos públicos para salvar empreendimentos privados.

Para alguns fisiocratas (Dupont de Nemours principalmente), o aumento das riquezas trás necessariamente o aumento das desigualdades sociais. A aquisição da propriedade exclusiva de uma coisa gera uma exclusão em relação às demais pessoas (François Quesnay). A desigualdade econômica é considerada uma característica inerente às sociedades burguesas, apesar de terem vindo proclamar que todos os homens são livres e iguais perante a lei (NUNES, 2003).

A economia política, surgida com o capitalismo justifica a miséria como algo natural, legítimo, inerente às coisas, como que uma lei natural e absoluta. Keynes se opunha ao fato de que a miséria deve ser encarada como algo natural. As economias precisam ser equilibradas, devendo o Estado assumir referida tarefa. Por esta razão, devem ser preservados os consumos de massas, o subsídio às doenças e a previdência estatal, que se traduzem no chamado Estado Providência (1930) (NUNES, 1988).

O próprio Adam Smith, em suas reflexões, afirma que o contrato de trabalho não é um contrato com os outros porque ao trabalhador falta a liberdade para contratar. O maior dos liberais pressupunha a diferença fática para contratar

quando o objeto era o trabalho, transcendendo assim a igualdade puramente jurídica.

Desta feita, o evoluir tecnologicamente não está fazendo com que na mesma proporção seja diminuída a pobreza. É preciso uma reorganização social. Torna-se necessária a construção da crítica ao desenvolvimento disforme, o surgimento de novas formas de relações sociais de produção. Deve haver a negação da ciência do progresso, a não ser que esteja ela voltada ao crescimento do ser humano. O progresso econômico não significa necessariamente avanço social, e, a partir desta premissa, reorientar as formas de prestação de trabalho.

Caso assim não faça, a lógica da produção atual imporá a cada dia mais a redução de custos operacionais, trazendo grandes sacrifícios sociais para aqueles que verdadeiramente produz, no caso, os trabalhadores. O processo de automação extingue postos de trabalho, as representações sindicais são esfaceladas pela crise, sobrando para o trabalhador o ônus de arcar com o restante dos custos empresariais.

O significado e o alcance do artigo 170 da Constituição Federal

É difícil não debater, em um primeiro momento, a aproximação entre a economia e o Direito. Basta dizer da valoração normativa que o Direito atribui a uma diversidade de fenômenos econômicos. Atualmente, grandes evoluções tecnológicas, que possuem repercussões econômicas, são objetos de estudos e tentativas de regulamentação pelo Direito, o que significa que a Economia e o Direito são indissociáveis.

Basta dizer que qualquer agente econômico, como exemplo, uma grande montadora, estará disposta a instalar sua fábrica neste ou naquele país, levando-se em conta as condicionantes normativas (limites jurídicos impostos) para aquela localidade, em especial no que se refere às proteções sociais.

Caso em uma determinada localidade exista normas de ordem pública que atribuem aos trabalhadores determinados direitos, a empresa que ali se instalar saberá que terá um custo adicional para somar ao valor do seu produto final. Efetivamente é desta maneira que economicamente se visualiza o valor

empresarial despendido com os trabalhadores que diretamente laboram naquela determinada atividade empresarial.

Os argumentos econômicos se destacam dos argumentos normativos. Os argumentos normativos dizem respeito ao que poderia ser. São impregnados de valor, confrontando-se argumentos filosóficos, religiosos, culturais e etc. Os argumentos econômicos dizem respeito ao que foi, ao que é e o que poderá vir a ser. Pelo menos, caso abstenha a economia do seu dever ético.

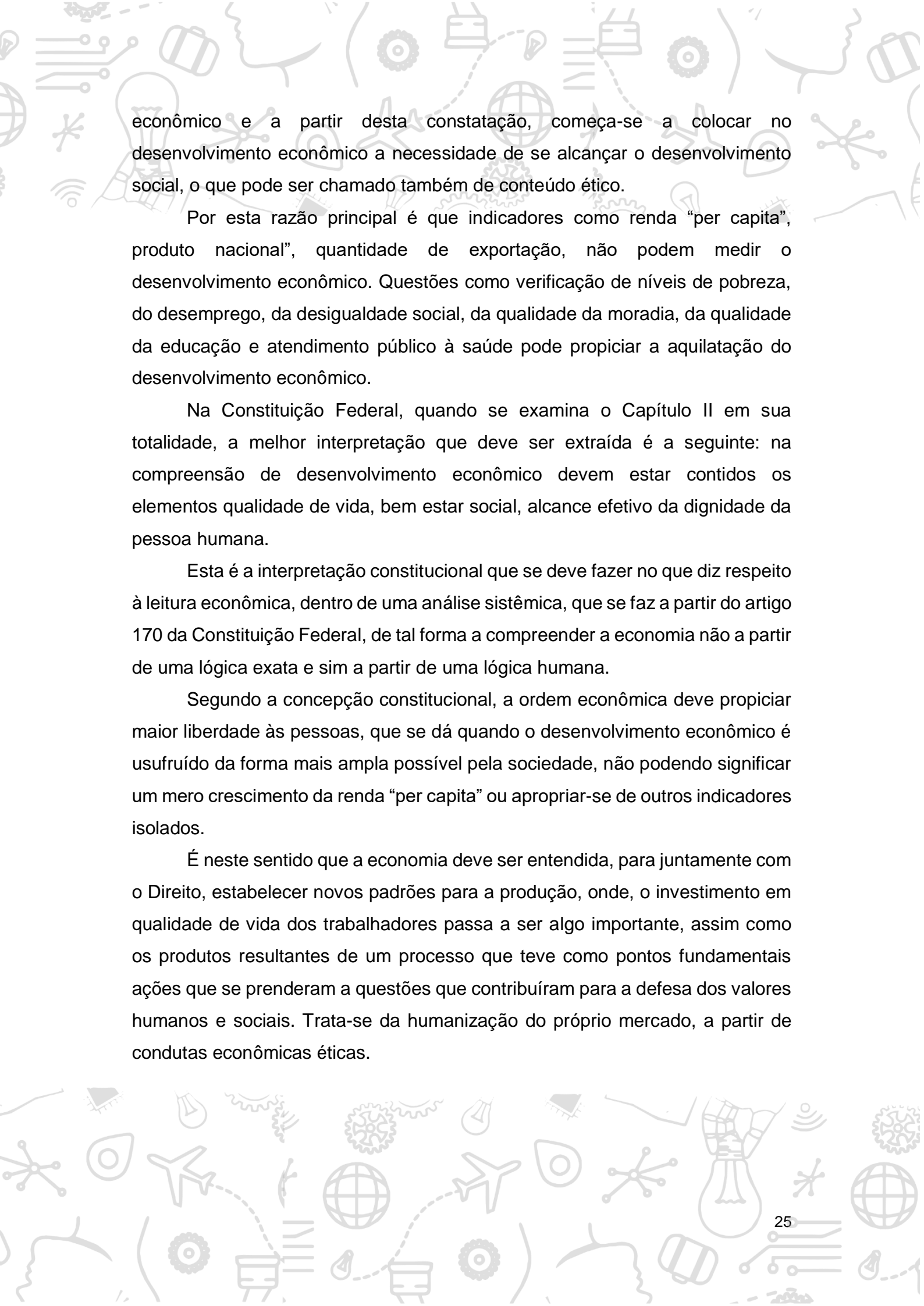
Tudo parece indicar que atualmente na prática, o que está prevalecendo é o posicionamento positivo, aqui empregado no sentido de econômico. Desta feita, propõe-se a tentativa de libertar a economia de uma influência hegemônica dos paradigmas mais apropriados às ciências físicas, partindo-se para uma formulação do dever ser, à semelhança do Direito, na medida em que a ela deve-se agregar o conteúdo ético.

Contudo, deve-se também tomar cuidado que o Direito não pode assumir o papel de querer normatizar a economia, de tal maneira a desconsiderar a realidade econômica existente (lembrar dos insucessos dos planos econômicos).

Da mesma forma, precisa ser levado em conta o equívoco cometido pelos positivistas que viam o Direito com certa simplicidade, como uma rede hierarquizada e formal de normas. As estruturas lógico-normativas do positivismo de Kelsen desconsideraram a trajetória móvel do Direito no mundo dos valores, podendo ter surgido daí o convencimento que a norma é capaz de regular a economia.

Daí recai a preocupação maior do intérprete com o fim buscado pela lei e não, com a sua vontade. Trata-se de hierarquizar os princípios na sua interpretação. O Direito é um sistema aberto, razão pela qual ao intérprete caberá a busca pelo maior significado no caso concreto, superando as antinomias a partir das confrontações teleológicas, tendo em vista a solução de casos concretos. Para Juarez Freitas, a norma não pode ser interpretada separada dos fatos (2004).

Voltando-se para o dilema Direito e Economia, aparece a questão do desenvolvimento. O crescimento econômico é desenvolvimento? Alguns autores apontam que crescimento econômico deve estar relacionado com melhoria da qualidade de vida e com liberdade para que se tenha desenvolvimento. Crescimento econômico é diferente de desenvolvimento



econômico e a partir desta constatação, começa-se a colocar no desenvolvimento econômico a necessidade de se alcançar o desenvolvimento social, o que pode ser chamado também de conteúdo ético.

Por esta razão principal é que indicadores como renda “per capita”, produto nacional”, quantidade de exportação, não podem medir o desenvolvimento econômico. Questões como verificação de níveis de pobreza, do desemprego, da desigualdade social, da qualidade da moradia, da qualidade da educação e atendimento público à saúde pode propiciar a aquilatação do desenvolvimento econômico.

Na Constituição Federal, quando se examina o Capítulo II em sua totalidade, a melhor interpretação que deve ser extraída é a seguinte: na compreensão de desenvolvimento econômico devem estar contidos os elementos qualidade de vida, bem estar social, alcance efetivo da dignidade da pessoa humana.

Esta é a interpretação constitucional que se deve fazer no que diz respeito à leitura econômica, dentro de uma análise sistêmica, que se faz a partir do artigo 170 da Constituição Federal, de tal forma a compreender a economia não a partir de uma lógica exata e sim a partir de uma lógica humana.

Segundo a concepção constitucional, a ordem econômica deve propiciar maior liberdade às pessoas, que se dá quando o desenvolvimento econômico é usufruído da forma mais ampla possível pela sociedade, não podendo significar um mero crescimento da renda “per capita” ou apropriar-se de outros indicadores isolados.

É neste sentido que a economia deve ser entendida, para juntamente com o Direito, estabelecer novos padrões para a produção, onde, o investimento em qualidade de vida dos trabalhadores passa a ser algo importante, assim como os produtos resultantes de um processo que teve como pontos fundamentais ações que se prenderam a questões que contribuíram para a defesa dos valores humanos e sociais. Trata-se da humanização do próprio mercado, a partir de condutas econômicas éticas.

Os princípios constitucionais, a necessidade da preservação da liberdade no trabalho e o modo de produção capitalista do século XXI.

Discute-se na moderna relação de trabalho: a- de um lado o mundo globalizado exigindo redução de custos e aumento da produtividade, fazendo com que se busquem novas formas de relações laborais (que em regra são mais fragilizadas em termos de direitos para os trabalhadores); b- também se encontram as empresas menores, que se acham tão fragilizadas quanto se acham os trabalhadores; c- o Direito Previdenciário, com os sistemas públicos de previdência em situações que inspiram cuidados.

Dentro deste diálogo, muitas vezes contrapostos, surge a seguinte indagação: Como se valoriza o trabalho humano? Para responder de forma didática e com a maior objetividade, usou-se aqui apropriar dos seguintes parâmetros: a- que o trabalho seja livre, liberdade aqui no sentido de o ser humano ter várias oportunidades e possibilidades de trabalho; b- que o trabalho seja de qualidade, entendendo-se como tal aquele em que o ser trabalhador possa se expressar através dele. Trata-se de um trabalho que mostra a importância do seu agente trabalhador perante a sociedade.

Esta concepção está voltada para a centralização do trabalho, que de certa forma apropria-se de conceitos marxistas, porém, buscando ações que possam revelar o trabalhador, a fim de que o mesmo se situe dentro do fluxo da produção enquanto ser valorado. Trata-se do trabalho a partir de um novo conceito de vida ou da vida a partir do trabalho valorado.

Ao mesmo tempo não se pode perder de vistas no plano normativo o artigo 1º, IV e o artigo 193, ambos da Constituição Federal. Dentro desta ótica conclui-se que: constitucionalmente não é possível apreender o conceito de trabalho dentro de uma visão meramente patrimonialista. Também significa que o trabalho não é somente um fator de produção.

Por essa razão é que o trabalho está estruturado sob a forma de contrato, sem, contudo, ser um simples contrato, tendo por objeto a força de trabalho, por conta que não se trata de um objeto descartável e medido apenas patrimonialmente. Através do trabalho se expressa a vida e produz-se o homem.

Justificado assim fica, normativamente, a proteção dispensada pelo sistema normativo ao trabalhador. De forma mais simples, o próprio princípio

protetivo do Direito do Trabalho em relação ao ser trabalhador e ao ser que ainda não tem seu trabalho.

Voltando-se à mesma indagação. Como se valoriza o trabalho? Em um primeiro momento, através da geração de mais postos de trabalho; que haja um melhor trabalho com mais satisfação, com menos riscos, com mais criatividade, com a participação de quem trabalha no gerenciamento empresarial, sem discriminação; que seja melhor retribuído, com a efetivação dos direitos sociais consubstanciados nos artigos 6º a 11º da C.F.; que haja uma efetiva política pública de qualificação da mão de obra, capacitando criativamente o ser humano.

Outra questão que importa no estudo dos princípios e que se encontra contido no artigo 170 da Constituição Federal trata-se do princípio da livre iniciativa. A livre iniciativa se constitui em um dos fundamentos da ordem econômica, como o direito que todos possuem de investirem no mercado de produção de bens ou serviços por sua conta e risco.

Nesta esteira, novamente se faz necessária a presença do Estado para garantir esta livre iniciativa? A livre iniciativa trata-se da principal marca do Estado capitalista. Prende-se também ao direito de propriedade.

Para estudar a livre iniciativa não pode ser perdida a finalidade ou o objetivo da ordem econômica, da forma como foi apreendida pela Constituição Federal. Ou seja, a ordem econômica, constitucionalmente compreendida tem por finalidade alcançar a existência digna do homem. Desta feita, cria-se uma grande condicionante da autonomia privada, que é a de agir com respeito aos valores substanciais ligados à pessoa humana.

Cabe citar neste momento do trabalho os ensinamentos de Eros Grau. A Constituição Federal consagra um regime de Estado organizado, com a defesa da livre iniciativa, admitindo-se a sua intervenção para: a - coibir abusos; b- preservar a livre concorrência; c- evitar a formação de monopólios; d- evitar o abuso do poder econômico. A Constituição Federal contempla a economia de mercado e repudia o dirigismo estatal. A Constituição é capitalista, sendo que a liberdade de mercado só é admitida enquanto exercida no interesse da justiça social. (GRAU, 2005)

Em outras palavras, o que ocorre é a necessidade de serem transplantados os princípios contidos nos artigos 1º, 3º, 5º, do 7º aos 11, artigo

24, I, artigo 37, XIX, todos da Constituição Federal, para obter-se a interpretação do conteúdo transcrito no artigo 170 também da Constituição Federal, a fim de que se torne possível entender a ordem econômica segundo a Constituição Federal.

Resta por último indagar sobre a incoerência do atual modo de vida, criado a partir da exploração do trabalho humano em comparação com os princípios que norteiam a Constituição Federal, passando pela crítica às inovações tecnológicas, segundo o modelo imposto internacionalmente a partir do final do século XX.

Em outras palavras, unir o que até aqui foi dito, de forma crítica e construtiva, de forma a entender o que está acontecendo com o trabalho humano no Brasil e no mundo.

O primeiro apontamento diz respeito às defesas que se fazia em que a tecnologia poderia libertar o homem do trabalho, dando a ele condições de ter um maior tempo para o lazer, para a sua família acabou se perdendo em face da dura realidade atualmente vivida. Em outras palavras e parafraseando a historiadora Marilena Chauí, “o sonho acabou” (CHAUÍ, 2000).

Com o progresso tecnológico, tornou-se mais distinto, principalmente após a II Grande Guerra Mundial (1950), a diferença entre empregar a tecnologia de forma criativa e empregar-la de forma destrutiva. Também, começou a despontar o significado de avanço científico, tecnológico, aumento do consumo e felicidade social ou desenvolvimento humano.

O consumo de determinado aparelho doméstico, por exemplo, em um primeiro momento criou a utopia da felicidade ou da realização pessoal, que aos poucos desaparecia, talvez pela facilidade que foi sendo construída do acesso àquele mesmo aparelho, ou, pelas inovações que se apresentavam, criando novas ansiedades e novos desejos.

Desta feita, a “manipulação” sofrida a partir do trabalho se estende para a manipulação quanto ao que consumir, dando por assim dizer início a uma sociedade de massa, criando por assim dizer uma espécie de tentativa de uniformização contínua, vencendo diferenças culturais, históricas e expandindo-se sem limites de fronteiras, no que se traduz na expressão “imposição de modo de vida”.

Tem-se uma construção que já vinha do século XIX, em torno do trabalho assalariado, crescendo para uma paixão desmedida pelo trabalho, como se o trabalho representasse a própria essência do ser humano, que não pode existir sem que esteja trabalhando. Tal concepção contou em grande parte com doutrinas religiosas, sem aqui entrar a fundo no estudo dessas variadas doutrinas.

Dessa paixão pelo trabalho, tiveram-se as seguintes situações concretas: a necessidade da dupla jornada, que foi crescendo no mesmo compasso em que os salários foram reduzidos; a participação da mulher de forma maciça no mercado de trabalho, como que com isso houvesse a sua libertação, inclusive de ordem sexual; a polivalência do trabalhador como sinônimo de algo moderno e qualificado, sem falar aqui de outros exemplos clássicos que se seguiram, a partir do momento que o trabalho passou a ser o principal objetivo a ser alcançado.

Ocorre que dentro do trabalho, tem-se a sua própria classificação. Em um primeiro plano vem o trabalho permanente, aquele trabalho estável, que pode promover a tranquilidade de sobrevivência. E, o trabalho fragilizado, que no caso se encontram aqueles que se sujeita a iniciativa privada no Brasil, na maioria das vezes, onde incessantes processos de adaptação e de reengenharia consomem ou modificam postos de trabalho, tornando-o fragmentado, de curta duração e mal remunerado.

O homem do século XXI quer ter um trabalho de qualidade, considerado como tal aquele trabalho cuja fonte é estável, exemplificado como o trabalho advindo do setor público em determinadas carreiras para o caso brasileiro.

Acontece que impregnado por todo este culto ao trabalho, hoje, muito mais do que nos séculos XIX e XX, o ser trabalhador se aliena, se individualiza, se consome e se torna ignorante do seu próprio ser social que representa.

Ao mesmo tempo em que a busca do trabalho de boa qualidade guarda no seu interior a busca pela melhoria das condições de vida do trabalhador, não percebe o próprio trabalhador que já se encontra na maioria das vezes exercendo um trabalho que lhe rende a miséria, o sofrimento, não lhe produzindo qualquer reconhecimento social ou bem-estar.

A teoria marxista, já citado neste estudo, compreende que o poder libertador advirá do trabalho, na medida em que a classe trabalhadora é o sujeito

que detém o poder de transformar a sociedade. O proletariado seria por assim dizer o sujeito para criar uma nova sociedade, uma nova forma de se prover a vida. Agora, a questão que se coloca é: como alcançar este intento dentro das condições que hoje se encontra o trabalho, em especial pela sua substituição do trabalhador pelas máquinas?

As máquinas conseguem produzir por menores custos, contribuindo assim fortemente para um crescimento quantitativo do número de mercadorias e bens que são encontrados no mercado. A superprodução acaba por influenciar ainda mais no mercado de trabalho, que de certa forma torna-se a viga mestra que embala um novo sonho. O sonho no sentido que somente com muita produção e acelerando-se o consumo se constrói uma sociedade menos desigual e mais livre. Em outras palavras, que o crescimento econômico é o fator necessário para a liberdade humana.

Ocorre que este crescimento econômico é acolhido e realizado através de processos que estabelecem uma lógica despida de valor ético.

Conclusão

O trabalho encontra-se erigido em uma das ferramentas ou meios voltados à humanização, à realização do homem, talvez uma das poucas possibilidades de se reduzir as desigualdades sociais, de forma a construir uma sociedade solidária.

No entanto, da forma como ele está sendo realizado, partindo-se da própria compreensão das estruturas empresariais atualmente existentes, percebe-se que os principais objetivos buscados através do trabalho é a máxima exploração do trabalhador, utilizando-se para tanto das novas tecnologias existentes, que proporcionam controles nunca vistos sobre a forma de se realizar o trabalho.

Podem ser citados como exemplos, o emprego de métodos que apontam para a individualização do trabalhador, a não existência de laços de afetividade, criando uma filosofia de vida a partir do trabalho para o aperfeiçoamento do trabalho. Isto se explica por conta que a sobrevivência passou a ser a maior meta criada e buscada através do trabalho.

Este processo de reducionismo do trabalho humano inverteu a ordem valorativa da vida, uma vez que ela passou a ser pensada a partir do trabalho, o que pode ser constatado na prática com o processo contínuo de redução do tempo livre do trabalhador. Não se trata de trabalhar com causas e conseqüências más sim de forma dialética, dentro de uma dinâmica que se aperfeiçoa e aliena a cada vez mais aquele que trabalha.

A construção de formas de apropriação do trabalho pelo trabalhador, através de núcleos de trabalho e ou cooperativas de trabalho, onde aquele que trabalha consiga identificar o seu trabalho no produto realizado, pode se constituir em uma das alternativas para esta segunda via, na tentativa de resgatar a dignidade no trabalho, redesenhando uma nova estrutura social a partir de novas formas de organizações produtivas.

Referências Bibliograficas

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Campinas: Cortez, 1995.

_____. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. – São Paulo: Boitempo, 1999.

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAUMAN, Z. **Globalização:** as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**, 9ª ed., Rio de Janeiro:Campus, 1992

BORON, Atílio A. Hegemonia e imperialismo no sistema internacional. In: BORON, Atílio A. (org). **Nova Hegemonia Mundial:** alternativas de mudança e movimentos sociais. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, 2004.

BRAVERMAM, H. **Trabalho e Capitalismo Monopolista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional**, 1 ed., Lisboa: Almedina, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução.** In **P. Lafargue, o direito à preguiça.** São Paulo:Hucitec, 2000.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. Parte VII, p.415-494.

COSTA, Achyles Barcelos e outros. **A irracionalidade no debate público**. Capturado, janeiro, 2009.

<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1777/2146>.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Trad. Lea Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DOWBOR, Ladislaw. Política Nacional de apoio ao desenvolvimento local (artigo). Capturado em abril/2009. <http://dowbor.org/artigos.asp>

FREITAS, Juarez. **Interpretação sistemática do direito**. 4ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

GOERGEN, Pedro. **Pós-Modernidade, Ética e Educação**. Campinas: Autores Associados, 2001 (Coleção polêmicas do nosso tempo; 79).

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

GORZ, A. **Adeus ao Proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1987.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo:Boitempo, 1999.

GRESPLAN, Jorge. **Karl Marx**. São Paulo: Publifolha, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la accion comunicativa**,vol.II, 1ª ed. Madrid:Taurus, 1998.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 6ed São Paulo: Loyola, 1996.

HAYEK, Friedrich A. **O Caminho da Servidão**. 2ed São Paulo: Globo, 1977.

IANNI, Octávio. **A Era do Globalismo**. 3ed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

JAVILLIER, Jean-Claude. **Manual de direito do trabalho**. SP: LTr, 1988.

HIFIKIN, Jeremy. **O fim do emprego**. São Paulo: Makron Books, 2007.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. Trad. Karen E. Barbosa. São Paulo: Paz e Terra,1992.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. Tradução: J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Hucitec, 1999.

LUCENA, Carlos. **A humanidade, a natureza e o trabalho**, in, *Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.24, p. 51 –63, dez. 2006*, capturado em janeiro/2009 http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art05_24.pdf

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Os Direitos sociais na Constituição (síntese de palestra)**. Capturado em dezembro/2008. <http://www.neofito.com.br/artigos/art01/const23.htm>

MELLO, A. F. **Marx e a globalização**. São Paulo: Boitempo, 1999.

MÉSZARÓS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo EdUNICAMP, 2002.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

NUNES, Antônio José Avelãs. **Neloliberalismo e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

_____. **Teoria Econômica e desenvolvimento econômico**. Lisboa:Editorial Caminho, 1988.

TORRES, Ricardo Lobo. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

REALE, Miguel. **Estudos de Filosofia e Ciência do Direito**. São Paulo: Saraiva, 1978.

VIEIRA, Oscar Vilhena. **A Constituição e sua reserva de justiça**. S. Paulo: Malheiros Editores, 1999

RESUMOS EXPANDIDOS

RESUMOS EXPANDIDOS

Da cana-de-açúcar ao turismo: desenvolvimento desigual e combinado na política econômica de Maragogi/AL

From sugarcane to tourism: uneven and combined development in the economic policy of Maragogi/AL

De la caña de azúcar al turismo: desarrollo desigual y combinado en la política económica de Maragogi/AL

Artemísia dos Santos Soares ¹
Fabiano Duarte Machado ²

Resumo: O município de Maragogi preteritamente foi território socioeconômico e político quase exclusivo da cana-de-açúcar. Esta realidade iniciou sua mudança com o término da construção da rodovia AL-101 Norte, em 1979 e, em seguida, com as ações resultantes do PRODETUR. Para além das forças exógenas ao lugar que exigem e implantam novas territorialidades, há os fatores endógenos construídos historicamente que singularizam a maneira como tais territorialidades se realizam ali. Sob esta perspectiva, este trabalho teve como objetivo refletir sobre as forças político-econômicas e as contradições estruturais que sustentam o crescimento da atividade turística em Maragogi/AL buscando caracterizar historicamente o processo de reprodução da opressão a partir da divisão territorial do trabalho decorrente da cultura canavieira. Concluiu-se a partir da teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo que há forças agindo no território gerando particularidades e (re)agindo às forças globalizantes conforme seus interesses, no caso estudado, percebe-se que o Estado e em particular os grupos de interesse estreitamente vinculados aos atores corporativos constituídos historicamente a partir da cultura canavieira têm reproduzido no turismo um papel estratégico para determinação das configurações econômicas e espaciais do desenvolvimento do turismo, assim como a distribuição dos seus resultados.

Palavras-chave: História. Economia política. Turismo. Desenvolvimento desigual e combinado. Maragogi.

Abstract: The municipality of Maragogi in the past was an almost exclusive socioeconomic and political territory for sugarcane. This reality began to change with the completion of the construction of the AL-101 Norte highway, in 1979, and then with the actions resulting from PRODETUR. In addition to the forces exogenous to the place that demand and implement new territorialities, there are endogenous factors historically constructed that singularize the way in which such territorialities are carried out there. From this perspective, it aimed to reflect on the political-economic forces and structural contradictions that sustain the growth of tourist activity in Maragogi/AL, seeking to historically characterize the process of reproduction of oppression from the territorial division of labor resulting from the sugarcane culture. It was concluded from the theory of uneven and combined development of capitalism that there are forces acting in the territory generating particularities and (re)acting to the globalizing forces according to their interests, interests closely linked to corporate actors historically constituted from the

¹ Professora EBTT do IFAL, Campus Maragogi. Bacharel, Mestre e Doutora em Turismo. Especialista em Gestão Ambiental, em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva, em Tecnologias Educacionais e EaD, em Docência na Educação Profissional e em História de Alagoas. E-mail: artemisia.soares@ifal.edu.br

² Professora EBTT do IFAL, Campus Marechal Deodoro. Graduação em História, Mestre em Educação brasileira e Doutor em Linguística na linha Discurso: Sujeito, História e Ideologia. E-mail: fabiano.machado@ifal.edu.br

sugarcane culture have played a strategic role in tourism in determining the economic and spatial configurations of tourism development, as well as the distribution of its results.

Keywords: History. Political economy. Tourism. Uneven and combined development. Maragogi.

Resumen: El municipio de Maragogi en el pasado fue un territorio socioeconómico y político casi exclusivo para la caña de azúcar. Esta realidad comenzó a cambiar con la culminación de la construcción de la carretera AL-101 Norte, en 1979, y luego con las acciones derivadas de PRODETUR. Además de las fuerzas exógenas al lugar que demandan e implementan nuevas territorialidades, existen factores endógenos históricamente construidos que singularizan la forma en que allí se realizan dichas territorialidades. En esa perspectiva, tuvo como objetivo reflexionar sobre las fuerzas político-económicas y las contradicciones estructurales que sustentan el crecimiento de la actividad turística en Maragogi/AL, buscando caracterizar históricamente el proceso de reproducción de la opresión a partir de la división territorial del trabajo resultante de la caña de azúcar. cultura. De la teoría del desarrollo desigual y combinado del capitalismo se concluyó que existen fuerzas que actúan en el territorio generando particularidades y (re)actuando a las fuerzas globalizadoras según sus intereses, intereses íntimamente ligados a los actores corporativos históricamente constituidos a partir de la cultura cañera. jugó un papel estratégico en el turismo al determinar las configuraciones económicas y espaciales del desarrollo turístico, así como la distribución de sus resultados.

Palabras clave: Historia. Economía política. Turismo. Desarrollo desigual y combinado. Maragogi.

1. Introdução e revisão de literatura

O município de Maragogi preteritamente foi território socioeconômico e político quase exclusivo da cana-de-açúcar. As elites econômicas da cana-de-açúcar pouco utilizavam a região litorânea e, por isso, tornou-se lugar daqueles que estavam à margem do sistema canavieiro. Esse contexto favoreceu a formação e a apropriação do território por parte de populações tradicionais de pescadores até a década de 1980. Esta realidade iniciou sua mudança com o término da construção da rodovia AL-101 Norte, em 1979 e, em seguida, com as ações resultantes do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR).

Tal transformação exige uma análise de como as modernizações decorrentes do uso do território pelo turismo têm implicado na adequação dos municípios nordestinos litorâneos, como Maragogi, transformando-os em espaços seletivos. Todavia, para além das forças exógenas ao lugar que exigem e implantam novas territorialidades, há os fatores endógenos construídos historicamente que singularizam a maneira como tais territorialidades se

realizam ali. Em Maragogi, tais fatores estão ligados à histórica exploração da cana-de-açúcar que, apesar de ter declinado em seu aspecto econômico, permanece impregnado no modo de vida do maragogiense em seu fazer social, cultural e, conseqüentemente, no econômico, incluindo-se aí o turismo enquanto nova atividade econômica dominante no município.

Desse modo, há que se considerar a existência de múltiplos percursos ou das múltiplas Alagoas (Almeida, 2018) sobrepostas naquilo que se conhece por estado de Alagoas, mais precisamente, naquilo que se realiza no município de Maragogi que, no entanto, perseguem o mesmo objetivo: a acumulação, isto é, os percursos do capital. Percursos estes, sinônimo de caminhos, que para Almeida (Almeida, 2018: 28) “são mais que direções e mais do que apenas um rumo que se traça. Não há espaço sem caminho; os caminhos são falas, são comunicação, dão direções, intensidades, intencionalidades”.

Nesse contexto, entende-se que a propaganda em torno do turismo não é simples comunicação, mas um processo de persuasão, uma vez que tem sido usada intencionalmente por poderosos agentes econômicos e políticos que desejam legitimar interesses próprios em nome daquilo que chamam de turismo. Assim, tal produção mostra-se não como uma atividade neutra, mas como um instrumento utilizado em jogos de poder (Hintze, 2020).

O referido processo de persuasão é facilitado quando se territorializa em lugares previamente construídos sob a égide de uma “forte e perversa estruturação social com ausência de elementos democráticos” (Lindoso, 2019, p. 62), permitindo o que Santos (1982) denominou de “acumulação desigual de tempos”, isto é, “num mesmo espaço coabitam tempos diferentes, tempos tecnológicos diferentes [...] Constituindo estas diferenças formas de coexistir, materializações diversas, por consequência espaço(s) geográfico(s) complexo(s) e carregado(s) de heranças e novas possibilidades” (Suertegaray, 2001).

Nesse sentido, cabe considerar que depois da região Metropolitana, a região turística Costa dos Corais – na qual Maragogi está inserida - é a que possui maior número de meios de hospedagem e leitos. Dados da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR) apontam que 24,7% dos meios de hospedagem disponíveis no estado de Alagoas localizam-se nos municípios litorâneos da região da Costa dos Corais, contando com

18,3% dos leitos do estado. E, destes municípios, Maragogi, detém maior número de meios de hospedagens e de leitos (Soares, 2019; Soares & Azevedo, 2020);

Considerar ainda, que há oferta do curso técnico em Hospedagem, na modalidade integrado ao ensino médio, há 11 anos no Campus Maragogi, o qual atende alunos de 12 municípios do litoral Norte de Alagoas. E, apesar da existência do curso constituído sob a égide da educação politécnica preconizada pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, bem como de um dinâmico cenário mercadológico, na região inexistente sindicato, associação ou quaisquer outros tipos de agremiação de representatividade da classe trabalhadora dos meios de hospedagem, reproduzindo historicamente situações construídas a partir da cultura canavieira, como a constituição de sindicatos e associações patronais, presentes e atuantes nos contextos de conselhos municipais e conselho da APA Costa dos Corais (Soares, 2019), enquanto a mão de obra é silenciada e precarizada.

Vale salientar que a historiografia alagoana tem se apresentado tradicionalmente como reflexo e voz de uma elite escravocrata, agrária e conservadora permitindo ao leitor desavisado uma perspectiva unilateral e preconceituosa da realidade. Foi assim com a guerras dos cabanos da qual Lindoso (2019) diz que se realizou por uma “insurrecionalidade camponesa e ágrafa”, portanto, sua destruição não se fez apenas por meio da força bruta física, mas, sobretudo, pela invisibilidade e anulação do lugar de fala do cabano, do resistente, método eficaz e utilizado pela classe dominante ainda hoje.

Tal silenciamento histórico se repete na atualidade ao considerar como fatos e personagens históricos do turismo alagoano apenas a introdução de políticas públicas específicas, inauguração de empreendimentos, empreendedores/empresários, dados relativos à oferta e demanda turística em detrimento da fala dos trabalhadores, seu perfil profissional (gênero, raça, classe, origem, formação) e condições de trabalho. Infelizmente, o silenciamento também parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que, ainda, não possui controle sobre o destino dos egressos do curso de Hospedagem, como seria possível por meio de um banco de dados sobre a atuação/colocação de egressas/os.

Diante de tais constatações, este estudo teve como objetivo refletir sobre as forças político-econômicas e as contradições estruturais que sustentam o crescimento da atividade turística em Maragogi/AL buscando caracterizar historicamente o processo de reprodução da opressão a partir da divisão territorial do trabalho decorrente da cultura canavieira.

1.1 A teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo

A lei do desenvolvimento desigual e combinado é a teoria formulada pelo revolucionário marxista russo León Trotsky que compreende a ocorrência simultânea de aspectos avançados e atrasados no processo de desenvolvimento econômico dos países. Isso se revela especialmente nos países periféricos do sistema mundial, nos quais um setor extremamente moderno da economia pode existir de forma combinada com o mais atrasado, resultando numa formação social sem grandes contradições entre as classes dominantes. Esta elaboração é a base da teoria da revolução permanente, do mesmo autor (Bianchi, 2013).

Afirmava Trotsky que “quanto mais atrasado é um país, mais evoluída é a parte mais desenvolvida da sua economia” (Trótski considerava que esta seria a situação na Rússia pré-revolução de 1917). O raciocínio, aparentemente contraditório, analisava que, se um país começa a se industrializar tarde, adotará as indústrias mais modernas existentes no momento, logo, a incipiente indústria será altamente desenvolvida tecnologicamente, convivendo combinadamente com formas econômicas tradicionais.

Segundo Trotsky, quanto mais tarde um país se industrializasse, a burguesia local seria mais conservadora, já que o temor ao proletariado seria muito maior que a sua oposição à aristocracia e às demais classes dominantes antecedentes. Assim a burguesia optará por construir alianças com as classes dominantes para desenvolver o Estado burguês moderno e seu processo de industrialização, evitando romper com a estrutura de poder existente. Neste pensamento a única alternativa de projeto político para a classe trabalhadora não seria sua aliança com a burguesia, no apoio a uma revolução burguesa, como teria acontecido na Revolução Francesa ao final do século XVIII, mas sim um projeto autônomo, o que empurraria às classes e grupos sociais oprimidos à

luta contra o grande capital (o campesinato, as minorias nacionais etc.) e o conseqüente processo revolucionário social.

Esta lei fundamenta a chamada teoria da revolução permanente, em que se afirma que o proletariado não deve lutar por reformas sociais que auxiliem uma revolução burguesa, mas diretamente pela revolução socialista. Certamente esta proposição política tem a Revolução Russa de 1917 como seu modelo, tratando-se de pensamento desenvolvido por Trotsky em sua obra “História da Revolução Russa”.

Seguindo esta perspectiva, Machado e Lima (2016) defendem que a teoria aplicada aos países pode se aplicar a territórios configurados como estados ou municípios, como no caso de Alagoas, afinal, apesar do avanço dito modernizante da economia, o estado permanece figurando entre os piores índices sociais do país. Assim, trata-se de “uma ideia profundamente errada [...] de que a dominação do capital financeiro atenua a desigualdade da economia mundial, quando na realidade, acirra (Lenin, 2012: 130-131).

Ainda mais ao se perceber a reprodução e ampliação da exploração capitalista a cada momento histórico, desde o estágio de acumulação primitiva designado como capitalismo comercial, passando pelo estágio do capitalismo concorrencial, na qual a burguesia consolida seu poder econômico, político e cultural, momento que coincide com as pressões das potências estrangeiras da época para a abolição da escravidão e a Proclamação da República no Brasil visando o expansionismo do capital. E chegando ao ápice com a mundialização do capitalismo, período conhecido como capitalismo monopolista, que coincide com períodos de importantes revoltas populares no Brasil, além do fortalecimento das forças hegemônicas nacionais por meio de fraudes eleitorais e golpes de Estado, e, particularmente no âmbito local, com o fortalecimento do coronelismo e das oligarquias dele decorrentes, demonstrando que, apesar da abertura do país à industrialização e mundialização do capital, em suas bases culturais e sociais, a estrutura permaneceu conservadora e arcaica, assim se fazendo compreender a teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

Torna-se possível, pois, compreender a perspectiva de Machado e Lima (2016, p. 29), que afirmam: “é por isso que o percurso então empreendido para o entendimento do capitalismo alagoano como uma localidade específica é de

suma importância – mas não deve ser colocado como único, afinal é interligado à totalidade do capitalismo”, e neste contexto se insere o turismo e seus desdobramentos.

1.2 Economia política do turismo

É de amplo conhecimento a literatura que trata o turismo como consumo e não como sistema de produção, isto significa um foco nos desejos e necessidades do turista e não nos trabalhadores e trabalhadoras que fazem a atividade turística funcionar. A literatura predominante, portanto, decorre da perspectiva do capital, do crescimento econômico e demais benefícios que a propaganda legitimadora do turismo apregoa. No entanto, um olhar a partir da periferia do capital deve considerar que a maioria das relações sociais, especialmente as referentes às desigualdades sociais, estão atravessadas pela produção turística.

Em 2010, Hall já indicava que, apesar das publicações pioneiras do século XX, ao se tornar acadêmico, os estudos críticos do turismo foram se desvanecendo, passando a acompanhar os interesses da “indústria turística”, preparando o terreno para sua legitimação social, retirando qualquer crítica, tal como os estudos que tratam da relação turismo e natureza, tratando este último como panaceia para a conservação da natureza ao mesmo tempo que realizava sua mercantilização.

No entanto, tal como Cañada & Murray (2019: 13) ao citarem Amer (2006) defende-se aqui que “a questão turística é também uma questão política”, mais especificamente, há necessidade de uma perspectiva de uma reflexão sobre a economia política do turismo, reflexão lacunar, apesar do turismo ocupar o terceiro lugar depois dos combustíveis e produtos químicos da exportação mundial, na frente até mesmo dos produtos alimentícios (UNWTO, 2016).

Trata-se, portanto, de “uma via de acumulação capitalista” (Britton, 1991: 451) que envolve um conjunto mais complexo e variável de arranjos produtivos e relações sociais do que o senso comum tem conhecimento. Isso decorre da alta fragmentação deste capital, pois mesmo que exista uma considerável concentração corporativa em vários subsetores da indústria do turismo e

hotelaria, os arranjos produtivos do turismo “também estão diferenciados organizativamente e espacialmente” (Clancy, 2008: 88). Conforme analisa Bianchi (2019), isto complica a análise e a crítica das relações de poder e das configurações empresariais que constituem a economia política do turismo.

Assim, ao mesmo tempo em que o turismo é a única “indústria” representada no mais alto nível do sistema das Nações Unidas através da Organização Mundial do Turismo (OMT) por ser considerada uma das áreas econômicas mais dinâmicas do crescimento econômico mundial e motor do desenvolvimento sustentável, esse fator desvirtua a atenção sobre a questão das relações de classe subjacentes e as forças de acumulação que determinam os modos particulares de produção e consumo turísticos, independentemente do volume de turistas ou do nicho de mercado turístico (Bianchi, 2019).

Como se verá nos dados empíricos deste estudo, desde o final da década de 1950, o turismo de massa foi utilizado como um instrumento de modernização econômica e social em muitos países, especialmente naqueles ditos em desenvolvimento ou ainda “terceiro mundo”. Países e territórios como o de Alagoas que haviam sido previamente colonizados e desenvolvidos como provedores de matérias-primas e cultivos agrícolas por parte dos poderes coloniais. A teoria da modernização proporcionou a plataforma intelectual e a bússola ideológica para a promoção do turismo como uma estratégia de desenvolvimento por parte destes territórios e seus promotores junto às instituições financeiras internacionais e agências intergovernamentais. Explorando sua vantagem comparativa “natural” quanto aos recursos naturais e culturais, assim com a mão-de-obra barata, o turismo foi considerado como um meio eficiente para redistribuir uma proporção da riqueza das economias “desenvolvidas” aos países “em desenvolvimento”.

No entanto, esta propaganda otimista e apolítica desconsiderou as desiguais relações comerciais e as estruturas de poder e de classe domésticas, de cada território, que deram forma a esse intercâmbio aparentemente benigno entre destinos turísticos e sociedades emissoras de turismo. Vale salientar que é fato que o turismo proporcionou importantes divisas aos territórios nos quais se realiza, como alternativa aos baixos salários da agricultura ou aos setores industriais informais, no entanto, como desconsiderar que apesar do impressionante crescimento do turismo nos países em desenvolvimento –

segundo Gladstone (2005: 56), entre 1950 e 1990 as chegadas internacionais passaram das 2,3 milhões às 113,7 milhões – e sua bem documentada, capacidade de gerar emprego e renda, o crescimento do turismo não necessariamente produz uma melhora concomitante nas condições socioeconômicas mais amplas de desenvolvimento nas sociedades de baixa renda (Sharpley, 2009: 338)?

O aumento das desigualdades socioeconômicas também se tem acentuado devido à especialização turística das exportações (Mowfort & Munt, 2008). A pressão turística sobre bens comuns como as zonas costeiras, como os ecossistemas marinhos se vê agravada pelo fato de que os direitos de propriedade – portanto, os parâmetros da “mercadoria turística” – não estão claramente definidos ou demarcados (Williams, 2004: 62). O valor das economias de destino se constitui a partir de um processo de “criação destrutiva” que surge da luta competitiva entre uma multidão de diferentes atores econômicos para explorar diferentes recursos que compreendem elementos tangíveis e intangíveis (Büscher & Fletcher, 2017). Muitos desses recursos podem encontrar-se total ou parcialmente fora da economia formal e monetizada e, na ausência de um marco regulatório sólido, vulneráveis à superexploração e à apropriação de fato por parte de atores poderosos.

Apesar dos pontos teóricos e dados da economia global apresentados, cabe aqui ressaltar que a organização e estrutura do turismo nos diferentes territórios está condicionada pelos arranjos institucionais particulares e das condições de desenvolvimento capitalista concretas em cada caso. Nesse sentido, o padrão geográfico e a organização do desenvolvimento turístico estão determinados pelas estratégias seguidas pelos Estados para produzir e reproduzir as condições de acumulação na economia do turismo de massa, a reprodução da classe local, as estruturas empresariais, além do modo e do momento em que se integra o desenvolvimento turístico local aos mercados mundiais e aos fluxos de capital (Bianchi, 2019).

Assim, voltamos à perspectiva de Machado e Lima (2016, p. 52) de que “não são apenas as leis gerais que determinam a forma do capitalismo em uma nação/localidade, mas também as condições históricas contidas na base de cada região [que] irão se confrontar gerando uma síntese: a forma de organização produtiva e, por consequência, a ordem societária”.

Buscando a compreensão de como e quais os processos históricos que fundamentam a dinâmica da economia política do turismo em Maragogi/AL a partir da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, segue discussão a seguir.

2. Resultados e discussão

2.1 Formação de Alagoas Boreal: a gênese das rotas de acumulação

A formação da sociedade alagoana se iniciou em 1575, por meio de uma sesmaria localizada entre o rio Santo Antônio e o Cabo de Santo Agostinho, abrangendo desde uma pequena parte do atual território sul pernambucano até o município de São Luís do Quitunde, cobrindo as terras de doze municípios atuais. Ali foram construídos engenhos de açúcar e criada a primeira freguesia de Alagoas, em 1590: Porto Calvo, se configurando como berço do atual estado alagoano e palco de fortes embates entre dominantes e dominados em função, primordialmente, do poder político e econômico, dois aspectos que podem ser considerados diretamente correlacionados na constituição da cidadania, autonomia e desenvolvimento local. Ao iniciar-se o século XVII, o litoral alagoano estava colonizado. À época do domínio holandês, havia, no território alagoano, dezesseis engenhos, dos quais, dez na região porto-calvense.

Lindoso (2019: 62) diz em sua análise comparativa entre as sociedades penedense e porto-calvense : “o boi sendo um elemento de democracia pastoril. A cana-de-açúcar sendo um elemento de autoritarismo agrário”. Na sociedade porto-calvense, a vida social já surgiu polarizada entre casas-grandes e as senzalas; sociedade em cujo cume social estava a aristocracia agrária de brancos possuidora de fortes instrumentos de violência social. Em oposição a Diegues Júnior (2006) e Gilberto Freyre, Lindoso diz: “a miscigenação nesta sociedade foi feita de modo compulsivo, e de cima para baixo, tendo por vítima a mulher negra, a mulher índia e a branca pobre. [...] A fala dela é a fala da violência contra o homem subalterno e as mulheres vítimas” (2019: 60).

Assim, a imobilização dos dois recursos básicos – terra e trabalho – como condições indispensáveis para a reprodução do sistema plantation, forneceu as condições ideais para esse tipo característico de relação social que, a partir do

engenho, foi tecendo os laços de submissão não apenas do escravo, mas também do trabalhador livre, fundamentais para a compreensão da divisão territorial do trabalho ainda hoje presente na dinâmica socioeconômica da região. Segundo Tenório & Dantas (2009: 12), o monopólio da atividade canavieira sobre o uso do solo, impactou fortemente sobre a perspectiva ambiental e, sobretudo, no plano social: a cana-de-açúcar “formou uma sociedade hierarquizada, de castas, escravista, senhorial, de traços feudais, que influencia nossas vidas até hoje”.

A formação socioespacial do Brasil, do Nordeste, especialmente de Alagoas, portanto, se desdobrou a partir de decisão do Estado português, centro do poder político colonial que estabelecia as regras básicas, doava terras, controlava as exportações, estimulava o tráfico negreiro e mantinha a escravidão. A Independência do Brasil (1822), a abolição da escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889) não alteraram os laços que uniam a representação política dos engenhos e o Estado, desde a era escravista, na Colônia e no Império (Carvalho, 2015); até a contemporaneidade, incluindo-se aí o fenômeno dito “modernizante” do turismo.

2.2 Novas rotas de acumulação: o turismo em Alagoas

Conforme Veras Filho (1991: 69), a inauguração do Estádio Rei Pelé, conhecido popularmente como Trapichão, em 1970, foi o precursor da ‘era do turismo’ em Alagoas. O Trapichão foi o primeiro equipamento de grande porte capaz de atrair um número significativo de visitantes para eventos. No entanto, a inauguração do Hotel Jatiúca, em 1979, é considerada o marco principal do desenvolvimento do turismo em Alagoas. Tal fato coincide, ainda, com construção da Rodovia AL101 [Norte] permitindo a conexão entre Maragogi e dois centros urbanos, Recife/PE e Maceió/AL. O primeiro, forte polo comercial, econômico e industrial de relevância regional, além de ser capital do estado de Pernambuco. O segundo, a capital do estado alagoano. A partir da década de 1980, melhorias para acesso via terrestre foram realizadas que, unindo-se à beleza paisagística do lugar e à grande extensão de terras desocupadas, tornou o município alvo das políticas públicas de indução ao turismo.

O processo de ocupação turística de Maragogi se acelerou a partir da chegada do primeiro grande empreendimento, o Hotel Salinas de Maragogi, em 1989. Em junho de 1990, foi lançado pelo então presidente da Embratur, Ronaldo Monte Rosa, o Projeto Costa Dourada, que atenderia a área litorânea de Alagoas e Pernambuco, a partir de Barra de Santo Antônio até Porto de Galinhas, incluindo Maragogi (Kaspary, 2012).

Durante o processo de turistificação de Maragogi, a orla marítima foi construída, serviços de infraestrutura foram requeridos e o lugar vivenciou um gradativo processo de ampliação de sua urbanização. Vale salientar que a infraestrutura turística e seus equipamentos foram elaborados voltados para o turismo de “sol e mar” em função do principal atrativo do município: a visitação às piscinas naturais. Desde a década de 1980, Maragogi vem ocupando posição de destaque na atividade turística, tanto no âmbito do estado de Alagoas, como regionalmente. Atualmente, apresenta-se como a segunda destinação turística mais visitada de Alagoas e em 2021, o Salinas do Maragogi All Inclusive Resort foi considerado pelo portal Melhores Destinos, o melhor resort do Brasil .

Houve crescimento no número de implantação de meios de hospedagem em períodos que coincidem com o lançamento do PRODETUR/NE I (1994), como também do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) (2004) os quais elegeram Maragogi como um dos 65 destinos indutores do turismo no Brasil, tornando-o modelo para o desenvolvimento turístico regional, incluindo nisto a busca por um padrão mínimo de bem-estar social para sua população, além de outras exigências (Soares, 2019; Soares & Azevedo, 2020).

Acerca do período de 2002 a 2011, também é possível perceber a evolução da participação das atividades econômicas de alojamento e alimentação no valor adicionado de Alagoas, sendo esta, uma das poucas formas de verificar a contribuição do turismo para a economia alagoana, como já detalhado na introdução deste estudo.

No entanto, apesar do aparente desenvolvimento local, o município de Maragogi pertence a um dos estados mais pobres do Brasil, Alagoas, estando em 27º lugar (última posição) no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM, 2013). Quanto à posição do município no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M), Maragogi apresentou um índice de 0,574 em

2010, indicando fragilidade no IDHM-Educação, que obteve índice de 0,443 (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD Brasil, 2013).

Quanto à economia de Maragogi, segundo o censo IBGE de 2012, o município alcançou um Produto Interno Bruto (PIB) de 149.928,47 mil reais e PIB per capita de 5.032,17 mil reais. Deste montante, 8,36% referem-se ao setor agropecuário, 11,69%, à indústria e 79,95% ao setor de serviços (IBGE, 2012). Percebe-se, portanto, a importância do turismo para a economia local, inclusive ao se levar em conta o PIB per capita. Todavia, em 2015, o salário médio mensal era de 1,7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 13,1%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 51 de 102 e 15 de 102, respectivamente (IBGE, 2015). Já, considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 50,8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 67 de 102 dentre as cidades do estado e na posição 1246 de 5570 dentre as cidades do Brasil. Por isso, Carvalho (2012) já indicava que, na verdade, a renda do município provém em sua maioria de transferências federais, como previdência e programas do governo federal como o Bolsa Família. Carvalho (2012), afirma que Alagoas é um dos estados que mais se beneficiam desses programas centrados na transferência direta de renda.

Vale salientar que os dados apontados consideram o censo realizado em 2010, tendo em vista a ausência da realização do censo no ano de 2020 em função de cortes orçamentários e conjuntura pandêmica em vigor. Tal conjuntura certamente trouxe impactos socioeconômicos significativos ao município de Maragogi e estado de Alagoas, tal como em todo o Brasil, os quais ainda não se consegue mensurar com qualidade.

3. Considerações finais

Conclui-se que ainda há lacunas para o estudo do turismo sob a perspectiva crítica, especificamente quanto à economia política do turismo. Assim, sendo panaceia e vilã dos processos de desenvolvimento dos territórios (neste estudo, em Maragogi/AL), o turismo exige de maneira integrada uma profunda investigação empírica e análise teórica. Sem dúvida, em lugar de simplesmente calibrar os rendimentos econômicos do turismo, uma economia

política de desenvolvimento turístico deveria centrar sua atenção nas forças da acumulação do capital e das relações de poder, já que é fundamentalmente determinada por antagonismos de classe capitalista ou outras divisões sociais e forças institucionais, que dão forma à estrutura dos negócios, os padrões socioespaciais do turismo e suas implicações distributivas.

Apreende-se, portanto, que a dicotomia que se observa entre a complexidade do fenômeno turístico e a importância da atividade econômica por ele gerada acabam por afastar duas categorias de análise que no fundo são complementares e que se retroalimentam constantemente. A atividade econômica é resultado do acontecer do fenômeno socioespacial e não deve (ou não deveria) ser estudada, ordenada e planejada de forma separada dele. O fenômeno socioespacial do turismo envolve diversos grupos de agentes sociais diferentes (turistas, empresários, poder público, trabalhadores diretos e indiretos e população residente nos destinos turísticos, entre outros), resultando na turistificação de partes do espaço, produzindo territórios descontínuos, que se organizam a partir da lógica reticular das redes. Nesses territórios-rede do turismo (Fratucci, 2008), se pode observar territorialidades distintas convivendo e disputando em um eterno devir os espaços apropriados a partir de lógicas específicas, nem sempre convergentes. Entre outras palavras: “os espaços se definem, dentre entre pontos, por seus fluxos” (Almeida, 2018: 29).

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo aponta, sobretudo, para as forças que agem nos territórios gerando particularidades que (re)agem às forças globalizantes conforme seus interesses, no caso estudado, percebe-se que o Estado e em particular os grupos de interesse estreitamente vinculados aos atores corporativos constituídos historicamente a partir da cultura canvieira têm reproduzido no turismo um papel estratégico para determinação das configurações econômicas e espaciais do desenvolvimento do turismo, assim como a distribuição dos seus resultados.

Na ausência de uma governança de destino sólida fundamentada em efetiva participação social (Soares, 2019) e transformação sistêmica mais profunda das estruturas do capitalismo turístico, as empresas reunidas estrategicamente, sejam locais ou internacionais, continuarão capturando maior parte da rentabilidade turística. E, abrindo a agenda para continuação da investigação, há que se considerar o aprofundamento da análise acerca das

desigualdades sociais relacionadas à economia política do turismo, mais especificamente a precarização do trabalho do turismo em Maragogi/AL e suas nuances como os recortes de gênero e de raça atuando como observatório para transformação das condições de vida do trabalhador.

Referências

Almeida, L. S. (2018). **A formação histórica de Alagoas (I):** rotas de acumulação do açúcar. Maceió: EDUFAL: Imprensa Oficial Graciliano Ramos.

Bianchi, A. (2013). **O desenvolvimento desigual e combinado:** a construção do conceito. São Paulo: Blog da Convergência.

Bianchi, R. V. (2019). La economía política del turismo: una introducción crítica. In: Cañada, E. & Murray, I. **Turistificación global: Perspectivas críticas en turismo.** Barcelona: Icaria editorial, pp. 50-71.

Britton, S. G. (1991). *Tourism, capital and place: Towards a critical geography of tourism.* **Environment and Planning D: Society and Space**, 9(4), 451-478.

Büscher, B. & Fletcher, R. (2017). *Destructive creation: capital accumulation and the structural violence of tourism,* **Journal of Sustainable Tourism**, 25(5), 651-66.

Cañada, E. & Murray, I. (2019). *Introducción: perspectivas críticas en turismo.* In: _____. **Turistificación global: Perspectivas críticas en turismo.** Barcelona: Icaria editorial, pp. 4-32.

Clancy, M. (1998). *Commodity chains, services and development: theory and preliminary evidence form the tourism industry.* **Review of International Political Economy**, 5(1), 122-148.

Carvalho, C. P. (2012). **Economia popular:** uma via de modernização para Alagoas. Maceió: Edufal.

Carvalho, C. P. (2015). **Formação histórica de Alagoas.** 3. Ed. Maceió: Edufal.

Diegues Júnior, M. B. (2006). **O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional.** 3. Ed. Maceió: Edufal.

Fletcher, R. (2011). *Sustaining Tourism, Sustaining Capitalism? The Tourism Industry's Role in Global Capitalist Expansion.* **Tourism Geographies** Vol. 13, No. 3, 443-461.

Fratucci, A. C. (2008). A dimensão espacial nas políticas públicas de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo. **Tese.** Programa de Pós-Graduação em Geografia: Universidade Federal Fluminense.

Goldenstein, L. & Seabra, M. (2011). Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do Departamento de Geografia**, 1, 21-47.

Hall, C. M. (2010). *Academic capitalism, Academic responsibility and tourism academics: or, the Silence of the Lambs?* **Tourism Recreation Research**, 35(1-3), 298-301.

Hintze, H. (2020) **Turismo legitimado**: espetáculos e invisibilidades. São Paulo: Edições Sesc São Paulo.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama do município de Maragogi** (2010 - 2012 - 2014 - 2015 – 2016).

Kaspary, M. A. (2012) Desenvolvimento turístico e desenvolvimento local no município de Maragogi, Alagoas. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas.

Lenin, V. I. (2012). **Imperialismo**: estágio superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular.

Lindoso, D. (2019). **Formação de Alagoas Boreal**. 2. Ed. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos: Eduneal: Fapeal.

Machado, F. D. & Lima, M. C. O. L. (2016). **Histórica econômica de Alagoas**: a indústria cloroquímica alagoana e a modernização da dependência. Maceió: EDUFAL.

Mowforth, M. & Munt, I. (2008). *Tourism and Sustainability: Development, Globalisation and New Tourism in the Third World*. Londres: Routledge.

PNUD - Programa Nacional para as Nações Unidas. **IDGHM municípios** (2013).

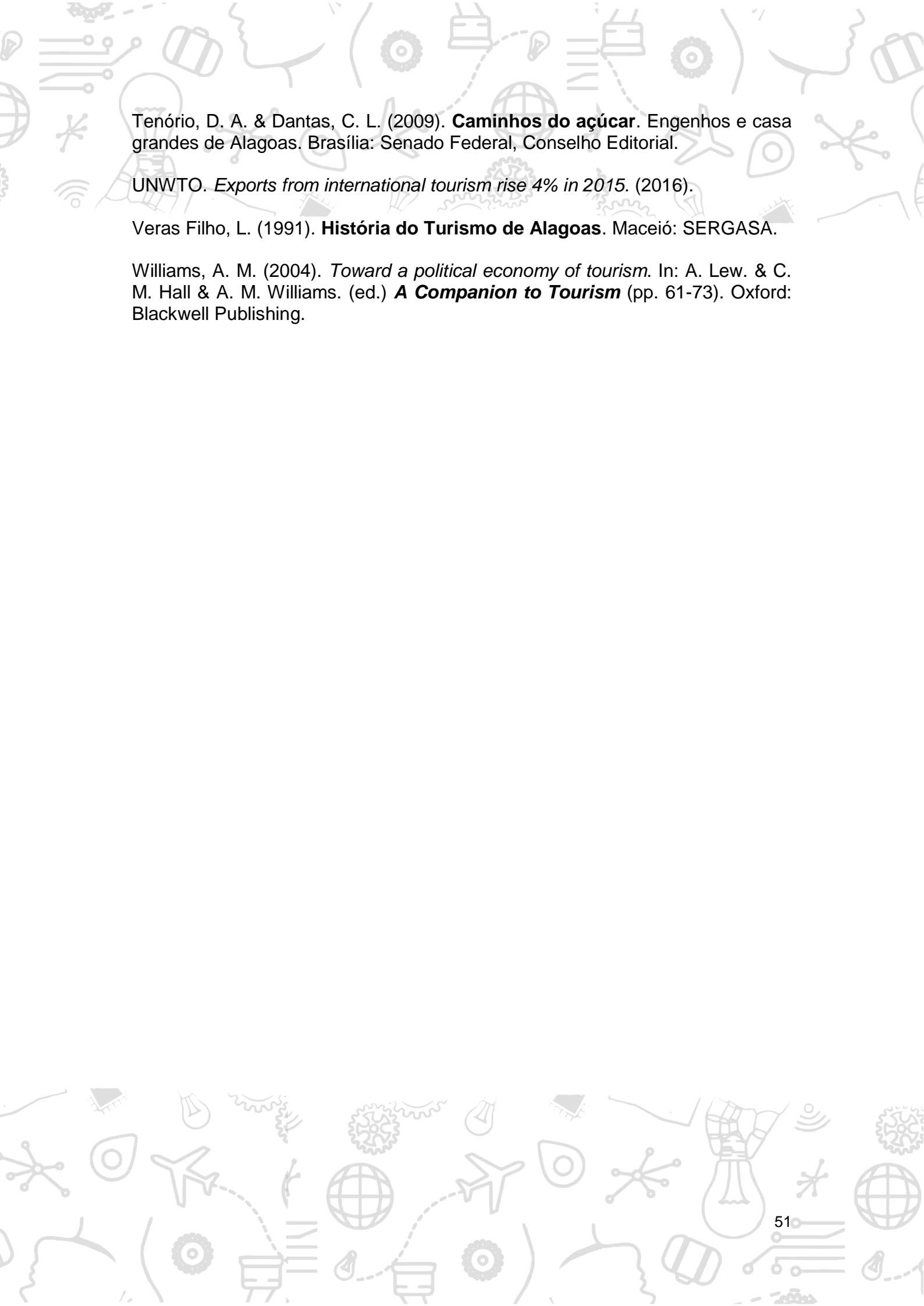
Sharpley, R. (2009). *Tourism and development challenges in the least developed countries*. **Current Issues in Tourism**, 12(4), 337-358.

Santos, M. (1982). **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec.

Soares, A. S. (2019). Turismo e desenvolvimento no município de Maragogi/AL: um olhar sobre os processos de participação social, democracia e cidadania. **Tese**. Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Soares, A. S. & Azevedo, F. F. (2020). Turismo e território no município de Maragogi-AL, Brasil: processo de participação social e o desenvolvimento local. **Rosa dos Ventos**, v. 12, p. 2-23.

Suertegaray, D. M. A. (2001). Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. N.º 93.



Tenório, D. A. & Dantas, C. L. (2009). **Caminhos do açúcar**. Engenhos e casa grandes de Alagoas. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.

UNWTO. *Exports from international tourism rise 4% in 2015*. (2016).

Veras Filho, L. (1991). **História do Turismo de Alagoas**. Maceió: SERGASA.

Williams, A. M. (2004). *Toward a political economy of tourism*. In: A. Lew. & C. M. Hall & A. M. Williams. (ed.) **A Companion to Tourism** (pp. 61-73). Oxford: Blackwell Publishing.

Trabalho Estranhado, Estranho Familiar e Estranhamento: Como explorar estes conceitos para o Turismo

Estranged Labor, Uncanny and Estrangement: How to explore these concepts for Tourism

Trabajo Enajenado, Extraño Inquietante y la Extrañeza: Cómo explorar estos conceptos para el turismo

Felipe Zaltron de Sá ¹

Carlos Eduardo Haas Hammes ²

Geovana Bacim ³

Alan Minzon Wilson ⁴

Resumo: O texto, de caráter ensaístico, reflete sobre as relações entre Trabalho Estranhado, Estranho Familiar e Estranhamento, entrelaçando com o Turismo. Parte-se do princípio tensionador de suas traduções e conceitos até chegarmos no Turismo, como aporte aglutinador destas relações. Marx, no Trabalho Estranho, relaciona as questões de objetivação e ocultamento do trabalhador, enquanto Freud chega via psicanálise, para se referir ao Estranho Familiar, que aproxima do sujeito do inconsciente que inquieta-se com novas relações, e Gastal e Moesch e Jung de Campos que relacionam o Estranhamento com o Turismo, principalmente pela associação com a Cidade e o Urbano. Encaminha-se que nos seus significados, o Estranhar encontra-se no seu significante o outro, na relação entre, o outro como sujeito, como materialidade e como forma de olhar, ser e estar no mundo.

Palavras-chave: Turismo. Trabalho Estranhado. Estranho Familiar. Estranhamento.

Abstract: This essayistic study reflects on the relations between Estranged Labor, Uncanny and Estrangement, interlacing them with Tourism. It starts from the tensioning principle in between these 3 concepts and translations until we approach Tourism as an agglutinating intake to these relations. Marx, in Estranged Labor, relates the matters of objectification and concealment of the worker, while Freud through psychoanalysis, refers to the Uncanny, which approaches the subject of the unconscious that gets unsettled on new relations; and Gastal & Moesch and Jung de Campos who relate Estrangement to Tourism by the association in between the City and the Urban. In its significations, Finding Strange is found in its signifier the other, in the relationship between, the other as subject, as materiality and as way of gazing, being and being in the world.

Keywords: Tourism. Estranged Labor. Uncanny. Estrangement.

Resumen: El texto, de carácter ensayístico, reflexiona sobre las relaciones entre el Trabajo Enajenado, el Extraño Inquietante y la Extrañeza, entrelazándose con el Turismo. Parte del principio tensor de sus traducciones y conceptos hasta llegar al Turismo, como aportación aglutinadora de estas relaciones. Marx en el Trabajo Extrañado relaciona los temas de objetivación y ocultamiento del trabajador, mientras

¹ Doutorando em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul - UCS, fzsa@ucs.br, <http://lattes.cnpq.br/8360075869351902>.

² Mestrando em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul - UCS, carloshammes@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/6002679316138402>.

³ Mestranda em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul - UCS, geovanabacim@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/1976630325428312>.

⁴ Mestrando em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul - UCS, amwilson@ucs.br, <http://lattes.cnpq.br/1133553792705904>.

que Freud chega através do psicanálise, para referir-se ao Estranho Familiar, que aborda o tema do inconsciente que inquieta com novas relações, e Gastal e Moesch e Jung de Campos que relacionam a Estraneza com o Turismo, principalmente por associação com a Cidade e o Urbano. Se adianta que em seus significados, o Estranho se encontra em seu significante o outro, na relação entre, o outro como sujeito, como materialidade e como forma de olhar, ser e estar no mundo.

Palavras chave: Turismo. Trabalho Enajenado. Estranho Inquietante. Estraneza.

Explora-se neste texto o binômio Turismo e Estranhamento. Partimos aqui de três conceitos: Trabalho Estranhado (Marx), Estranho Familiar (conceitos de Freud e de Jung de Campos) e Estranhamento (Gastal & Moesch). Aprioristicamente, tais conceitos se assemelham em suas semânticas e morfologias, porém, como veremos, as suas traduções não necessariamente incorporam. Se estranhar no sentido comum está ligado ao afastar, para este ensaio, está atrelado aquilo que se conhece, nos sentidos trazidos por Freud e Marx. Os significados destes conceitos puxam seus métodos e teorias, mas seu significante está no “outro”.

Parte-se nesta pesquisa da problemática elencada por Gastal e Moesch (2007) sobre o *turista cidadão*, em que envolve duas situações complementares: [1] a lógica [trabalho-moradia-lazer-viagem] é quebrada no seu modelo moderno para no contemporâneo de constituir em uma relação complexa com a cidade de residência; e [2] o sujeito complexo e politicamente atuante nas suas vivências e práticas cidadinas, em que se coloca como sujeito em trânsito, subjetivamente complexo, entendendo os fixos e apropriando-se dos fluxos.

Neste contexto, as autoras dizem que “[...] a grande metodologia desencadeadora dos processos seria o *estranhamento*. Essa metodologia implicaria incentivar a leitura do não-verbal como uma estratégia de destruição, na cidade, do seu sistema de ordem estabelecido ante olhares sem inquietação” (pp. 60-61). Por tal, entrelaçamos tais conceitos para unir novamente ao Turismo, e buscamos uma metodologia.

Marx, em 1844, escreve nos Manuscritos Econômico-filosóficos sobre Trabalho Alienado [*die Entfremdete Arbeit*]⁵. Porém na tradução brasileira e, sua posterior utilização por autores, foi concebido como *Trabalho Estranhado*. Tal

⁵ Aproveitamos para nos referirmos às análises semânticas e morfológicas das palavras. Etimologicamente, toda tradução exibe uma traição e uma tradição (GASTAL & DE SÁ, 2018), portanto, o que vemos em Marx e Freud é justamente uma tentativa de explicação do que estas palavras podem sugerir ao contexto português/brasileiro.

situação já é apontada na própria tradução de Jesus Ranieri e, no Turismo, por Conceição (2021). Essa situação acarretou em que houvesse divergência entre o que é entendido por Estranhamento e por Alienação. Começamos com o que nos diz Ranieri (2004, p. 16):

Entfremdung, ao contrário [de Entäusserung, alienação], é objeção socioeconômica à realização humana, na medida em que veio, historicamente, determinar o conteúdo do conjunto das exteriorizações – ou seja, o próprio conjunto de nossa socialidade – através da apropriação do trabalho, assim como da determinação dessa apropriação pelo advento da propriedade privada.

Com isso, podemos refletir que o Trabalho Estranhado está aliado a dois pontos principais: [1] A objeção socioeconômica do trabalho e, da sua apropriação, está relacionado a toda e qualquer mercadoria produzida pelo trabalhador; e [2] o Estranhamento como conjunto da socialidade e da exteriorização, faz com que o trabalhador não só não reconheça sua produção e seu trabalho, mas também o afaste do seu cotidiano, do turismo e do lazer.

Marx (2004, [1844], p. 80) ainda expõe que “O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se *coisa* (*sachlich*), é a *objetivação* (*Vergegenständlichkeit*) do trabalho. [...] a objetivação como *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entäusserung*).”. Neste ponto, o autor explora o entrelaçamento dos conceitos de Estranhamento e Alienação, porém realocando-os como que o trabalho, além de produto, também é a perda e a servidão do que é produzido pelo trabalhador. No Turismo, Conceição (2021) coloca a existência do ocultamento que recai na mercadoria turística, pois os mecanismos estão velados, e até mesmo apagados.

Nessa relação, o trabalhador está em processo de Estranhamento em todo o ato produtivo, não só na mercadoria final. O trabalhador, dialeticamente, perde e serve ao objeto, em sua gênese, quanto mais ele produz, mais distante ele se torna da sua produção, e do seu consumo. Marx (2004, [1844], p. 82) ainda diz que “A economia nacional oculta o estranhamento na essência do trabalho, porque não considera a relação imediata entre o trabalhador (o trabalho) e a produção.”. Na relação contemporânea, o trabalhador sobre

apagamento/desvelamento subjetivo, pois o trabalho que produz não o pertence, e mesmo quando o faz, ele é subsistente ao capitalismo.

Se referindo ao apagamento do sujeito buscamos Freud (1919/1976) e o conceito de Estranho Familiar [*Unheimlich*], também traduzido como Inquietante e Infamiliar. O Estranho Familiar não é o contrário de algo familiar, costumeiro, mas sim aquele que se coloca como distante, que é escondido e mantido oculto. Freud (1919/1976) ainda conecta o Estranho Familiar ao fator da repetição não deliberada, em que o inconsciente procura retomar tal situação repetidas vezes, quase que de forma mecânica.

Assim, transformar algo em inquietante significa dizer que existe algo de repressivo naquilo que é conhecido, familiar, em que estranhar-se ou inquietar-se faz-se parte de algo que o sujeito castra da sua consciência. Jung de Campos (2012) associa o Estranho Familiar ao lar, e como esta relação preenche de significado o fluxo citadino, em que toda a coisa que olhamos também nos olha, e nesta reação, está o Estranhamento.

Seguindo o pensamento de Jung de Campos (2012), o Estranho, que pertence a “*categoria do assustador*”, e no qual [res]guarda certa intimidade, também pode ser associado em como o Trabalho, íntimo que é do trabalhador, também se configura como aquilo que lhe tira de sua intimidade: o Trabalho Estranhado. Em outras palavras, para servir aos meios de produção, o trabalhador afasta-se primeiro da mercadoria gerada, depois dele mesmo, ocultando da vida cotidiana o interior de seu próprio lar.

Associando Marx e Freud, podemos refletir que o trabalhador tem seu lar negado, sendo forçado a deixá-lo. Não somente o lugar materializado intitulado de lar, mas também a sua própria produção, que por breves momentos é estranhada. Ou seja, não é possível alcançar a mercadoria produzida, pela simples relação de que ela está exteriorizada e objetificada para longe do trabalhador, ocultada pelo Estranhamento.

Como exemplo no Turismo, Souza, Jung de Campos e Peteffi (2016) retomam o Estranhamento e Trabalho. Revelam que o sujeito trabalhador do Turismo está na borda da tarefa que cumpre e do esquecimento, em que o abalado por esta relação, permite a sua reinvenção e do seu trabalho. Significa dizer que mesmo que o sujeito trabalhador tenha em suas mãos as ferramentas

e técnicas de trabalho, ele irá estranhar e esquecer a sua interioridade para produzir a exterioridade de seu trabalho.

O que está ocultado para o trabalhador é o Estranhamento. Nas repetições não deliberadas e quase mecânicas, e na sua relação coisal com o objeto/mercadoria que produz. Mesmo que, como diz Conceição (2021, p. 87) “[...] muitos trabalhadores do turismo são os proprietários dos equipamentos e não se subscrevem inteiramente na perspectiva de trabalhadores assalariados e do estranhamento do trabalho.”. Na realidade, todo e qualquer trabalho que o trabalhador produza, durante seu ato produtivo, será um Estranhamento. Ou como coloca Jung de Campos (2012, p. 606), o Estranho “[...] precisa do familiar para se instalar como sentido.”, e não só se instalar, mas deslizar, deslocar-se de um significado a outro.

No rastro da reflexão proposta por Freud, que recorre a uma situação comum de Estranhamento para explicar o Estranho Familiar quando: *ao procurar por um interruptor no escuro uma pessoa pode tatear a sala e esbarrar diversas vezes no mesmo móvel*. Dessa forma, Jung de Campos (2012) conduz ao entendimento de que estranhamos quando algo que antes era familiar, mas que agora ou breves momentos, nos parece estar fora do lugar, por estarmos com as percepções [des]continuamente estruturados pela dinâmica da sala escura [o capital].

Retomemos aqui, o *turista cidadão*, e o seu percurso estranhado por uma cidade que se realoca aos seus olhos, o olhando de volta. Jung de Campos (2012) faz a analogia entre o Estranho Familiar, ao citar a experiência de Freud com a *piazza* repleta de prostitutas, e o Estranhamento de Gastal e Moesch, sobre os fixos e fluxos, em que:

A experiência de Freud pode suscitar várias interpretações nesta relação com ‘o estranho familiar’, inclusive uma interlocução com os fixos e os fluxos de Gastal e Moesch (2007), onde a *piazza* funciona como um fixo tranquilizador e familiar. [...] Por oposição à rua das prostitutas, que ganha a dinâmica de fluxo desestabilizador. E pressupõe uma quebra da ordem dada e sistematizada na cidade, impõe-se a presença dos espaços heterogêneos. As prostitutas são essas personagens vulneráveis, que se colocam nas margens, nos lugares de passagem – nas esquinas, nas

janelas, nas portas. Neste limítrofe, lugar de limbo, que faz com que Freud retorne, involuntariamente, três vezes, e que dá testemunho do desejo não admitido.

Se para Marx o Trabalho Estranhado relaciona as questões de objetivação e ocultamento do trabalhador, para Freud, através da psicanálise, o Estranho Familiar aproxima o sujeito do inconsciente que inquieta-se com novas relações, já Gastal e Moesch, e, também, Jung de Campos relacionam o Estranhamento com o Turismo, principalmente pela associação com a Cidade e o Urbano.

O Estranhamento encontra-se no seu significante o outro, na relação entre - o outro como sujeito, como materialidade e como forma de olhar, ser e estar no mundo. O Turismo, tido como deslocamento e, justamente nesse encontro com o outro, gera uma nova possibilidade de enfrentamento dos significantes. Ainda, o Turismo, nos seus fluxos, procura o Estranhamento como olhar, como observar, sentir e presenciar, tanto a Cidade, quanto o Urbano, nos seus múltiplos vieses.

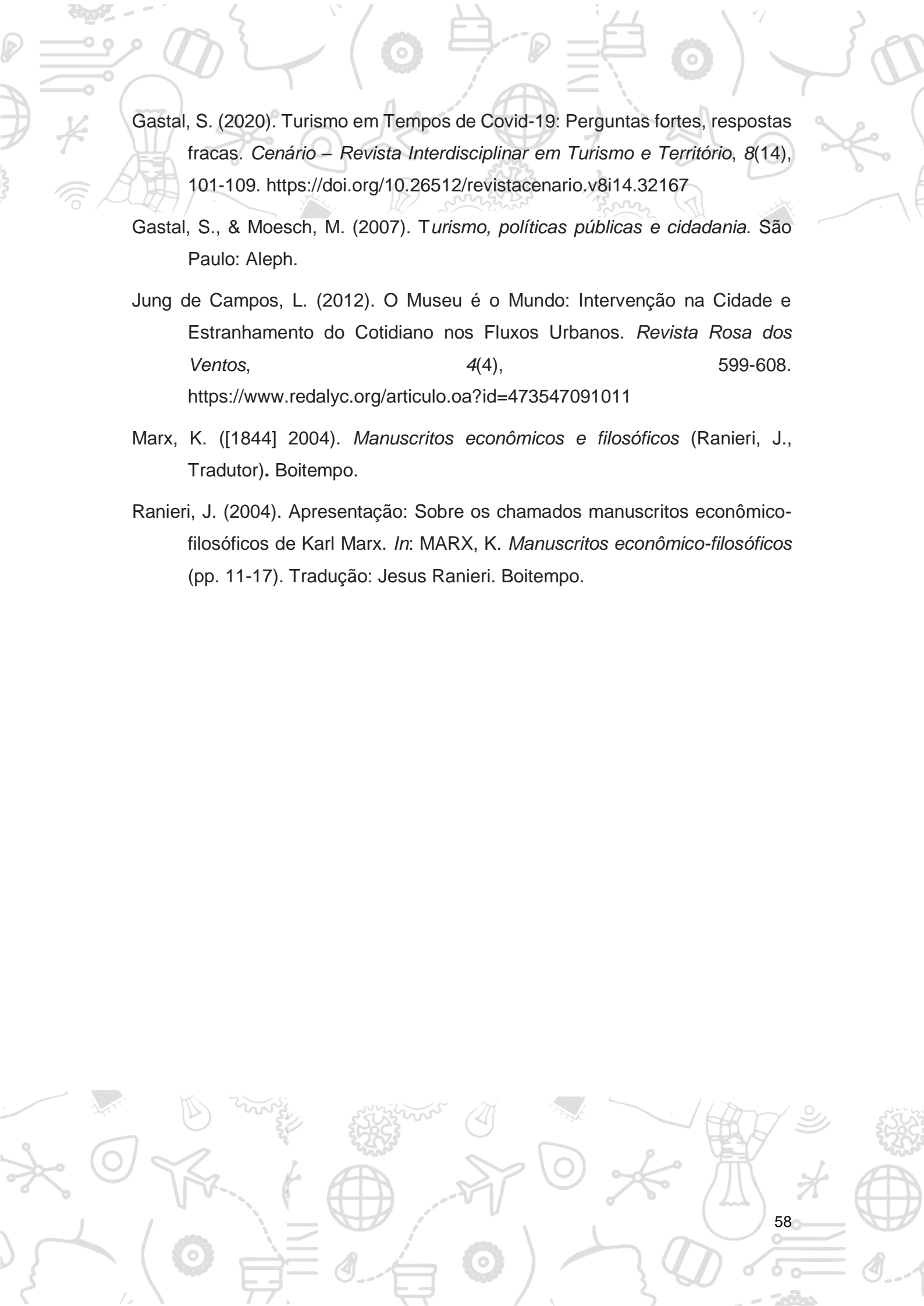
Referências Bibliográficas

Conceição, R. A. M. (2021). Turismo e o conceito marxista do estranhamento do trabalho. *Revista Turismo e Sociedade*, 14(2), 81-95. <http://dx.doi.org/10.5380/ts.v14i2.78893>

De Sá, F. Z. & Gastal, S. (2018). Mobilidade, Memória e Museologização: um estudo com os Freis Capuchinhos, em Caxias do Sul-RS. *Revista Iberoamericana de Turismo*, 8(4), 138-152. <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/5592/4222>

De Souza, D., Jung De Campos, L. & Peteffi, M. (2016). Trabalho no Turismo para além do Jardim: Tarefa e Esquecimento. *Revista Rosa dos Ventos*, 8(3). <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473550236003>

Freud, S. (1919[1976]). *Obras Completas*. (Edição Standard Brasileira). Rio de Janeiro, Imago.



Gastal, S. (2020). Turismo em Tempos de Covid-19: Perguntas fortes, respostas fracas. *Cenário – Revista Interdisciplinar em Turismo e Território*, 8(14), 101-109. <https://doi.org/10.26512/revistacenario.v8i14.32167>

Gastal, S., & Moesch, M. (2007). *Turismo, políticas públicas e cidadania*. São Paulo: Aleph.

Jung de Campos, L. (2012). O Museu é o Mundo: Intervenção na Cidade e Estranhamento do Cotidiano nos Fluxos Urbanos. *Revista Rosa dos Ventos*, 4(4), 599-608. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473547091011>

Marx, K. ([1844] 2004). *Manuscritos econômicos e filosóficos* (Ranieri, J., Tradutor). Boitempo.

Ranieri, J. (2004). Apresentação: Sobre os chamados manuscritos econômico-filosóficos de Karl Marx. *In: MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos* (pp. 11-17). Tradução: Jesus Ranieri. Boitempo.

Existe inovação no trabalho estranhado do Turismo?

Is there innovation in Tourism's Estranged Labor?

¿Existe la innovación en el Trabajo Enajenado en el Turismo?

Felipe Zaltron de Sá ¹

Alan Minzon Wilson ²

Carlos Eduardo Haas Hammes ³

Geovana Bacim ⁴

Resumo: O texto, de caráter ensaístico, reflete sobre as relações entre Turismo, inovação e Trabalho Estranhado na perspectiva marxista. Partindo deste aporte teórico, as relações de dominação e apropriação no trabalho em Turismo são discutidas por meio do Plano Nacional de Turismo 2018/2022 brasileiro, a partir da sua definição de 'inovação' do capítulo de Diretrizes junto ao tratamento unívoco equívoco – progressista – dado ao Turismo; num ambiente onde o trabalhador é continuamente deslocado do meio de produção e das discussões de direito. Buscamos ainda, problematizar acerca das práticas laborativas em Turismo no contexto sócio-histórico e suas implicações no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Turismo. Trabalho Estranhado. Inovação. Plano Nacional de Turismo.

Abstract: This essayistic study reflects on the relations between Tourism, innovation and Estranged Labor from a Marxist perspective. Starting from this theoretical contribution, the relations of domination and appropriation in the work in Tourism are discussed about the Brazilian National Tourism Plan 2018/2022 definition of 'innovation' found in its Guidelines chapter along with the straight forward, equivocal, progressive approach it gives to Tourism; in an environment where the worker is continuously displaced from the means of production and discussions of law rights. We also problematize the labor practices in Tourism in the socio-historical context and their implications in the world of work.

Keywords: Tourism. Estranged Labor. Innovation. Brazilian National Tourism Plan.

Resumen: El texto, de carácter ensayístico, reflexiona sobre las relaciones entre el Turismo, la innovación y el Trabajo Enajenado desde una perspectiva marxista. A partir de este aporte teórico, se discuten las relaciones de dominación y apropiación en el trabajo en Turismo sobre la definición de "innovación" del Plan Nacional de Turismo de Brasil 2018/2022 dada en su capítulo de Directrices junto con el enfoque directo, equívoco y progresista que le da al Turismo; en un ambiente donde el trabajador es continuamente desplazado de los medios de producción y de las discusiones de los derechos de ley. También buscamos problematizar sobre las prácticas laborales en el Turismo en el contexto socio-histórico y sus implicaciones en el mundo del trabajo.

Palabras clave: Turismo. Trabajo Enajenado. Innovación. Plan Nacional de Turismo.

¹ Doutorando em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul - UCS, fzsa@ucs.br, <http://lattes.cnpq.br/8360075869351902>.

² Mestrando em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul - UCS, amwilson@ucs.br, <http://lattes.cnpq.br/1133553792705904>.

³ Mestrando em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul - UCS, carloshammes@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/6002679316138402>.

⁴ Mestranda em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul - UCS, geovanabacim@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/1976630325428312>.

1. Introdução

O turismo não é um objeto estático. No momento, nessa reflexão, consideramos a sua temporalidade no que se diz pós-pandemia da Covid-19, quando a presenciada desvalorização da vida destacou as mazelas do capital; dadas as mortes, desemprego, perdas salariais e novas mudanças nos modos de produção dos trabalhadores do turismo fragilizados que restaram (e não somente).

A dinâmica da produção capitalista não mudou, mas, pelo contrário, reafirmou seu modo de dominação alicerçado na exploração do trabalho, invisibilizando o trabalhador e suas necessidades enquanto persegue o lucro. Nesse ambiente, percebemos que a repetição da palavra inovação no mercado brasileiro virou hino imposto ao trabalhador. Como um mantra contemporâneo da economia de símbolos, a inovação ainda precisa justificar a produção, a venda, e o uso de sua tecnologia (agora digital-virtual) em massa para lucrar sobre a natureza, ou seja, a partir da violência e da competição requeridas pela noção de propriedade privada/trabalho estranhado.

Os Planos Nacionais de Turismo (PNT), são elaborados através do Conselho Nacional de Turismo com apoio das áreas técnicas do Ministério do Turismo, Embratur e agentes públicos e privados. Os Planos buscam ser o espelho dos anseios do setor e do cidadão que consome turismo. O Ministério do Turismo (Mtur) criado em 2003, pela Lei nº 10.683/03 (Brasil, 2003) tem a intenção de desenvolver o turismo “como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social.” (Ministério do Turismo - Mtur, s.d.). Para a Lei Geral de Turismo (Brasil, 2008), o PNT é o instrumento pelo qual o Ministério do Turismo define os rumos da Política Nacional de Turismo. Dessa forma, o Plano Nacional de Turismo é um lastro do desenvolvimento do turismo no país.

Para a reflexão proposta, consideramos o PNT (2018/2022) “mais emprego e renda para o Brasil” como um documento que representa o caráter de planejamento turístico capitalista do Estado Brasileiro que desconsidera o trabalhador do turismo. Partimos da definição de ‘inovação’ recortada do Plano para relacioná-la ao conceito marxista de trabalho estranhado.

2 Trabalho Estranhado, Inovação e Turismo

Para Marx ([1844] 2004), a configuração do trabalho significa a desconfiguração do trabalhador até a morte. Ao ser objetivado – efetivado pelo dono do que lhe é privado – é saqueado/iludido da possibilidade de buscar seus objetos básicos de sobrevivência e dos objetos do trabalho, que lhe fogem/são tomados progressivamente exigindo adaptação ao ritmo e a serviço do produto final: do capital, a mais-valia. Vira coisa! Quanto mais produz, menos possui, menos se pertence. A venda da força de trabalho – o trabalho – também vira objeto apenas se e enquanto alguém estiver disposto a comprá-lo; a tal boa vontade do capitalista.

Marx ressalta que o trabalhador e a relação entre a sua produção e si são desprovidos de história pelas leis capitalistas, que dão fatos dados e consumidos não explicando a gênese da propriedade privada – leis que descriminalizam o privado. Quando o estranhamento do trabalhador é dado no dispêndio de sua energia para criar valores que mantenham seu trabalho, num ciclo de renúncia e afastamento do que lhe é caro – certo domínio de suas próprias capacidades de existir em espaço público – realimentando o valor e poder do que se renova como um desafio a competir (pelo que lhe é imposto) e o permite existir.

O capital requer devoção à apropriação. Portanto, o trabalho de quem mais lucra é também um trabalho estranhado, que estrutura um trabalhador ludibriado pelo mérito e o torna incapaz de aproximar-se do que é seu, o espaço não privado. Portanto, a natureza é objeto e o vínculo entre propriedade privada e trabalho estranhado são necessários para estruturar a sociedade capitalista: explorar e ser explorado. O turismo é prova dessa apropriação da natureza para o lucro, não do trabalhador, mas de quem pode explorar o trabalho.

Examinamos o ato do estranhamento da atividade humana prática, o trabalho, sob dois aspectos. 1) A relação do trabalhador com o produto do trabalho como objeto estranho e poderoso sobre ele. Esta relação é ao mesmo tempo a relação com o mundo exterior sensível, com os objetos da natureza como um mundo alheio que se lhe defronta hostilmente. 2) A relação do trabalho com ato da produção no interior do trabalho. Esta relação é a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma

[atividade] estranha não pertencente a ele, a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração. A energia espiritual e física própria do trabalhador, a sua vida pessoal – pois o que é vida senão atividade – como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele. O estranhamento-de-si (Selbstentfremdung), tal qual acima o estranhamento da coisa. (Marx, [1844] 2004, p. 83)

Nesse ambiente, o trabalhador é convocado a inovar – introduzir novidade – ao readaptar-se ao que lhe é imposto e ao existir se reinventando para se manter empregado – gerando um novo produto ou serviço exigido. Sob forte ameaça de desemprego, durante o período pandêmico, viu essa convocação ser levada a extremos.

Seguindo, o trabalhador do turismo é distanciado do objeto do turismo – ócio – considerando que ele serve à fruição de quem consome a atração turística não desfrutada por ele, tornando a sua produção autônoma para o capital; contraditoriamente condicionando seu próprio estranhamento.

3. Inovação a serviço de quem?

Tendo em vista essa reflexão inicial, buscamos no capítulo de Diretrizes do Plano Nacional de Turismo (Ministério do Turismo, 2018, seção 3.3, p. 53), a definição do termo ‘inovação’ exposta a seguir:

Embora existam diferentes definições sobre inovação, pode-se dizer que se trata de um conceito econômico e social que representa algo diferente do que já foi feito, ou seja, é a implementação de uma novidade. A inovação não está, necessariamente, ligada à tecnologia, mas implica geração de valor para uma empresa ou para a sociedade. A Organização Mundial do Turismo [OMT] considera a inovação essencial para a competitividade⁵ [sic] e a sobrevivência econômica do turismo.

⁵ Nos parece um erro de digitação aqui, pois é o único momento do texto em que não é utilizada a palavra competitividade, e sim, competitividade.

Dissecando, iniciamos por “pode-se dizer que se trata de um conceito econômico e social que representa algo diferente do que já foi feito”. Se a inovação é um conceito econômico, por tal, este precisa gerar valor de uso e valor de troca, e mais do que isso, proporcionar mais capital para a propriedade privada. Nessa perspectiva, a inovação exclui o trabalhador, mesmo que dependendo dele; responde às necessidades e exigências do capitalista ao tempo em que apaga e cala o trabalhador. A valorização da inovação vai estar no social, diluindo a força de trabalho, que numa sociedade abstrata, homogênea e sem distinção de classe, está apenas no que dela resulta, e não no processo do trabalho. Tornando o trabalhador e seu trabalho alheios aos resultados/lucros gerados. Ainda, se está dentro das leis e das regras da propriedade privada, não faz parte da força de trabalho.

Mas, “ou seja, é a implementação de uma novidade”. O que existe na inovação afamada pelo capitalista não é o trabalhador, nem a sua força de trabalho, mas sim o resultado desta inovação. Seja a mercadoria, seja o serviço, o trabalhador é novamente apagado, em um duplo silenciamento, que em sua subjetividade é relegada, não se torna nem só a força de trabalho, mas sim o seu trabalho estranhado.

Ao citar-se “geração de valor para uma empresa ou para a sociedade”, trata-se ‘sociedade’ num sentido unívoco equívoco, desconsiderando-se pensar em ‘trabalhador’. Assim, ignoram-se as consequências que a classe trabalhadora oprimida enfrenta na doutrina progressista reproduzida no atual Brasil de 2022. Ao citar “geração de valor para uma empresa”, percebemos uma vez mais o caráter de servilismo ao capitalista na medida em que desconsidera qualquer outro valor que possa ser gerado a partir da inovação, como promoção da justiça social. Assim, entendemos que o PNT alicerça seu entendimento de inovação como ferramenta a serviço da propriedade privada e uma exigência a mais sobre o trabalhador.

Voltamos a Marx ([1844] 2004), para quem na lógica da propriedade privada, “o capitalista é sempre livre para empregar o trabalho, e o trabalhador é sempre forçado a vendê-lo. O valor do trabalho é completamente destruído se não for vendido a cada instante.” (p. 36). Desse modo, uma elite decide quando e onde o trabalhador deve produzir, enquanto o trabalhador precisa ser aceito antes de ter condições de sobreviver. Sendo aceito, lhe é ofertado apenas o

básico necessário para que sobreviva, tendo que retornar sempre a condição de funcionário. Na dinâmica do capitalismo, não há escape da competitividade e da opressão:

Cada homem especula sobre como criar no outro uma nova carência, a fim de forçá-lo a um novo sacrifício, colocá-lo em nova sujeição e induzi-lo a um novo modo de fruição e, por isso, de ruína econômica. Cada qual procura criar uma força essencial estranha sobre o outro, para encontrar aí a satisfação de sua própria carência egoísta. Com a massa dos objetos cresce, por isso, o império (das Reich) do ser estranho ao qual o homem está submetido e cada novo produto é uma nova potência da recíproca fraude e da recíproca pilhagem. (Marx, [1844] 2004, p. 139)

A classe trabalhadora, para estar empregada, precisa, então, renunciar aos seus direitos – a exemplo do direito à desconexão do trabalho, turvo na lei trabalhista (ConJur, 2022). Atualmente, sendo exigida sob o título de ‘funcionários empreendedores’ pelos seus senhores de engenho que continuam decidindo a ‘implementação de novidade’, a inovação segue no caminho do valor simbólico das coisas e das pessoas. É no estranhamento de si mesmo e de seu próprio trabalho que o trabalhador se constitui enquanto tal. Para buscar subsistir, lhe é exigido que se distancie de sua própria vida: no uso do uniforme, como distinção de sua dimensão privada; na impossibilidade de acesso ao particular; na disposição do próprio corpo durante a pandemia, a exemplo da campanha “o Brasil não pode parar” (Lindner, 2020), que convoca o trabalhador a produzir até a morte.

O trabalhador é, portanto, ainda, a mais miserável mercadoria que se precisa vender à condição de objeto enquanto o trabalho se reproduz. Dessa maneira, o trabalhador do turismo é uma consequência necessária do trabalho. Aqui não há novidade, apenas a constatação de que os processos de dominação do capital continuam a explorar o trabalhador.

Propomos, no título deste trabalho, refletir sobre a existência da inovação no trabalho estranhado no turismo. Concluímos, a partir dos caminhos traçados até aqui, que existe a inovação na persistência do trabalhador em adaptar-se ao que lhe é demandado para sobreviver; oposta à proposta da inovação para lucros do capital. Arriscamos dizer, ainda que de forma preliminar ou precária,

que se trata de uma inovação estranha, assim como o trabalho estranhado em Marx, produzida pelo trabalhador para o capitalista; em que ao trabalhador até mesmo o direito de autor é negado, em que o equivalente a patente do produto da inovação produzida não é propriedade de seu idealizador, mas de seu empregador; onde inovação é entendida como obrigação, mais um pré-requisito para a manutenção do emprego.

Referências bibliográficas

Brasil. [Presidência da República]. (2003). *Lei nº 10.683/03*. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.683.htm

Brasil. [Presidência da República]. (2008). *Lei nº 11.771/08*. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1. http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm

Lindner, J. (2020, 26 março). Governo lança campanha ‘Brasil Não Pode Parar’ contra medidas de isolamento. *O Estado de São Paulo*. <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,planalto-lanca-campanha-o-brasil-nao-pode-parar-contramedidas-de-isolamento,70003249694>

Marx, K. ([1844] 2004). *Manuscritos econômicos e filosóficos* (Ranieri, J., Tradutor). Boitempo.

Ministério do Turismo. (2018). *Plano Nacional do Turismo 2018-2022: Mais emprego e renda para o Brasil*. Gov.br. <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/pnt-2018-2022-pdf>

Ministério do Turismo - MTur. (s.d.) Organizações. *Portal Brasileiro de Dados Abertos*. <https://dados.gov.br/organization/about/ministerio-do-turismo-mtur>

Da Coleta do Pau-rosa (*Aniba roseadora*) ao uso da ictiofauna para o turismo: novas formas de exploração da natureza, velhas práticas e relações de trabalho

From the Rosewood (*Aniba roseadora*) Collection to the use of ichthyofauna for tourism: new forms of nature exploration, old practices and work relationships

De la colección de palio de rosa (*Aniba roseadora*) al uso de la ictiofauna para el turismo: nuevas formas de exploración de la naturaleza, viejas prácticas y relaciones laborales

Mayra Laborda Santos¹
Elenise Faria Scherer²

Resumo: Este estudo visa apresentar notas preliminares de uma tese de doutoramento em fase inicial. O objetivo central é identificar o histórico das dinâmicas de trabalho em torno dos recursos naturais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã/Amazonas que antecederam e/ou coexistem com o turismo de pesca. Como resultados preliminares, o estudo apresenta o processo social/ ciclo econômico que antecedeu o turismo na RDS do Uatumã, o ciclo do pau-rosa, e evidencia algumas convergências e contradições no que concerne às dinâmicas de trabalho nesses dois cenários.

Palavras-chave: Turismo de Pesca. Trabalho. Ribeirinhos. Unidades de Conservação. Amazônia.

Abstract: This study aims to present preliminary notes of an early-stage research. The central objective is to identify the history of the dynamics of work around the natural resources in the Uatumã/Amazonas Sustainable Development Reserve that preceded and/or coexist with fishing tourism, as well as the main conflicts arising from this process. As preliminary results, the study presents the economic cycle that preceded tourism in the Uatumã RDS, the rosewood cycle, and evidences some convergences and contradictions regarding the dynamics of work in these two scenarios.

Keywords: Fishing Tourism. Work. Riparian. Protected Areas. Amazon.

Resumen: Este estudio tiene como objetivo presentar notas preliminares de una investigación en etapa temprana. El objetivo central es identificar la historia de las dinámicas de trabajo en torno a los recursos naturales en la Reserva de Desarrollo Sostenible Uatumã/Amazonas que precedieron y/o coexisten con el turismo pesquero, así como los principales conflictos derivados de este proceso. Como resultados preliminares, el estudio presenta el ciclo económico que precedió al turismo en el SDR Uatumã, el ciclo del palo de rosa, y evidencia algunas convergencias y contradicciones con respecto a la dinámica de trabajo en estos dos escenarios.

Palabras clave: Turismo Pesquero. Trabajo. Ribereño. Unidades de Conservación. Amazonia.

¹ Doutoranda em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. mayra_laborda@id.uff.br. Link para Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0061829196465186>

² Professora Titular da Universidade Federal do Amazonas. elenisefaria@gmail.com. Link para Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9963969899295818>

1. Preâmbulo: um convite à fulcralidade do tema "Trabalho e Turismo na Amazônia"

Ao analisar os estudos sobre a dinâmica do trabalho em povos e comunidades tradicionais da Amazônia nota-se um consenso quanto às formas pluriativas que, embora diversas, se dão em torno dos recursos naturais e das lidas com as intempéries do bioma, sobretudo os fenômenos de subida e descida dos rios e as formas de organização social.

De acordo com Castro (1999), a partir da década de 1980 ocorreram mudanças vertiginosas nas estruturas de produção tradicionais da Amazônia, quais sejam, agricultura, indústria e serviços. No que se refere ao setor de turismo, subsumido no contexto de serviços, houve uma expansão para os lugares mais distantes da Amazônia e uma significativa adoção do turismo por povos indígenas e comunidades tradicionais, sobretudo a partir dos anos 2000, enquanto uma das atividades pluriativas.

Esse boom do turismo não ocorreu de forma despreziosa. Uma série de políticas governamentais, incluindo a implementação de unidades de conservação, fomentaram o desenvolvimento do turismo, sustentado sob o mote de "distribuição de benefícios econômicos, redução de desigualdade social e conservação da natureza", vendendo o turismo como panaceia para as mazelas socioeconômicas e ecológicas (Silva, 2018).

Nesse direcionamento, levando em conta as atratividades naturais dos países periféricos, o turismo passa a ser impulsionado no Sul Global, a partir da década de 1960, como propulsor de geração de emprego e renda, dada a suposta alta empregabilidade do setor. (Meliani, 2011; Gomes, Silva, & Silva; 2002). No entanto, mesmo com o estabelecimento de parcas "ilhas de prosperidade", a condição periférica não foi superada, pois, na maioria desses países, a possibilidade de ascensão não passa de ilusão, uma vez que as benesses econômicas não chegam às mãos dos trabalhadores. O que ocorre, na verdade, é uma substituição de antigas atividades econômicas por novas atividades ligadas direta ou indiretamente ao turismo, mantendo, em muitos casos, o mesmo processo de esfacelamento dos direitos sociais e degradação da natureza (Ouriques, 2012; Silva, Silva, & Santos, 2021).

O Turismo em Unidades de Conservação na Amazônia é notadamente marcado pela sazonalidade, que, em geral, acompanha a época de cheia e seca dos rios. Em relação ao turismo de pesca, caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Uatumã, a temporada turística é ainda mais reduzida, o que resulta em alto grau de informalidade, rotatividade, baixa remuneração salarial, e, sem a região sequer ter acesso à rede de telefonia ou internet, total ausência de fiscalização dos órgãos competentes ligados ao Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e Ministério do Meio Ambiente, - o que contribui para maior precarização das condições de trabalho.

Além disso, o trabalho no turismo em unidades de conservação deve ser norteado pelos planos de gestão e uso público, o que o submete a uma série de parâmetros que, teoricamente, deveria guiá-lo sob uma perspectiva “sustentável”, considerando, por exemplo, agendas, metas e objetivos criados por organismos imperialistas que, em muitos casos, não se aplicam às lógicas dos países periféricos. É preciso, portanto, considerar formas e condições de trabalho que levem em conta o metabolismo da natureza, mas com olhares que considerem os saberes e fazeres locais.

O trabalho é, em essência, a manifestação das relações humanas com a natureza. Por meio do trabalho seria possível desvelar uma estrutura social que está entrelaçada com outras atividades do cotidiano, perpassando as relações de parentesco, políticas, entre outras. A luta pela terra, bem como os projetos políticos de mobilização em torno dela, não pode ser desassociada da luta pelo trabalho, - ambas caminham lado a lado, com discursos e reivindicações imbricados (Castro, 1999; Santos & Scherer, no prelo).

Os ciclos econômicos, ou processos sociais, que acompanham a história social da Amazônia evidenciam uma verticalidade no direcionamento das políticas governamentais que norteiam a mercantilização da natureza em função das demandas de mercado e, portanto, as relações de trabalho. O turismo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, lócus deste estudo, assim como em boa parte das unidades de conservação da Amazônia, surge num contexto conflituoso de degradação e desrespeito às sociabilidades dos povos e comunidades que têm seus territórios utilizados como cenário de turismo, a partir de uma nova demanda de direcionamento do uso dos recursos naturais, pautados em uma suposta “sustentabilidade”. Em alguns contextos, a lógica é

subvertida e moradores das UCs passam a ser protagonistas da atividade, encetando uma dinâmica na contramão do turismo predatório.

A trajetória do turismo na RDS do Uatumã acompanha um processo de organização social e política dos trabalhadores em torno do uso comum dos recursos naturais. Ontem, como meros expectadores e vendedores de mão de obra barata. Hoje, como trabalhadores organizados, que reivindicam direitos ao território e ao trabalho. Contudo, inúmeros conflitos permeiam essa dinâmica, que se modifica constantemente, incluindo a esfera econômica. As relações conflituosas se estendem tanto entre os trabalhadores da RDSU quanto entre esses e os agentes externos do turismo, como os proprietários de barco-hotéis.

Diante dessa problemática, chegou-se à seguinte questão norteadora: Qual o percurso histórico das dinâmicas de trabalho em torno do uso/exploração dos recursos naturais na RDS do Uatumã? A partir dessa questão, considerando o caráter preliminar da pesquisa, chegou-se ao seguinte objetivo: identificar o histórico das dinâmicas de trabalho em torno dos recursos naturais na RDS do Uatumã/Amazonas que antecederam e/ou coexistem com o turismo de pesca, bem como os principais conflitos oriundos desse processo.

2. O lugar e os sujeitos da pesquisa

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã (RDSU) é uma unidade de conservação de uso sustentável, que, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), tem o objetivo de “preservar a natureza” e garantir as condições para a reprodução e melhoria dos modos de vida dos “povos tradicionais” que nelas desenvolvem suas territorialidades (BRASIL, 2000). Criada por meio do Decreto nº 24.295 de 25 de junho de 2004, possui uma área territorial de 420.430 ha., situada entre os municípios de São Sebastião do Uatumã e Itapiranga, na região do Baixo e Médio Amazonas, está localizada a cerca de 200 km, em linha reta, de Manaus.

As comunidades da RDS têm suas economias baseadas, principalmente, na agricultura, extrativismo e pesca, com dinâmicas pautadas na precipitação e no nível dos rios, além das imposições legalistas por viverem em uma Unidade de Conservação. Assim, suas atividades econômicas são realizadas em um processo de rodízio. Há ainda o extrativismo madeireiro e não-madeireiro. É

necessário, portanto, diversificar suas atividades, alternando a fonte de renda e de alimentação de acordo com a sazonalidade de cada atividade. As atividades são regulamentadas pelas Regras de Uso da RDS, que estabelecem as Zonas de Uso da UC e as atividades permitidas nas respectivas zonas, conforme o Plano de Gestão (Amazonas, 2009; 2018). A agricultura e a pesca têm lugar de destaque, uma vez que, além de servirem como fonte de renda, constituem a base da alimentação.

Há ainda outra atividade empreendida pelos moradores da RDSU no âmbito de complementar a renda, o turismo, que ocorre principalmente em função da pesca do tucunaré (*Cicla ssp*), espécie muito valorizada por pescadores esportivos. O turismo no Uatumã acontece em um período determinado do ano: a temporada de pesca esportiva, que vai de agosto a dezembro - período da vazante dos rios - estendendo-se, em alguns casos, até início de janeiro, dependendo do nível de subida e descida dos rios. Nesse período, o espaço da RDSU é perpassado por novas relações sociais e volta o seu cotidiano para o turismo. Reabrem-se as pousadas comunitárias para receber os turistas, e parte dos pescadores, agricultores e donas de casa passa a exercer novas funções vinculadas ao turismo (Santos & Conti, no prelo).

Com o aumento do número de visitantes, houve um crescimento no interesse pela abertura de locais que pudessem receber e ofertar opções de lazer aos viajantes. A RDSU, atualmente, possui 16 empreendimentos turísticos, dos quais 15 são conhecidos como pousadas comunitárias e um como barco-hotel comunitário (Quadro 01). Os termos, pousadas comunitárias e barco-hotel, são usados tanto pelos ribeirinhos e proprietários de empreendimentos turísticos quanto pelos técnicos e pesquisadores que atuam na localidade, para se referir aos meios de hospedagem da RDS (Santos; 2019; Santos & Conti, no prelo).

3. Procedimentos metodológicos

Este estudo baseia-se em uma triangulação metodológica (Flick, 2009), que, para além da associação de técnicas e métodos, visa a articulação entre bases teórico-metodo-epistemológicas diversas, costurando a pesquisa numa perspectiva interdisciplinar. De natureza e abordagem qualitativas, objetiva

compreender o percurso histórico das dinâmicas de trabalho em torno do uso e exploração dos recursos naturais na RDS do Uatumã.

Para textualização destes resultados preliminares, utilizou-se o procedimento da pesquisas bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica compreende a análise de teses, artigos e livros que contemplam análises seminais e coetâneas sobre as principais categorias de análise da pesquisa, trabalho na Amazônia, trabalho no turismo, entre outras. Destaca-se o acesso aos repositórios de universidades públicas que possuem programas de pós-graduação em turismo ou núcleos de pesquisa reconhecidos como produtores de conhecimento científico do turismo (UFF; USP; UFRN; UNB; UCS; UNIVALI; UFRJ; UNIRIO). Recorreu-se, também, aos repositórios de universidades reconhecidas por suas pesquisas sobre ictiofauna e trabalho na Amazônia (UFAM; INPA; UFPA). Cabe ressaltar, ainda, o acesso à biblioteca virtual de pesquisas sobre o trabalho no turismo, que mapeia a produção dos últimos anos nessa temática (Biblioteca Virtual do Labor Movens); e o acesso ao banco de dados Publicações em Turismo, que reúne os principais periódicos científicos ibero-americanos de turismo.

4. Dinâmicas de trabalho nos principais ciclos econômicos da RDS do Uatumã: do pau-rosa a ictiofauna

O intuito desta seção é compreender o modo como as relações de trabalho na Amazônia se dão a partir de ciclos econômicos que variam o foco nos recursos naturais disponíveis, de acordo com a demanda de mercado. A partir dessa condicionalidade histórica, intenta-se pensar um novo paradigma de análise para as relações econômicas na Amazônia: o ciclo do turismo.

A Amazônia, desde a sua invenção, foi marcada pelos ciclos de exploração econômica, desde o ciclo extrativista dos produtos da floresta, baseado no uso de mão de obra escrava indígena, passando pelo ciclo da borracha, destinado à exportação, até as demais formas de espoliação e saqueamento dos recursos naturais. Durante o apogeu do ciclo gomífero, a produção de látex carecia de mão de obra, para além dos escravos indígenas, a fim de aumentar a produção para suprir as demandas do comércio exterior. A partir disso, passou-se a atrair mão de obra excedente da já em crise economia

açucareira do Nordeste, resultando na migração de 300 mil pessoas entre os anos de 1870 e 1912. Além disso, a fim de encontrar novos pontos de extração, produtores se moveram em direção ao interior da floresta, cada vez mais afastados das zonas já conhecidas (Ramos, 2014).

De acordo Homma (2001), os ciclos de exploração na Amazônia não conseguem se efetivar, uma vez que encontram limites à sua expansão, transferem suas mazelas aos ciclos posteriores. Com a derrocada da goma elástica, entra em cena a exploração de um novo recurso, o pau-rosa, que inicia a partir da década de 1920, com o esgotamento das reservas de pau-rosa na Guiana Francesa. Na Amazônia, o ciclo atingiu seu pico em 1955, com cerca de 17% do total de exportação da Região Norte.

Tanto o ciclo da borracha quanto o ciclo do pau-rosa utilizaram mão de obra escrava de povos indígenas e comunidades tradicionais, sem mencionar a parcela significativa de migrantes oriundos principalmente do Nordeste e a população negra escravizada, gerando grandes custos não só ecológicos, mas sociais. Para extração da borracha, utilizou-se um sistema de aviamento gerenciado pelos seringalistas ou coronéis de barranco, que camuflava o trabalho escravo numa falsa promessa de trabalho livre, em que os seringueiros extraíam a seringa para saldar dívidas infundáveis com os seus patrões, adquiridas em função de obter meios de trabalho e autossustento quando na chegada aos seringais. Desse modo, raramente conseguiam excedente econômico que lhes proporcionasse autonomia para quitação das supostas dívidas e a possibilidade de sair dos seringais, até porque o uso da repressão era comum, ocasionando a morte de diversos trabalhadores dos seringais e de suas famílias (Benchimol, 2009; Silva, 2017).

De acordo com Souza (2002), dada a natureza temporária da extração do látex na Amazônia, era exigida uma grande quantidade de produto dos trabalhadores, que deveria vir em forma de sobretrabalho, em razão das íngremes condições para retirada da seringa e o seu equivalente em dinheiro irrisório, em se tratando da relação seringalista versus seringueiro. Segundo o autor, no extrativismo como "forma de produção arcaica", o valor de uso e o valor de troca estão muito próximos, tendo em vista que o cálculo do salário tinha como base a sua produção. "Era uma força de trabalho que valia o quanto pesava, determinada inclusive pela necessidade de ser mantida na produção à

custa de abusos sociais, como a obrigatoriedade do consumo no comércio do proprietário e a sistemática estrutura policialesca do patrão impedindo o trabalhador de abandonar a produção” (Souza, 2002, p.34).

Na região do Baixo Amazonas, em que está localizada a RDS do Uatumã, observa-se, ainda que de forma incipiente na literatura científica, a preponderância do chamado ciclo do pau-rosa. De acordo com relatos orais das comunidades tradicionais que habitam a região, e uma investigação realizada pelo IDESAM (Amazonas, 2009), houve, na década de 1980, exploração intensa de pau-rosa e balata na região (Amazonas, 2010). Segundo Homma (2003), a região do rio Jatapu foi foco de exploração da *Aniba roseadora* na década de 1980 e ainda hoje possui exemplares do pau-rosa.

O Polo 3 da Reserva, localizado na entrada norte, pela Vila de Balbina, município de Presidente Figueiredo, possui trechos que enfatizam a presença predecessora deste ciclo na região. Na comunidade do Flechal, há o ramal do pau-rosa, com uma extensão de 18 km, que era utilizado para extração do óleo na segunda metade do século XX. Na comunidade Santa Luiza do Caranatuba há espécies com tamanho considerável, que, segundo Dona Maria, foram por ela plantadas na década de 1970. Há trilhas com evidência de pau-rosa também na comunidade Bom Jesus. Por fim, na comunidade Maracarana, há uma antiga “estrada” do pau-rosa, utilizada antigamente para escoamento da produção (Amazonas, 2010). No fim dessa estrada, está a Cachoeira Bela Encantada, que pretende ser utilizada como atrativo turístico na trilha do Chanel no. 5.

Em paralelo ao ciclo do pau-rosa, a pesca sempre esteve presente nas atividades de reprodução social dos povos indígenas e comunidades ribeirinhas, seja aquela voltada para o autossustento ou para o comércio, visto que constitui a principal fonte de proteína para alimentação e matéria-prima usada para troca comercial. Para Veríssimo (1895), “o indígena da Amazônia é principalmente *ichthyophago* e conseqüentemente pescador” (Verissimo, 1895, p. 09), dadas as condições impostas pelo meio. Do mesmo modo que a seringa e o pau-rosa, a atividade pesqueira ganha notoriedade enquanto atividade econômica predominante a partir da derrocada dos ciclos predecessores e do redirecionamento das políticas governamentais.

Na região do Uatumã, entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000, passou-se a discutir a possibilidade de implantação de uma unidade de conservação com o objetivo primário de frear a exploração de fauna, recursos madeireiros e não-madeireiros, como o pau-rosa. Na ocasião, a tentativa era implantar uma Reserva Biológica. Contudo, após inúmeros debates conflituosos, passou-se a considerar as comunidades tradicionais e caminhar para uma proposta de Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Foi então que a ictiofauna passou ocupar lugar de destaque em detrimento dos recursos madeireiros e não-madeireiros, sobretudo pela intensificação da fiscalização e as questões atinentes ao declínio do mercado que modificaram os focos das políticas governamentais (Amazonas, 2009).

Com a criação da RDSU, em 2004, o ordenamento da pesca esportiva passa a figurar como foco da gestão do DEMUC/SEMA, a partir da reivindicação dos moradores que pretendiam obter algum beneficiamento econômico com a atividade, uma vez que a região era foco de exploração predatória do turismo há décadas (Santos, 2019). Ainda na década de 1980, os paulistas descobriram a bacia do Uatumã como lugar privilegiado para a pesca, sobretudo por conta da presença de espécies do tucunaré (*Cicla ssp*). A partir de 1990, as agências de viagem e turismo estadunidenses passam a mediar a ida de pescadores esportivos para a região. Inicialmente, as pescarias se concentravam na parte alta da Reserva, na região de Balbina. Contudo, por conta da pesca predatória do tucunaré, houve uma diminuição da espécie e o local da pescaria foi paulatinamente migrando para a região abaixo de Balbina, especificamente nos rios Uatumã e Jatapu (Amazonas; 2010; Santos, 2019).

Em seus primórdios, ainda na década de 1990, o turismo nos rios Uatumã e Jatapu era realizado exclusivamente por barco-hotéis oriundo de Manaus e não contemplava a participação dos ribeirinhos moradores da localidade. Os barco-hotéis, de proprietários não moradores da Reserva, em sua maioria de Manaus, se dirigiam a RDS com tripulação a bordo. Esses tripulantes eram contratados na cidade de Manaus para desenvolver as atividades relacionadas ao processo de hospitalidade, como cozinhar, arrumar, fornecer equipamentos e treinamento necessário para os pescadores. Os barcos dispunham de toda estrutura necessária para realização da atividade, voadeiras, cozinhas, bares, dormitórios, piloteiros, guias, cozinheiras, deixando de fora a possibilidade de

participação dos moradores da RDS (Amazonas, 2009; Hess, no prelo; Santos, 2019).

Santos (2019) destaca que o turismo era operado exclusivamente por atores sociais exógenos, restando aos ribeirinhos do Uatumã as mazelas oriundas dessa espoliação. Era comum a presença de lanchas ostensivas, pertencentes a juizes, deputados e demais políticos do Amazonas. Os moradores tinham seus lagos invadidos e passavam a ver durante toda a temporada de pesca a ida e vinda das lanchas, que causavam não só poluição sonora e perturbação dos ambientes comuns de sociabilidade, como acidentes com canoas e rabetas, mas o lixo e demais resíduos como óleos das embarcações.

Diante da inclinação dos moradores do Uatumã para o trabalho na pesca esportiva, passa, então, a ocorrer um fenômeno intitulado por Santos & Scherer (no prelo) como sistema de aviamento atualizado para o turismo. Do mesmo modo que no ciclo gomífero, pessoas com alto poder aquisitivo, especificamente da cidade de Manaus, seduziam os moradores do Uatumã para que atuassem como "sócios" em pousadas de pesca esportiva. Esses "sócios" adquiriam, então, uma dívida infundável com os "donos" da pousada e que só aumentava com o passar dos anos. Esse cenário passou a ser modificado somente após período de criação da Reserva, em 2004, com o ordenamento da atividade de pesca esportiva, demanda constante e praticamente unânime dos moradores, que já vislumbravam no turismo uma possibilidade de fonte de renda, até então concentrada nas mãos dos "empresários de fora" (Santos, 2019).

É interessante notar que os tipos de pousadas, juntamente com as formas pelas quais foram/são geridas, acompanham um cenário de turismo que se ressignificou ao longo de décadas. Há duas nítidas passagens na linha histórica do turismo na RDS: primeiro, os ribeirinhos migrando da situação de mero expectadores para trabalhadores e proprietários; e depois, de proprietários de pousadas geridas de maneira familiar para a gestão coletiva de pousadas comunitárias. Assim, percebe-se também a migração do interesse dos ribeirinhos em trabalhar com atividades voltadas exclusivamente para o turismo de pesca, insustentável e degradador, para o interesse em pensar e desenvolver um turismo sob as premissas da sustentabilidade e da cooperação (Santos & Conti, no prelo).

Todo esse fazer histórico e as mudanças realizadas no âmbito do turismo são permeadas de conflitos, com destaque para o uso comum dos recursos naturais e o direito ao território, incluindo o uso desses para o turismo. Cerne do que se pretende estudar durante o fazer da pesquisa que, neste estudo, apresenta-se os resultados preliminares.

5. Algumas considerações

Dentre os resultados preliminares da pesquisa, destaca-se a identificação de dois principais ciclos econômicos na RDS do Uatumã, considerando o último um quarto do século XX e o primeiro um quarto do século XXI, quais sejam, Ciclo do Pau-rosa e Ciclo do Turismo. Embora o foco de exploração dos recursos tenha mudado, da flora, no ciclo do pau-rosa, para a fauna, no ciclo do turismo, evidencia-se inúmeras semelhanças entre os períodos, mesmo que ocorram de forma mais silenciosa no turismo, quais sejam, presença de um sistema de aviação; poucas benesses econômicas para os ribeirinhos do Uatumã; condições precárias de trabalho; sobrecarga ecológica na fauna e flora; conflitos pelo uso do território.

Contudo, mesmo diante dos impactos percebidos, nota-se um avanço no processo de organização social e política dos trabalhadores em torno do uso comum dos recursos naturais. De expectadores a trabalhadores organizados em associações e cooperativas, que reivindicam não só direitos ao território, mas principalmente direitos ao trabalho.

Referências bibliográficas

Amazonas (2009). *Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã*. Manaus- AM: IDESAM.

Amazonas (2010). *Plano de Uso Público Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã*. Manaus –AM: IDESAM.

Benchimol, S. (2009). *Amazonia – formação social e cultural*. 3. ed. Manaus: Editora Valer.

Brasil. (2000). *Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o SNUC e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente.

Castro, E. (1999). *Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na amazônia*. Novos Cadernos NAEA, 2, 1, dez.

Chaves, M. P. S. R; Simonetti, S. R. (2020). Sustentabilidade no Trabalho em Comunidades Ribeirinhas da Amazônia. Em: Rodrigues, D. C. B. et al. (Orgs). *Sustentabilidade no Amazonas*. Embu das Artes – SP: Alexa Cultural; EDUA/UFAM.

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.

Gomes, R., Silva, V., & Silva, A. (2002). Estado, Turismo e Mercado de Trabalho, *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 7 (119), Recuperado de: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119129.htm>.

Hess, Y. C. (no prelo) *Relatório de atividades - Avaliação e Monitoramento do Impacto da Visitação no período de pesca esportiva na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã*. Orientadora: Teresa Cristina Magro-Lindenkamp. Supervisor: Carlos Gabriel Gonçalves Koury. 2018. 36f. Relatório de estágio vivencial (Bacharelado em Engenharia Florestal) – Escola Superior de Agricultura da Universidade de São Paulo.

Homma, A. K. O. (2001). Evolução histórica dos macrossistemas de produção na Amazônia. Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas De Produção, 4, 2001, Belém, PA. *Anais...* Belém, PA: SBSP: UFPA: Embrapa Amazônia Oriental.

Homma, A. K. O. (2003). *O extrativismo do óleo essencial de pau-rosa na Amazônia*. Belém/PA: EMBRAPA.

Meliani, P. (2011). Crítica à estética da Mercadoria no Turismo: Dilemas da precarização do trabalho na produção do espaço de Itacaré, litoral sul da Bahia (Tese de Doutorado). Programa de pós-graduação em Geografia da UFPE, Recife, PE, Brasil. Recuperado de: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/6014/1/arquivo1466_1.pdf

Ouriques, R. (2012). O turismo internacional na economia-mundo capitalista: elementos para uma crítica. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 34 (2), 147-157. Recuperado de: <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v34i2.17005>

Ramos, M. C. (2014). O Desenvolvimento Econômico na Amazônia Legal: seus Impactos Sociais, Ambientais e Climáticos e as Perspectivas para a Região. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS*, v. IX, n. 1, 2014.

Santos, M. L. (2019). *Gestão do Turismo em Unidades de Conservação da Amazônia: O caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã*. 2019. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Turismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói-Rio de Janeiro.

Santos, M. L., & Conti, B. R. (no prelo). *Turismo de Pesca em Unidades de Conservação da Amazônia: reflexões a partir do território.*

Santos, M. L., & Scherer, E. (no prelo). Dinâmica(s) de trabalho ribeirinho-campesino na Amazônia: reflexões a partir da regulação do metabolismo social da natureza. In: Carvalho, L., & Justamand, M. *Coleção Fazendo Antropologia no Alto Solimões – FAAS*, n. 32.

Silva, G. T. da. (2018). *Turismo em Comunidades Tradicionais: políticas de desenvolvimento local e territorialidades humanas na RDS do Rio Negro (Iranduba-AM)*. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

Silva, K. (2017). Para o Pará e o Amazonas: látex. Notas sobre as pressões e violações no interior da Amazônia na economia extrativista. Em: Beltrão, J. F.; Lacerda, P. M (ORGs). *Amazônia em Tempos Contemporâneos: entre diversidades e adversidades*. Rio de Janeiro: Mórula. Recuperado de: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/853>

Silva, M. H., Silva, I. C. M., & Santos, M. L. (2021). Condições de trabalho em casa durante a pandemia: uma análise do discurso do sujeito coletivo dos trabalhadores do setor de agências de turismo. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, v. 15, n. 1. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v15i1.2200>

Souza, M. (2002). Amazônia e Modernidade. *Estudos Avançados*, n. 16, v. 45.

Veríssimo, J. (1895). *A pesca na Amazônia/Monografias brasileiras III*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves

“Tem que tirar o black”: mulheres negras e os violentos processos de seleção de emprego na aviação brasileira

“You have to remove your afro hair”: black women and the violent job selection processes in Brazilian aviation

“Hay que quitar el cabello afro”: las mujeres negras y los violentos procesos de selección de empleo en la aviación brasileña

Natália Araújo de Oliveira ¹
Cassiana Panissa Gabrielli ²
Gabriela Nicolau Santos ³
Laiara Borges Amorim ⁴

Resumo: O presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de problematizar o modo como o racismo, interseccionado com o sexismo, se manifesta ostensivamente em direção às mulheres negras tripulantes da aviação brasileira, tendo como foco de análise seus cabelos e centrando-se nos processos de seleção para fazer parte do setor. De cunho qualitativo, a partir de entrevistas mais amplas com seis mulheres identificadas com o perfil acima descrito, percebemos que o cabelo tem um caráter simbólico tanto para as mulheres negras tripulantes quanto para as companhias aéreas - que realizam processos seletivos que afastam determinados “perfis de profissionais” caracterizados por ostentar seus cabelos crespos soltos. Para aquelas que conseguem superar essa etapa, designam códigos de vestimenta que ignoram pessoas “fora do padrão” e permitem que mulheres negras sejam violentadas para se adequar àquele espaço laboral.

Palavras-chave: mulheres negras; tripulação aérea; cabelo crespo; processos seletivos; interseccionalidade.

Abstract: This paper was developed with the objective of problematizing the way in which racism, intersected with sexism, ostensibly manifests itself towards black women crew of Brazilian aviation, having as a focus of analysis their hair and, centering on the selection processes to be part of the sector. Of a qualitative nature, from broader interviews with six women identified with the profile described above, we realized that hair has a symbolic character, both for black women and for airlines - which carry out selective processes that distance certain “profiles of professionals” characterized by to flaunt their afro hair. For those who manage to overcome this stage, they designate dress codes that ignore “nonstandard” people and allow black women to be violated to fit into that work space.

Keywords: black women; air crew; afro hair; racism; intersectionality.

Resumen: El presente trabajo fue desarrollado con el objetivo de problematizar la forma en que el racismo, cruzado con el sexismo, se manifiesta ostensiblemente hacia las mujeres negras tripulantes de la aviación brasileña, teniendo como foco de análisis su cabello y, centrándose en los procesos de selección para formar parte del sector. De

¹ Doutora em Sociologia (UFRGS), UFPel, oliveira.natalia@outlook.com, <http://lattes.cnpq.br/8304405222993892>

² Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (UFBA), UFSCar, cassiana.gabrielli@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/2774926242303827>

³ Pós-doutoranda em Estudos Culturais, Universidade de Aveiro, gabrielanicolau@ua.pt, <http://lattes.cnpq.br/8967457150053042>

⁴ Bacharelada em Ciências Aeronáuticas, FTC, Fundadora do Quilombo Aéreo, voecomomagarotanegra@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/8245271803320573>

carácter cualitativo, a partir de entrevistas más amplias a seis mujeres identificadas con el perfil antes descrito, nos percatamos de que el cabello tiene un carácter simbólico, tanto para las tripulantes negras como para las aerolíneas - que realizan procesos selectivos que alejan a ciertos "perfiles de profesionales" - caracterizada por usar su afro-suelto. Para quienes logran superar esta etapa, designan códigos de vestimenta que ignoran a las personas "no estándar" y permiten que las mujeres negras sean violadas para encajar en ese espacio de trabajo.

Palabras clave: mujeres negras; tripulación aérea; pelo afro; racismo; interseccionalidad.

1. Introdução

O presente trabalho surge de um tema ainda pouco discutido na academia em turismo do Brasil – a interseccionalidade. Falamos aqui, em especial, da interseccionalidade de gênero e raça no mercado de trabalho, com ênfase nos violentos processos de não aceitação dos marcadores fenotípicos dos corpos negros femininos. Deste modo, o objetivo do artigo é discutir a rejeição a cabelos crespos naturais nos processos de seleção do turismo, tendo como empírico para o debate o setor aéreo brasileiro. Ainda que mulheres negras sofram preconceito e discriminação em diferentes situações no mercado de trabalho, a presente pesquisa se concentrará naquilo que o moderno processo de gestão de pessoas chama de *Agregar pessoas*, com ênfase nos processos de entrevista para adentrar à aviação nacional.

Não há dados que mostrem quantos homens e mulheres negros trabalham no setor visto que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) não faz coleta de dados de cor/raça dos funcionários da área, de modo a dificultar um aprofundamento estatístico que permita uma melhor compreensão da desigualdade presente neste espaço. Entretanto, estimativas do *Quilombo Aéreo* (2022) – importante coletivo de tripulantes negros brasileiros – apontam que há, em média, apenas 5% de pessoas negras trabalhando como comissários de voo e aproximadamente 2% de pilotos negros contratados. Ainda de acordo com o coletivo, não há nenhuma mulher negra piloto em linha aérea, em atuação, no Brasil, em 2022.

Como é possível perceber a partir destes dados, muitas barreiras⁵ são impostas aos negros para que estes adentrem um local elitizado como o setor

⁵ Uma sistematização aprofundada das barreiras encontradas por mulheres negras para entrar e permanecer no setor aéreo será encontrada em Oliveira et. al. (2022).

aéreo. Quando se coloca em perspectiva a interseccionalidade se nota como, ao dar atenção à gênero, raça e classe, os empregos mais estimados do setor – como os pilotos – ficam ainda mais distantes das mulheres negras. Como Collins e Bilge (2021) esclarecem, a interseccionalidade é uma lente que revela as condições específicas de desigualdades imputadas às mulheres negras.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como foco uma das grandes barreiras para que mulheres negras façam parte desse espaço – as entrevistas de emprego, importante rota de ingresso das pessoas nas organizações (Chiavenato, 2014). Como aponta Pimentel (2016), o processo de seleção de pessoas é uma estratégia para a organização adquirir os meios humanos necessários para que a empresa atinja seus objetivos, escolhendo a pessoa que mais se adapte à função e à organização e que tenha as características pessoais que melhor se enquadrem no trabalho. Logo, este trabalho investiga se os corpos negros são considerados corpos impróprios, como diria Grada Kilomba (2019), para trabalhar no setor.

Como recurso metodológico para a elaboração desta pesquisa qualitativa foram realizadas entrevistas com seis mulheres negras brasileiras⁶, das quais duas são pilotas formadas e quatro são comissárias de bordo. Considerando as preocupações políticas já apontadas, adotamos a pesquisa centrada em “sujeitos” (Kilomba, 2019), utilizando narrativas de experiências pessoais e profissionais, indagando sobre a não aceitação dos seus cabelos naturais em diferentes momentos laborais. Todas as entrevistas foram realizadas entre os meses de outubro e novembro de 2021, posteriormente transcritas e codificadas a partir da análise temática. Para a proteção das entrevistadas, seus nomes não serão revelados, de maneira a apresentar codinomes de importantes mulheres negras da história da aviação.

Este trabalho está organizado da seguinte maneira: inicialmente é apresentado o referencial teórico, centrado da discussão sobre cabelo crespo e mercado de trabalho para negros. Em seguida, nos resultados e discussões, são trazidas as falas das entrevistadas que revelam como o setor do turismo, e especial a aviação civil, realmente se comporta na hora de selecionar aqueles

⁶ As entrevistadas foram indicadas pelo *Quilombo Aéreo*, coletivo de aeronautas negros também autor desta pesquisa.

que considera adequados para trabalhar no setor. Por fim, a conclusão reflete sobre os dados encontrados.

2. Referencial teórico

Sabemos que a desigualdade racial é uma marca do Brasil, país constituído a partir da escravidão que até hoje carrega marcas indeléveis refletidas em maiores taxas de analfabetismo e homicídio para negros. À luz da discussão de gênero, os dados se tornam ainda mais cruéis ao revelarem que mulheres pretas ou pardas recebem menos da metade do que os homens brancos (44,4%) (IBGE, 2019). Desta maneira, falar em mobilidade social de negros é perceber como discutimos mundos desiguais, de modo que negros estão sempre alocados em empregos que exigem mão de obra menos qualificada e com menor remuneração. Como explica N. L. Gomes (2005), o preconceito racial manifesta-se no isolamento dos negros também no mundo do trabalho. Logo, a fim de não serem apartados, os negros acabam se submetendo a diferentes situações, físicas e subjetivas, em especial quando falamos do cabelo natural de muitas mulheres negras – o cabelo crespo.

O cabelo crespo é uma marca racial que se destaca, uma linguagem que comunica e informa, um signo que carrega significados culturais, políticos e sociais importantes e específicos que classifica e localiza dentro de um grupo étnico/racial (N. L. Gomes, 2003). Como importante marcador identitário, é um símbolo representativo do desafio enfrentado por negros(as) em uma sociedade em que prevalecem padrões de beleza europeus (C. F. A. Gomes & Duque-Arazola, 2019), encontrados, obviamente, também no setor do turismo. Como explica Calvet et. al. (2021), o padrão estético dos trabalhadores da aviação, em especial das comissárias de bordo, está vinculado aos cânones ocidentais de beleza – mulheres magras, altas, loiras, de traços finos e cabelo liso.

Tal como aponta Chapman (2007), o corpo da mulher negra sempre foi um espaço de discurso público em relação ao padrão de beleza, mas de modo a vê-lo como oposto ao que é considerado bonito. Ainda segundo o autor, uma investigação histórica remonta ao processo escravocrata no qual o padrão era mulheres brancas, tidas como dóceis e gentis, enquanto as mulheres negras

eram vistas como não atrativas, não apresentáveis, não mulheres. Desse modo, explica a autora, é fácil visualizar a necessidade das mulheres negras se enquadrarem em padrões para serem aceitas, alisando seus cabelos ou mesmo relaxando-os. Sobre o assunto, hooks (2005, p. 8) explica que o cabelo crespo alisado está vinculado a um sistema de dominação racial que é incutido às pessoas negras, em especial às mulheres, que, tacitamente ou não, faz crer ou reforça a ideia de que “(...) não somos aceitas como somos porque não somos belas”.

O movimento *Black is Beautiful*, criado na década de 1960, trouxe uma revalorização da estética negra, de modo a desafiar o racismo. É graças a este movimento que penteados afro, em especial o *black*, entram na moda, tornando-se um símbolo de resistência cultural à opressão racista e ainda uma celebração da condição de negro(a) (hooks, 2005). Adotados, então, como um símbolo de resistência à supremacia branca, tornam-se “inaceitáveis” no ambiente corporativo, visto que há a expectativa que a mulher negra que trabalhe neste espaço siga os padrões de vestimenta, discurso e comportamento normalizado no branco (Lage & Souza, 2017).

Buscando encaixar-se e serem aceitas nesse mundo, muitas mulheres alteram a estrutura dos seus cabelos para encontrar espaço no mercado de trabalho (hooks, 2005; Johnson & Bankhead, 2014; Lage & Souza, 2017), entendendo que “a oportunidade de encontrar bons empregos aumentaria se tivessem cabelo alisado” (hooks, 2005, p. 3). Segundo hooks (2005, p. 3), as mulheres negras percebem que o mundo do trabalho faz uma conexão entre as “políticas radicais e os penteados naturais”, seja com ou sem tranças.

Análises sobre a visão do cabelo crespo no mundo do trabalho no Brasil ainda são escassas (Lage & Souza, 2017; Mesquita et al., 2020; Oliveira et al., 2021) e, em processos seletivos no setor do turismo, quase inexistentes. Um único estudo, produzido para uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso, investigou a influência das marcas corporais na seleção de vagas para o mercado de trabalho, revelando ser comum mulheres negras alisarem os cabelos ou cortarem os *dreads* para entrevistas no setor hoteleiro (Franco, 2018), o que reforça a necessidade de maiores investigações em outras áreas do turismo.

3. Resultados e discussões

Ao conversar com seis mulheres da aviação nacional⁷ perceberemos como o cabelo crespo é um marcador identitário importante e como os processos de seleção no setor são violentos quando, ainda que de forma velada (ou não), exigem que a estrutura capilar seja mudada para que a mulher negra seja aceita. Uma das entrevistadas conta:

(...) quando eu entrei pra aviação, eu lembro que na escola eu não alisava o cabelo né, antes (...). A questão do cabelo na minha família é uma coisa bem importante. E aí eu na escola, o diretor falou comigo assim: “a gente vai indicar para um processo seletivo na empresa X, mas você só pode ir se você alisar o cabelo, se você não alisar o cabelo você não vai ser contemplada” (Bessie Coleman).

Outra entrevistada explica que hoje entende que não passou em um processo seletivo por estar de cabelo solto: “(...) se você chegar em uma companhia com cabelo *black* para uma entrevista, sem chance (...). Hoje eu entendo, quando fui fazer entrevista na empresa X, fui de cabelo solto. (...) eu não passei pois estava com o cabelo solto” (Chipo Matimba). Já Mae, que alisava o cabelo antes de entrar na aviação e depois de alguns anos deixou-o natural, explica que, embora não tenha passado por esse processo no momento de seleção, conhece histórias de “(...) pessoas que foram fazer a seleção com cabelo afro, *black* e não entraram. Com inglês, com espanhol, com francês e não entraram. As primeiras eliminadas do processo seletivo só porque estava com cabelo afro (...)”.

Todas essas histórias ouvidas mostram como o padrão aceito na aviação brasileira traz em seu bojo o ideal de beleza estética de mulheres brancas. Como explica Chapman (2007), o cabelo considerado “bom” – isto é, o cabelo de mulheres brancas (lisos, longos e sedosos) ostenta um código de poder e capital social. Poder de ser o modelo, o padrão, o exemplo. E aquelas que se

⁷ Chipo Matimba (33 anos) e Elizabeth Petros (34 anos) são pilotas e, no momento, não estão atuando por não terem oportunidade no mercado de trabalho; Bessie Coleman (33 anos) é comissária de bordo e estudante de aviação; Mae Jamison (35 anos) e Madeline Swegle (33 anos) são comissárias de bordo em atuação e Brenda Robinson (44 anos) é ex-comissária de bordo.

aproximam desse modelo são minimamente aceitas, isto é, mulheres que têm cabelos parecidos com o de mulheres brancas são mais facilmente incluídas. De acordo com Madeline Swegle, “a companhia aérea [pede] sim, de forma muito velada, ou até escancarada (...) para ‘abaixar o volume’” (Madeline Swegle). Há, por parte das mulheres ouvidas, uma necessidade constante de se encaixar em padrões que não foram feitos para contemplar crespas. “Abaixar o volume” é um dos *modus operandi* utilizado, buscando um padrão mais parecido com o de mulheres não negras. Comenta a mesma entrevistada:

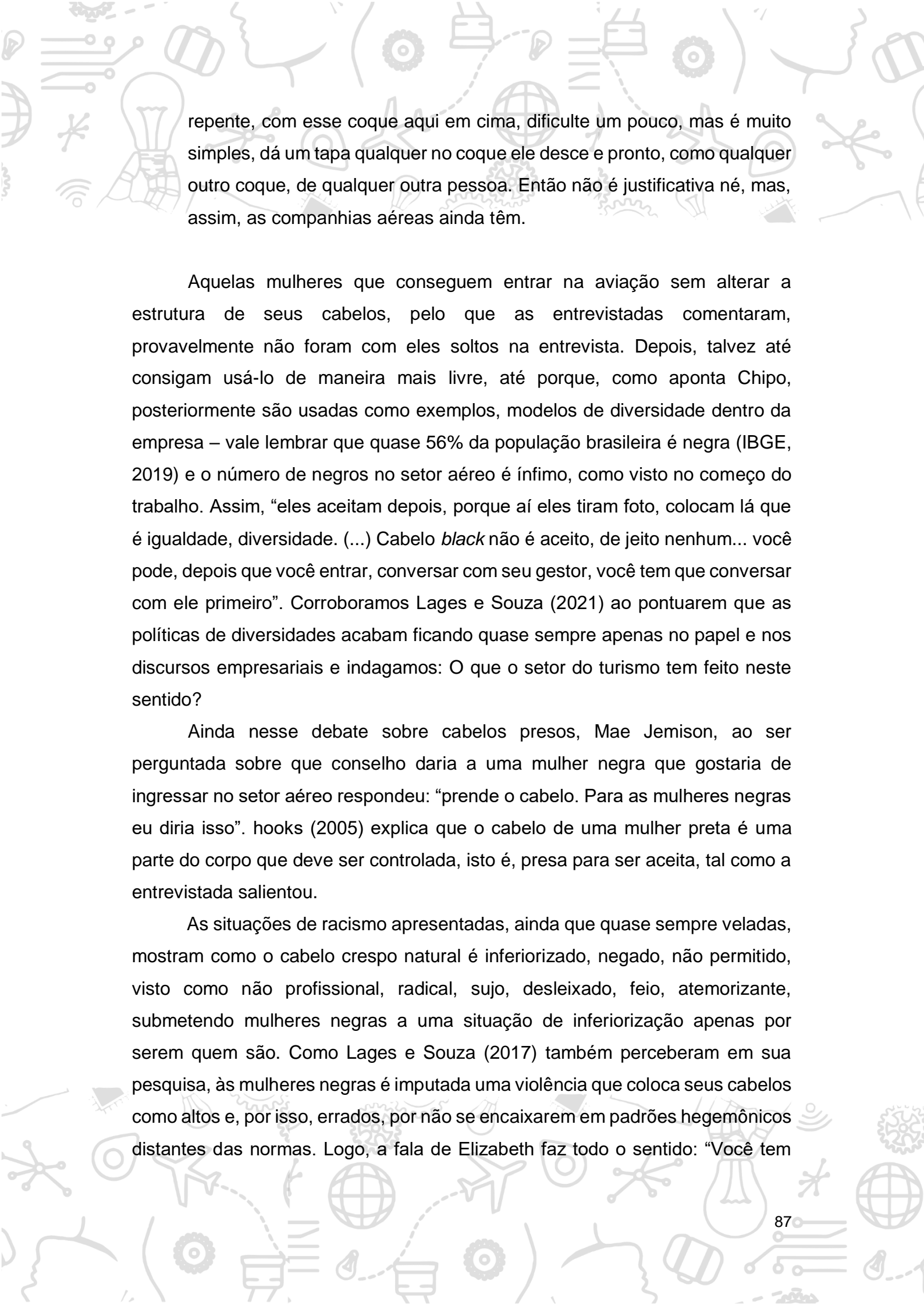
(...) meu cabelo é crespo, mas ele tem os cachos, então, às vezes, as pessoas meio que fazem assim: ‘aí, por que é que você não deixa o cabelo igual ao dela?’ (...) às vezes eu sinto que, como meu cabelo tem cacho, meu cabelo ainda é aceitável, entendeu? Ele não sobe tanto.

Como explica hooks (2005), mulheres negras que têm os cabelos finos, quase lisos, são consideradas “abençoadas” por terem nascido com “cabelo bom”, um cabelo que não tem um pé na senzala, não é carapinha. São cabelos minimamente aceitos pois não são um símbolo de resistência.

Uma indagação pertinente diz respeito aos manuais utilizados pelas companhias aéreas no que diz respeito aos cabelos de mulheres negras – isto é, eles sequer ali aparecem? Sobre o assunto, Brenda conta: “Ao longo do tempo na aviação eu tinha um manual, manual de procedimentos, onde dizia ali tudo a respeito da pele, da unha (...) todo aquele padrão de uma mulher que não é mulher preta (...)”. No mesmo sentido, Bessie explica que no manual da empresa que ela trabalha “(...) o cabelo crespo tinha que estar tipo bem puxado para trás e preso no coque, não podia ter um fio para cima”.

Aqueles que podem imaginar que o cabelo crespo natural poderia ser inoportuno em virtude do trabalho executado, uma das entrevistadas explica que, no discurso, é dito que o cabelo crespo atrapalharia por ser volumoso, de modo a impossibilitar a utilização de equipamentos de emergência. Todavia, segue a entrevistada:

“(...) a gente sabe que não é essa a justificativa, por que não existe nenhum equipamento de emergência que não caiba no meu cabelo. De



repente, com esse coque aqui em cima, dificulte um pouco, mas é muito simples, dá um tapa qualquer no coque ele desce e pronto, como qualquer outro coque, de qualquer outra pessoa. Então não é justificativa né, mas, assim, as companhias aéreas ainda têm.

Aquelas mulheres que conseguem entrar na aviação sem alterar a estrutura de seus cabelos, pelo que as entrevistadas comentaram, provavelmente não foram com eles soltos na entrevista. Depois, talvez até consigam usá-lo de maneira mais livre, até porque, como aponta Chipó, posteriormente são usadas como exemplos, modelos de diversidade dentro da empresa – vale lembrar que quase 56% da população brasileira é negra (IBGE, 2019) e o número de negros no setor aéreo é ínfimo, como visto no começo do trabalho. Assim, “eles aceitam depois, porque aí eles tiram foto, colocam lá que é igualdade, diversidade. (...) Cabelo *black* não é aceito, de jeito nenhum... você pode, depois que você entrar, conversar com seu gestor, você tem que conversar com ele primeiro”. Corroboramos Lages e Souza (2021) ao pontuarem que as políticas de diversidades acabam ficando quase sempre apenas no papel e nos discursos empresariais e indagamos: O que o setor do turismo tem feito neste sentido?

Ainda nesse debate sobre cabelos presos, Mae Jemison, ao ser perguntada sobre que conselho daria a uma mulher negra que gostaria de ingressar no setor aéreo respondeu: “prende o cabelo. Para as mulheres negras eu diria isso”. hooks (2005) explica que o cabelo de uma mulher preta é uma parte do corpo que deve ser controlada, isto é, presa para ser aceita, tal como a entrevistada salientou.

As situações de racismo apresentadas, ainda que quase sempre veladas, mostram como o cabelo crespo natural é inferiorizado, negado, não permitido, visto como não profissional, radical, sujo, desleixado, feio, atemorizante, submetendo mulheres negras a uma situação de inferiorização apenas por serem quem são. Como Lages e Souza (2017) também perceberam em sua pesquisa, às mulheres negras é imputada uma violência que coloca seus cabelos como altos e, por isso, errados, por não se encaixarem em padrões hegemônicos distantes das normas. Logo, a fala de Elizabeth faz todo o sentido: “Você tem

que passar uma imagem mais séria, né? Porque acham que cabelo cacheado não é uma imagem séria (...).”

Por fim, questionamos o que esses processos violentos causam nas mulheres negras, isto é, quais os reflexos de não serem aceitas por serem quem são. As narrativas ouvidas dão conta de cenários de adoecimento físico e mental e de transmutação para serem aprovadas: “(...) eu fui cortando [o cabelo]. Eu fui cortando, cortando, cortando. Eu me transformei numa pessoa que virou aquilo ali para ser aceita (...) eu tinha o cabelo aqui na cintura todo enrolado, cacheado, cheio, lindo, maravilhoso, potente, pura potência minha coroa” (Brenda Robinson). Bessie, cuja a história foi contada no início desta seção, revela que passou a alisar o cabelo buscando se enquadrar e terminou com uma paralisia facial causada por uma bactéria em virtude dos procedimentos realizados. As falas das duas entrevistadas lembram Mesquita et al. (2020) que explicam que os corpos negros muitas vezes precisam aceitar que suas identidades racializadas sejam violadas ou ainda invisibilizadas para que tenham oportunidades de emprego. Deste modo, os cabelos crespos, símbolos tão significativos de identidade para ambas as entrevistadas, foi, aos poucos, se apagando até que elas não mais se reconhecessem. Elas, que os viam como suporte simbólico de suas identidades que expressavam a beleza negra (N. L. Gomes, 2003), foram aos poucos não mais se reconhecendo, se encontrando – consequência dos violentos processos de exclusão encontrados no setor do turismo, em especial nos ‘manuais de etiqueta’, explícitos ou não, de seu mercado laboral.

4. Considerações finais

Ao trazermos para o debate a violência cometida nos processos seletivos, - que permitem ou negam o acesso de grupos específicos aos cargos mais ou menos prestigiados junto às tripulações das companhias aéreas - mas, também, a violência percebida ao longo do exercício profissional, influenciando a permanência (e seus custos) de mulheres negras em tais posições, fica evidente a prática racista do setor. Ainda que, evidentemente, se trate de uma amostra reduzida, o suporte de outros estudos citados ao longo da revisão de literatura

e, mesmo a ausência de pesquisas e de desagregação de dados oficiais do setor por raça, reforçam tal constatação.

Ao abordarmos a perspectiva interseccional buscando o diálogo com o gênero, partimos do entendimento de que este é culturalmente moldado e, historicamente, tem sido utilizado de modo a conformar as mulheres a lugares na sociedade desprovidos de poder, distanciados das tomadas de decisão e menos reconhecidos social e economicamente. Crenshaw (2002, p. 177) aponta que a “interseccionalidade trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras”.

No caso das mulheres negras atuantes na aviação nacional, encontramos nesse processo de investigação interseccional uma interessante referência nos cabelos, sendo possível identificar sua relação com as imagens de controle, que são aquelas pautadas por gênero, raça, classe e sexualidade e dão condições à operacionalização das matrizes de dominação (Collins & Bilge, 2021).

Os cabelos se destacam já que, como apontado ao longo das discussões aqui empreendidas, são alvo de manifestações diretas e indiretas de racismo, sendo que este adquire nuances particulares quando praticado contra mulheres, já que delas são cobradas performances específicas para atender construções culturais acerca da feminilidade e, também, para acessar determinados espaços com seus corpos femininos e, nesse caso, também negros. Além disso, como percebemos nos recortes das falas apresentadas, os cabelos, para mulheres negras, podem ter significados ainda mais subjetivos, relacionados à ancestralidade e empoderamento pessoal.

Nesse sentido, após analisar a fala das entrevistadas sobre seus cabelos e sobre a forma como os outros reagem ao modo como esses são apresentados no ambiente laboral, concluímos que as intervenções na modelagem dos cabelos das mulheres negras tripulantes são eivadas de valores racistas, demonstrados por meio da reprodução de situações vivenciadas pelas entrevistadas, como, de forma mais velada, nos próprios manuais de códigos de vestimenta das companhias aéreas. Tais manifestações interferem não apenas no acesso aos postos de trabalho almejados como na permanência nesses, já

que a violência constante pode acarretar impactos à saúde mental das mulheres negras que se sujeitam a tais situações.

Assim, reconhecemos a limitação desta investigação, ao passo em que insistimos na ampliação das discussões sobre raça e gênero nos setores do turismo e no setor aéreo brasileiro, em especial pesquisas com viés interseccional. Tais aprofundamentos visam problematizar criticamente as condições de trabalho para parcelas da população que têm sido sistematicamente excluídas de tal cenário e trazer ao debate dos estudos do turismo como o racismo e o sexismo têm sido abordados nesse contexto.

Referências bibliográficas

Calvet, N. A. et al. (2021). *Desigualdades de género en el mercado laboral turístico* (Vol. 14). <http://www.albasud.org/noticia/es/1299/desigualdades-de-genero-en-el-mercado-laboral-turistico>

Chapman, Y. M. (2007). *"I am not my hair! or am I?": Black women's transformative experience in their self perceptions of abroad and at home experience* [Georgia State University]. <https://doi.org/10.57709/1059174>

Chiavenato, I. (2014). *Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações* (4th ed.). Manole.

Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo.

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Background paper for the expert meeting on the gender-related aspects of race discrimination. *Estudos Feministas*, (1), 171-188. <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPNjZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>

Franco, J. S. E. (2018). *A influência das marcas corporais no processo seletivo hotelero* [Universidade Federal Fluminense]. https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/9991/A_INFLUÊNCIA_DAS_MARCAS_CORPORAIS_NO_PROCESSO_SELETIVO.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Gomes, C. F. A., & Duque-Arazola, L. S. (2019). Consumo e identidade: o cabelo afro como símbolo de resistência. *Revista da ABPN*, 11(27), 184–205. <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/496>

Gomes, N. L. (2005). Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In A. e D. Secretaria de Educação Continuada (Ed.), *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03* (pp. 39–62). MEC.

Gomes, N. L. (2003). Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra Body

and hair as symbols of black identity. *II Seminário Internacional de Educação Intercultural; Gênero e Movimentos Sociais*, 1–14. http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_textos_sociologia/Negra.pdf

hooks, bell. (2005). Alisando nossos cabelos. *Revista Gazeta de Cuba - União de Escritores y Artista de Cuba*.

IBGE. (2019). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica*. 41. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

Johnson, T. A., & Bankhead, T. (2014). Hair it is: examining the experiences of black women with natural hair. *Open Journal of Social Sciences*, 02(01), 86–100. <https://doi.org/10.4236/JSS.2014.21010>

Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.

Lage, M. L. da C., & Souza, E. M. de. (2017). Da cabeça aos pés: racismo e sexismo no ambiente organizacional. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 11, 55–72. <https://doi.org/10.24857/RGSA.V0I0.1378>

Lages, A. S., Allebrandt, D., & Calheiros, R. A. (2021). Gênero, direito e cuidado: práticas de implementação da guarda compartilhada e da “paternidade responsável” em uma Vara de Família na cidade de Maceió- AL. *Tessituras*, 9(2), 100–122. <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/viewFile/21276/13867>

Mesquita, J. S., Teixeira, J. C., & Silva, C. R. (2020). “Cabelo (crespo e cacheado) pro alto, me levando a saltos” em meio à ressignificação das identidades de mulheres negras em contextos sociais e organizacionais. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 19(2), 227–256. <https://doi.org/10.21529/RECADM.2020010>

Oliveira, N. A. de et. al. (2022). Intersectionality between racism and sexism in the Brazilian airline industry: perceptions and strategies of Black Women crewmembers. In P. Cembranel et al. (Orgs.). *Promoting social and cultural equity in the tourism sector*. IGI Global.

Oliveira, T. de et al. (2021). A influência do cabelo crespo e da cor da pele na seleção de emprego/estágio do secretário executivo. *Sophia: Revista Eletrônica de Investigação Filosófica, Científica e Tecnológica*, VII(XXII), 196–221. https://59c0589a-7162-416c-8d5f-3b2f6557b41f.filesusr.com/ugd/8dda86_d023bb52a4831abd177c51372d0f7.pdf?index=true

Pimentel, H. (2016). O papel da gestão de pessoas no turismo. *Revista Lusófona de Economia e Gestão das Organizações*, 4, 81–111. <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/r-lego/article/view/5650>

Quilombo aéreo. (2022). *Quilombo Aéreo*. <https://quilomboaereo.com.br/#>

TURISMO: privilégio, prazer, repouso e servidão nas páginas da Vida Doméstica: Revista do Lar e da Mulher (1920-1930)¹

TOURISM: Privilege, pleasure, rest and servitude in the pages of the Domestic Life: Household and Women's Magazine (1920-1930)

TURISMO: privilegio, placer, descanso y servidumbre en las páginas de ida Doméstica: Revista do Lar e da Mulher (1920-1930)

Inácio Botto²

Romilda Aparecida Lopes³

Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior⁴

Resumo: Este estudo tem como objetivo discutir como o turismo é compreendido nas páginas da Vida Doméstica: Revista do Lar e da Mulher. Por intermédio de uma perspectiva histórica, o recorte cronológico desta investigação abrange as publicações entre 1920 e 1930. A partir da pesquisa documental, foram encontradas 16 matérias. Levando em conta a análise prévia, percebe-se uma: 1) intensa campanha em prol do desenvolvimento do turismo no Brasil; 2) considerável destaque para os municípios de Minas Gerais; 3) destaque para as belezas naturais, meios de hospedagens, serviços e cenas do cotidiano; 4) a presença de temas relacionados às questões de gênero, classe social, trabalhadores e trabalhadoras do turismo.

Palavras-chave: memória do turismo; história do turismo; pesquisa documental; Revista do Lar e da Mulher (1920-1930).

Abstract: The study has as main objective to present tourism in Domestic Life: Magazine of the Home and Woman. Through a historical perspective, the chronological of this investigation covers the publications between 1920 and 1930. From the documental research 16 articles were found. Taking into account the previous analysis one can notice: 1) an intense campaign for the development of tourism in Brazil; 2) considerable emphasis on the cities of Minas Gerais; 3) emphasis on the natural beauties, lodging facilities, services and scenes of daily life; 4) the presence of themes related to gender, social class, male and female workers in tourism.

Keywords: tourism memory; tourism history; documentary research; Household and Women's Magazine (1920-1930).

Resumen: El estudio tiene como objetivo principal presentar el turismo en la Vida Doméstica: Revista del Hogar y la Mujer. A través de una perspectiva histórica, el corte cronológico de esta investigación abarca las publicaciones entre 1920 y 1930. De la investigación documental se encontraron 16 artículos. Teniendo en cuenta el análisis anterior es posible notar: 1) una intensa campaña para el desarrollo del turismo en Brasil; 2) considerable énfasis en los municipios de Minas Gerais; 3) énfasis en las

¹ Este estudo integra as investigações realizadas pelo Grupo de Pesquisa D'ELAZ - Educação e Lazer (CNPq/UFJF).

² Mestrando em Turismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e-mail para contato inaciobotto@id.uff.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2636514792111606>

³ Doutora e mestra em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais, professora do Curso de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e-mail para contato: romildaalopes@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3151743022331892>

⁴ Doutor em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais, professor do Curso de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e-mail para contato: edwaldo.anjos@ufjf.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8391656015577874>

bellezas naturais, instalações de alojamento, serviços y escenas de la vida cotidiana; 4) la presencia de temas relacionados con el género, la clase social y los trabajadores del turismo.

Palabras clave: memoria del turismo; historia del turismo; investigación documental; Revista do Lar e da Mulher (1920-1930).

1. Introdução

Nosso presente está cheio do pretérito, pois devemos ter a compreensão de que “tudo que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência” (Santos, 1988. p. 252) e que, ao refletir sobre o futuro do turismo, devemos compreender que o “turismo é fenômeno de experiências vividas de maneiras e desejos diferentes por parte dos seres envolvidos” (Panosso Netto, 2005, p. 30).

Para pensar sobre o futuro do turismo e dos trabalhadores que estão integrados a esse fenômeno, devemos olhar para o passado, sobretudo visando identificar semelhanças com o presente. Posto isso, este estudo tem como principal objetivo discutir como o turismo é compreendido nas páginas da Vida Doméstica: Revista do Lar e da Mulher. Por intermédio de uma perspectiva histórica, o recorte cronológico desta investigação abrange as publicações entre 1920 e 1930.

Criada no Rio de Janeiro, a Vida Doméstica: Revista do Lar e da Mulher foi fundada por Jesus Gonçalves Fidalgo e tinha como principal público mulheres da classe média urbana carioca. A primeira edição foi publicada em março de 1920, e a última em dezembro de 1963, sendo dedicada à divulgação de conhecimentos que interessassem ao lar, bem como assuntos variados, como divulgação de acontecimentos úteis sobre a natureza e as culturas⁵. É um importante documento sobre a vida sociocultural do Brasil por ser criado na segunda década do século XX, além de ser orientado para o público feminino.

A urbanização e a industrialização, bem como as transformações da Belle Époque mudaram a forma dos jornais e revistas brasileiros veicularem suas informações. Nesse cenário, novos recursos gráficos, a combinação de textos e imagens foram se tornando cada vez mais atraentes para o leitor, se tornando assim um meio propício para a divulgação e venda de produtos e serviços.

⁵ Apresentação. Revista Doméstica. 1920, nº 1, p. 5.

Assim, os editores foram capazes de fomentar a inclusão de novos conteúdos e assuntos. Acompanhando essa tendência, a Revista Doméstica, que possuía interesses comerciais, teve um papel relevante para a difusão de hábitos de consumo entre as leitoras da revista (Freire, 2006; Segalin, 2017).

As fotografias, bem como as propagandas sobre diversos produtos, notícias sobre inaugurações de indústrias, comércios e lojas chamam a atenção nas páginas do periódico (Segalin, 2017). Apesar de ser direcionada ao público feminino, a publicidade era direcionada também a indivíduos do gênero masculino, algo passível de ser visto nas propagandas de carros de turismo.

Já as matérias sobre o turismo na Revista Doméstica eram assinadas, em sua maioria, por Antenor Nascentes, membro do *Touring Club* do Brasil. Esta organização foi criada em 1923, sendo formada por empresários de vários segmentos, políticos, engenheiros e outros profissionais que tinham o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do Turismo no Brasil. O *Touring Club* teve um papel fundamental neste contexto, pois, além de ser a primeira organização de abrangência nacional preocupada com o avançar dessa prática, também apresentou outras iniciativas importantes em prol do Turismo” (Daibert, 2014, p. 158).

Importa considerar que entendemos ser o olhar do turista moldado de acordo com a sociedade, grupo social e o período histórico vivenciado pelo sujeito (Urry, 2001). Além disso, partimos do pressuposto que o turismo tem como base o deslocamento de pessoas (Barreto, 2003), a partir de uma heterogeneidade de práticas sociais (Pastor, 2003). Entendemos ainda o turismo como prática social, um fenômeno urbano que se consolida na modernidade e, portanto, sua análise deve ser crítica e problematizada. Compreender o turismo enquanto fenômeno social é apreender que ele “apresenta imbricações espaciais e territoriais diversificadas e passíveis de análises várias, conforme a escala de observação proposta” (Fratucci, 2000, p. 121). Nesse sentido, podemos entender o turismo como um fenômeno formado a partir de práticas sociais existentes nas relações entre os seres humanos.

E, ao estudar o passado do turismo, devemos entender que estamos lidando com acontecimentos e interpretações desse passado (Pollak, 1989), lidando com a história de profissionais que foram responsáveis pela escrita do então presente, pela produção de discursos, seleção ou não de personagens,

fatos e acontecimentos que foram ou não divulgados nas páginas da imprensa. Portanto, antes de considerar entendimentos absolutos daquele tempo, há de se contemplar que são leituras possíveis, isto é, uma dada percepção dos fatos. Vale lembrar que, na pesquisa histórica, o resgate da memória busca reproduzir apenas parte do que foi vivenciado e não a sua totalidade (Pollak, 1989; Santos, 2003; Timoty, 2012).

Sendo assim, os estudos históricos sobre o fenômeno turístico revelam um campo ainda pouco explorado por pesquisadores do turismo e do lazer. Na América Latina, a pesquisa histórica sobre o turismo ganha força a partir dos primeiros anos do século XXI. Pesquisadores munidos de novas metodologias de investigação e análise vêm ampliando o debate sobre as primeiras manifestações do turismo no contexto latino-americano (Guimarães, 2013), ainda que muitos não compreendam a importância dos estudos históricos para entender o presente (Towner e Wall, 1991; Engerman 1994; Walton, 2009; Guimarães, 2013; Timothy, 2012; Daibert, 2014; Bastos, 2020).

Feitas as considerações anteriores, o presente estudo foi realizado contemplando duas etapas: 1) pesquisa documental realizada na Hemeroteca Digital Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional, tendo como principal fonte o periódico *Vida Doméstica: Revista do Lar e da Mulher*; e 2) levantamento bibliográfico em livros, artigos, dissertações e teses que tenham ligação com o tema do turismo, sobretudo associado ao recorte temporal do estudo, que é de 1920 a 1930.

2. Turismo: privilégio, prazer, repouso e servidão

O turismo, tal como o conhecemos hoje, é um fenômeno oriundo das transformações advindas da Revolução Industrial nos séculos XIX. Na *Revista Doméstica*, a palavra “turismo” aparece pela primeira vez em 1922, e, ao longo das páginas do periódico, o termo é associado ao prazer de viajar⁶, ao repouso⁷ e à servidão⁸.

⁶ O prazer de viajar: os cruzeiros de luxo e as viagens combinadas da Mala Real. *Revista Doméstica*. 1922, nº 68, p. 30

⁷ Junto ao Lago Lemman. *Revista Doméstica*. 1923, nº 65, p. 20.

⁸ Um plano geral de turismo no Brasil. *Revista Doméstica*. 1925, nº 89, p. 114.

Na matéria “O Rio de Janeiro e os seus Hotéis”, a cidade do Rio de Janeiro é associada a uma metrópole moderna, com meios de hospedagens iguais ou, segundo a reportagem, até mesmo superiores às cidades europeias⁹. Assim, de acordo com o colunista da matéria, o município estava incluído entre os centros privilegiados do turismo do mundo¹⁰.

A explicação para tal fato pode ter relação com os planos de melhoramentos e embelezamento da cidade do Rio de Janeiro: a Reforma Passos (1903-1906), a gestão do ex-prefeito Carlos Sampaio (1920-1922) e o Plano Agache no fim da década de 1920. Essas intervenções tinham como objetivo transformar o espaço urbano da então capital do Brasil, aliando a imagem da cidade aos discursos sanitaristas. O plano de modernização do Rio, nesse aspecto, teve influência junto ao turismo, uma vez que essas melhorias foram pensadas com vistas a atrair os visitantes (Daibert, 2014).

Ao longo da revista, notam-se que as discussões sobre o cenário internacional do turismo são uma tônica para se pensar os conflitos e o *modus operandi* da atividade em nosso país. Isso acontece em uma matéria que se detém, ao que parece, em um relato de viagem à Genebra, Suíça. A referida narrativa, publicada em 1923, sem autoria definida, está disposta em duas páginas completas e, logo no começo, há uma foto na parte superior da página que apresenta uma extensa faixa do Lago Lemman de Genebra. Já na segunda página, há uma foto mais próxima do Castelo Mont Blanc. Um destaque é dado ao conflito urbano que demarca a divisão entre uma cidade para turistas e outra para os moradores.. Porém, a narrativa sobre o lugar demonstra a dualidade social imposta pelo turismo naquela cidade:

Assim como em outros tempos existiam logares em que era permitido o direito de asylo aos perseguidos da Justiça, assim Genebra, na livre Suíça, acolhe o estrangeiro com a mais franca hospitalidade. Qualquer pessoa se sente seguro e tranquilo nesta cidade sem rumores estrepitosos, sem viloencias nem agitações, reconfortado pela suave calma que sobre do lado sereno e baixa ao céu fino e luminoso. A cidade, como é natural, não é igual nem harmônica. Na realidade há duas Genebras: a que se destina ao prazer e ao repouso dos estrangeiros ricos, e a que vive uma existencia propria. A cidade do turismo, é bela, luxosa, cheia de formosos hotéis,, de impenccaveis jardins... Tem o caracter de todas as povoações que se

⁹ O Rio de Janeiro e os seus Hoteis. Revista Doméstica. 1922, nº 27, p.17

¹⁰ O Rio conta com mais um restaurante de primeira ordem. Revista Doméstica. 1922, nº 30, p. 10

dedicam ao turismo – ausência absoluta de carácter (Revista Domestica. 1923, nº 65, p. 20)

Enquanto a cidade do turismo de Genebra é bela, luxuosa, cheia de formosos hotéis, impecáveis jardins, a do morador genebrino se resume a uma existência própria, discreta junto ao lago “ para não perturbar as delícias dos estrangeiros ricos que alli vão atraídos por sua fama”¹¹.

Nota-se que o uso de “existência própria” parece denotar a dinâmica real da cidade, de seus trabalhadores e do cotidiano citadino. Assim, o barulho da cidade, de suas fábricas e seu movimento parece ser algo contrário aos interesses que ditam o formato de uma cidade turística. Em especial, a matéria ressalta que os moradores estão condicionados a se apertarem em uma faixa próxima à Catedral São Pedro e no alto das colinas. Parece existir uma crítica à presença, inclusive, dos pobres, mendigos e andarilhos, que, porventura, pudessem comprometer o embelezamento daquela faixa turística, algo discutido por Panosso Netto e Trigo (2009), Camargo (2019). Mais recentemente, as relações de trabalhadores no turismo têm sido alvo de investigação por integrantes do grupo de pesquisa “Labor Movens - Condições de Trabalho no Turismo”, que também organizou seminários sobre o tema em 2020 e 2021.

2.1 Lugares para se fazer turismo no Brasil

A divulgação dos “lugares para se fazer turismo”¹² no país começa, de fato, no editorial “Um plano geral de turismo no Brasil”, publicado na edição de junho de 1925. Antes de tudo, o artigo começa apresentando para o leitor/a as diferenças entre turista e viajante:

“É preciso distinguir o turista daquelle que viaja por interesse. O caxeiro viajante, que em sua propaganda comercial pelo interior de um país procura apenas expandir o consumo das mercadorias do seu comercio, o explorador ou o sábio, que pretendem investigar fenômenos da natureza, escalar montanhas, seguir curso de rios, colher espécimenes de varia natureza, todos esses, tendo de fazer uma viagem, fá-la-hão de qualquer modo, seja quais forem as condições. Com o turista em geral não se dá o mesmo. Viajando ele por prazer, em via de regra não lhe é agradável despojar-se do amor ao conforto a que está habituado no seu lar.

¹¹ Junto ao Lago Leman. Revista Domestica. 1923, nº 65, p.20.

¹² Um plano geral de turismo no Brasil. Revista Domestica. 1925, nº 89, p. 114.

Quer encontrar meios fáceis de condução, hotéis onde não lhe faltam criados prestativos, boa cama, boa mesa” (Nascentes, 1925, p. 114).

O ideal de turismo abarcado pelo periódico analisado parece ser retomado, inclusive, por autores contemporâneos, como Barreto (2003), que defende que o turismo é uma ação levada a efeito por sujeitos que vivenciam uma atividade “específica de lazer, fora das suas respectivas cidades, e se utilizam, para atingir seus objetivos, de equipamentos e serviços cuja prestação constitui um negócio” (p. 21). Posto sob outros termos, “pressupõe o deslocamento dos sujeitos em tempos e espaços diferentes daqueles dos seus cotidianos” (Gastal e Moesch, 2007, p.11).

É interessante perceber que, em 1925, havia o debate sobre aquele que faz turismo, sendo o sujeito que viaja por prazer, que quer uma infraestrutura que lhe permita encontrar meios fáceis de condução e meios de hospedagem, “*onde não lhe faltam criados prestativos, boa cama, boa mesa*”. Já o viajante seria aquela pessoa que faz a viagem de qualquer modo e condição. Por outro lado, a revista menciona que, aqueles que viajam a trabalho, estejam ligados ao comércio, estejam ligados à prospecção de negócios, não buscam os mesmos intentos daqueles que se deslocam em busca de experiências fora de seus contextos cotidianos.

De fato, foi somente em 1937 que começaram as primeiras iniciativas para definições dos conceitos de turista, viajante e excursionista. Allis (2014) lembra que, para fins estatísticos, as noções de viajante, visitante, excursionista e turista são associadas e ajudam a definir e compreender o que é turismo. Todavia, essas classificações são generalizantes e nem todos aqueles que se deslocam pelos espaços e tempos diferentes entram para as estatísticas.

Outra questão que chama atenção é o debate sobre turismo e trabalho. O autor do editorial defende que o turista deseja encontrar lugares viajando por meios de fácil condução, hotéis onde não lhe faltam criados prestativos, boa cama e boa mesa. Importa considerar que tal assertiva pode ser compreendida numa lógica em que a relação das pessoas com o tempo e o espaço foram profundamente afetadas pelo desenvolvimento dos meios de transporte. Com o advento da ferrovia no século XIX e, posteriormente, o desenvolvimento dos modos rodoviário e aeroviário favoreceu com que as sensibilidades demandassem locais acessíveis, sendo o deslocamento também um atrativo.

Ainda no que tange às relações entre turismo e trabalho, há de considerar os criados prestativos, figura recorrente nas páginas da revista. A própria expressão “criados prestativos”, aliás, evidencia uma lógica assimétrica, capaz de guardar relação com os discursos escravocratas vigentes no Brasil entre os séculos XVI e XIX, visto que caberia aos pobres e trabalhadores uma posição de subalternidade perante os detentores de maior renda e status social. Nesse sentido, convém lembrar que os discursos ligados ao turismo, gênero e raça são “influenciadas pela atividade turística, ao mesmo tempo em que a influenciam” (Silveira e Medaglia, 2016, p. 111), ou seja, é um reflexo de uma história marcada pela escravidão, machismo e preconceito, contra os grupos minoritários.

Em seguida, Antenor Nascentes toma para si a tarefa de criar um “plano de turismo” para divulgar o Brasil e, para que isso ocorra, é necessário, segundo ele, que se dê o aperfeiçoamento da infraestrutura urbana, e a melhoria dos serviços mediante importação de mão de obra estrangeira por empresas da iniciativa privada:

Devia haver um guia geral do Brasil em que tudo isto viesse claramente explanado.

As empresas de hotéis, as ferroviárias, as de viagens, deviam interessar-se por estas coisas, promover a organização de um trabalho, francês ou inglês para tornar as nossas belezas naturais acessíveis aos povos que cultivam o turismo. (Nascentes, 1925, p. 114).

Além disso, as viagens seriam mediadas pelo consumo das belezas naturais, dos *souvenirs* e dos serviços. Nesse aspecto, podemos “pensar o consumo como uma espécie de mediação simbólica que se instaura entre o sujeito e o mundo, possibilitando a construção de sentido a sua ação”. E, para o turista, esse “mundo” é construído por meio de suas viagens (Machado e Siqueira, 2008, p. 3).

Após a publicação do editorial em junho de 1925, foram publicadas 16 matérias entre 1925 e 1928, sendo 3 em 1925, 6 edições dedicadas a cidades turísticas em 1926, 1927 com 4, e 1928 com 3 publicações, conforme exposto no quadro 1.

Quadro 1 - Cidades divulgadas pela Revista Doméstica

Local	Estado	Ano	Edição
Viagem Rio - São Paulo	RJ/SP	1925	92
Santos	SP	1925	94
Campinas	SP	1925	95
Viagem Rio - Belo Horizonte	RJ/MG	1926	96
Belo Horizonte	MG	1926	98
Araxá	MG	1926	99
Uberaba	MG	1926	100
Ribeirão Preto	SP	1926	101
São Lourenço	MG	1926	103
Cambuquira e Campanha	MG	1927	107
Juiz de Fora	MG	1927	108
Palmyra (Santos Dumont)	MG	1927	109
Barbacena	MG	1927	110
Viagem Rio - São Paulo	RJ/SP	1928	118
Rio de Janeiro	RJ	1928	128
Caxambu	MG	1926	150

Fonte: elaboração própria (2022)

No que tange ao turismo, as matérias eram carregadas de palavras, expressões e sintagmas, utilizados para apresentar a realidade dos lugares que, até então, eram desconhecidos pelos consumidores da revista. Um ponto em comum em todas as 16 matérias analisadas é a utilização de fotografias das cidades, retratando sobretudo avenidas, construções, como pontes, estações ferroviárias e prédios. Mediante esses resultados, nota-se a similaridade com o estudo realizado por Vianna (2015), com a utilização de recursos textuais e fotográficos para chamar a atenção do leitor e o destaque de novos espaços utilizados para o turismo.

Os meios de hospedagem, restaurantes, casas de espetáculos e cenas do cotidiano estão presentes nas divulgações. Nesse bojo, nota-se a cultura local se tornando um atrativo, isto é, cenas específicas de cada lugar capazes de ser *“captadas con facilidad por los turistas y que muchas veces se utilizan como reclamo para motivar la visita a determinados sitios”* (Pastor, 2003, p. 98).

Outros elementos destacados são as paisagens naturais, seguida de legendas para despertar sentimentos e interesses dos leitores. Percebemos a evocação da paz e momentos bucólicos em que *“a natureza vibra e convida a*

cesta, ou nos momentos melancólicos junto ao crepúsculo”, elementos necessários para o “recolhimento doce, que revigora as almas”.

Nota-se também o destaque para a concentração dos destinos turísticos brasileiros mencionados na revista. Nesse ínterim, o estado de Minas Gerais assume o protagonismo, com 10 destinos, seguido de São Paulo, com 5 e, por fim, o Rio de Janeiro com 4. O meio de transporte mais divulgado era o trem, com os itinerários partindo do Rio de Janeiro. Diante disso, uma hipótese para a relevância dada aos destinos pode se pautar pela existência de estações e malhas férreas.

3. Considerações finais

A partir da análise sobre o turismo na *Vida Doméstica: Revista do Lar e da Mulher*, percebe-se uma: 1) intensa campanha em prol do desenvolvimento do turismo no Brasil, a partir de uma melhor estruturação dos destinos turísticos e sua infraestrutura; 2) considerável destaque para os municípios de Minas Gerais; 3) destaque para as belezas naturais, meios de hospedagens, serviços e cenas do cotidiano; 4) a presença de temas relacionados às questões de classe social, trabalhadores e trabalhadoras do turismo que serão aprofundadas no futuro.

Por conseguinte, é importante um aprofundamento dos pontos apresentados acima, identificando novos elementos, recursos de linguagem, lugares e outros fatores não identificados por esta pesquisa. Cabe mencionar também a possibilidade de ampliação do recorte da pesquisa, visto que foram identificadas outras menções em anos posteriores.

A pesquisa histórica sobre o turismo é um campo com diferentes possibilidades. Por isso, ela se torna relevante para a compreensão do fenômeno turístico. Nesse sentido, compreender as facetas sobre a história dos territórios turísticos e de seus agentes sociais através de documentos históricos possibilita múltiplos olhares sobre as histórias e memórias do passado, bem como a constituição da trajetória da prática do turismo em nosso território.

Referências bibliográficas

- Allis, T. (2014). Viajantes, visitantes, turistas... Em busca de conceitos em um mundo urbano". *Caderno Virtual de Turismo*. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo, v. 14, supl.1, s.23-s.38. <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1022>
- Barreto, M. (2003). O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos*, 9, n. 20. https://www.researchgate.net/publication/26369086_O_imprescindivel_a_porte_das_ciencias_sociais_para_o_planejamento_e_a_compreensao_d_o_turismo
- Bastos, S. R. (2020). A potencialidade das fontes primárias para o estudo da história do turismo no Brasil. In: MÜLLER, D. et al. *Olhares históricos sobre o lazer e o turismo no Brasil*. Porto Alegre:: Casalettras,. p. 1-288.
- Camargo, Luiz Octávio de Lima. (2019). *Hospitalidade, turismo e lazer*. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 13(3), 1-15. Epub November 25, 2019. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v13i3.1749>
- Daibert, A. (2014). Origens do Turismo Organizado no Rio de Janeiro: A Revista Brasileira de Turismo na Década de 1920. *Rosa dos Ventos*, 6. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473547040004>
- Engerman, D. (1994). Research Agenda for the History of Tourism: Towards na International Social History. *American Studies International*, 32(2), 3–31. <https://www.jstor.org/stable/41279226>
- Fratucci, A. C. (2000). Os lugares turísticos: território do fenômeno turístico. *GEOGRAPHIA, revista da pós-graduação em geografia da UFF*, II, n.4,. p. 121-133. <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13390>
- Freire, M. M. L. (2006). *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Tese de doutorado em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz- Fiocruz, Rio de Janeiro.
- Gastal, S.; Moesch, M. M. (2007). *Turismo, políticas públicas e cidadania*.
- Guimarães, V. L. (2013) Pesquisa em Turismo: estado da arte da produção científica em história do turismo no Brasil. In: *Gestión Turística*,19, pp. 85-106. <https://www.redalyc.org/pdf/2233/223348205006.pdf>
- Nascentes, A. Um plano geral de turismo no Brasil. *Vida Domestica: Revista do Lar e da Mulher*. Rio de Janeiro, p. 114. Junho 1925.
- Panosso Netto, A. (2005). *Filosofia do turismo: teoria e epistemologia*. São Paulo: Aleph.

Panosso Netto, A. & Trigo, L. G. G (2009). *Cenários do turismo brasileiro*. São Paulo: Aleph.

Pastor, M. J. (2003) El patrimonio cultural como opción turística. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 9, n. 20. <https://www.scielo.br/j/ha/a/XVMd89rnNjQC5wZNGt5BckM/?format=pdf&lang=es>

Pollak, M. (1989). Memória e esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3.

Santos, M, S. (2003). *Introdução e a construção social da memória*. Memória coletiva e teoria social. https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf

Santos, M. (1988) *Por Uma Geografia Nova*

Segalin, L. (2017). *¿Bellas, Recatadas, Madres y Hogareñas?: la construcción de las representaciones de género en la prensa femenina de brasil y españa. una perspectiva comparada: la revista vida doméstica y el almanaque de la madre de familia:: (1945-1973)..* 429 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doctorado En Historia Social Comparada, Departamento de Historia Moderna, Contemporánea y de América, Universidad de Murcia.

Silveira, C. E. E Medaglia, J. (2016). Relações entre gênero e mercado de trabalho de turismólogos em Minas Gerais. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 1, n. 16, p. 109-125. <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1044>

Timothy, D. J. (2012). Archival research. In: DWYER, Larry et al. *Handbook of Research Methods in Tourism Quantitative and Qualitative Approaches*. Cheltenham, Uk: Edward Elgar., p. 403-416.

Towner, J E Walton, G. (1991) History and tourism. *Annals Of Tourism Research*, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 71-84, jan.. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/0160-7383\(91\)90040-i](http://dx.doi.org/10.1016/0160-7383(91)90040-i).

Urry, J. (2001). *O Olhar do Turista: Lazer e viagens nas sociedades Contemporâneas*.

Vianna, A.A.(2015). Nem tudo o que reluz é ouro: turismo e conflitos urbanos. *Revista de Turismo Contemporâneo – RTC*, Natal, v. 3, n. 1, p. 121-137, jan./jun. <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/5581>

Walton, J. K. (2009). Prospects in tourism history: evolution, state of play and future developments. *Tourism Management*, [S.L.], v. 30, n. 6, p. 783-793, dez.. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.tourman.2009.05.010>



ISBN: 978-65-85259-18-7



9 786585 259187



UnB | CET